

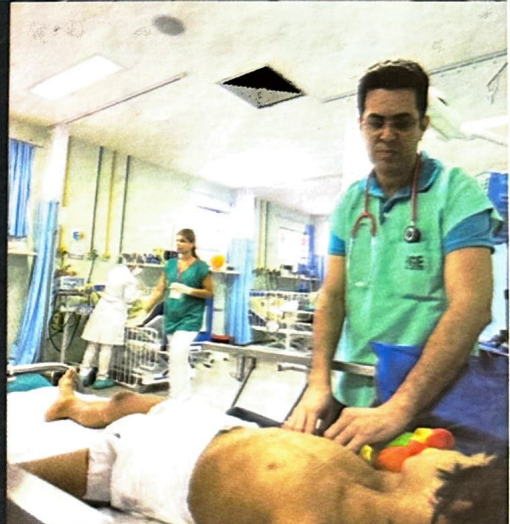


TRABALHO E REALIZAÇÕES

**ALAGOAS AGORA
E PARA O FUTURO**

2007-2014

COMO O GOVERNO TEONIO VILELA FILHO
TRANSFORMOU A REALIDADE ALAGOANA



EXPEDIENTE

“A perenidade de um governo está em sua capacidade
de deixar fatos para a história”

Gaudêncio Torquato

EXPEDIENTE

GOVERNADOR

Teotônio Vilela Filho

VICE-GOVERNADOR (2011-2014)

José Thomaz da Silva Nonô Netto

VICE-GOVERNADOR (2007-2010)

José Wanderley Neto

SECRETÁRIO-CHEFE DO GABINETE CIVIL

Álvaro Antônio Melo Machado

SECRETÁRIO-CHEFE DO GABINETE MILITAR

José Bernardo da Silva

Luciano Antônio da Silva

Ronaldo dos Santos

Francisco de Assis Pereira

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO GABINETE DO

GOVERNADOR

Herbert Motta de Almeida

Adriana Vilela Toledo

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Marcelo Teixeira Cavalcante

Charles Weston Fidelis Ferreira

Mário Jorge Uchôa Souza

CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

Rosa Maria Barros Tenório

Alcione Teixeira dos Santos

Alexandre Lages Cavalcante

DEFENSOR-GERAL PÚBLICO

Daniel Coelho Alcoforado Costa

Eduardo Antônio de Campos Lopes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

José Marinho Júnior

Jorge Silva Dantas

Maria Inês Nogueira Pacheco

Alexandre de Melo Toledo

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Fábio Rodrigues de Lima

Rogério Auto Teófilo

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ARTICULAÇÃO SOCIAL/ OUVIDOR-GERAL DO ESTADO

Claudionor Correia de Araújo

Sonály Bastos da Rocha Costa

José Marivaldo Moura Coutinho

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Bergson Brito Leite

Maria de Fátima Moreira Canuto

Celianny da Rocha Apelt

Marcelo Palmeira Cavalcante

Solange Bentes Jurema

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO

Eduardo Setton Sampaio da Silveira

Kátia Born Ribeiro

Janesmar Camilo de Mendonça Cavalcante

SECRETÁRIO DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO

Guilherme José Lamenha Calheiros

Keylle André Bida de Lima

Rui Barbosa de França

Nelson Guedes Ferreira

Wilmar Bandeira Soares

Eduardo Augusto Lobo Alves

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

Oswaldo Viégas

SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

Diógenes Tenório de Albuquerque

Eduardo Tavares Mendes

Dario Cesar Barros Cavalcante

José Paulo Rubim Rodrigues
Ronaldo dos Santos
Edson Sá Rocha

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

Stella Lima de Albuquerque

Laudirege Fernandes Lima
Josicleide Maria Pereira de Moura
Adriano Soares da Costa
Rogério Auto Teófilo
Márcia Valéria Lira Santana
Fabio Luiz Araújo Lopes Farias

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Maurício Acioli Toledo

Maria Fernanda Quintella Brandão Vilela

SECRETÁRIO DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA

Alexandre Lages Cavalcante

Guilherme Souza Lima
Adriano Soares da Costa
André Chaves Vajas

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

Marcos Antônio Cavalcanti Vital

Marco Antônio de Araújo Fireman
Fernando José Carvalho Nunes
Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira
Adeílson Teixeira Bezerra

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Artur Rogério Ferreira da Mata

Luís Napoleão Casado Arnaud
Ivã de França Vilela
Lauriano de Araújo Omena
Alex Gama de Santana
Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes
Jorge Briseno Torres

SECRETÁRIO DE ESTADO DA PESCA E DA AQUICULTURA

Cantídio de Freitas Mundim Neto

Antônio Carlos Cavalcante de Barros
José Régis Barros Cavalcante

SECRETÁRIO DE ESTADO DA MULHER, DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Nadja Maria Martins Lessa

Kátia Born Ribeiro
Maria Marluce Caldas Bezerra
Wedna de Miranda Lessa Santos

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Iásnaia Poliana Lemos Santana

Luiz Otávio Gomes Silva
Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA PROMOÇÃO DA PAZ

Adalberon Nonato Sá Júnior
Jardel da Silva Aderico

SECRETÁRIO DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Carlos Alberto Luna dos Santos

SECRETÁRIOS DE ESTADO DA SAÚDE

Jorge de Souza Villas Bôas

Alexandre de Melo Toledo
Herbert Motta de Almeida
André Luis Chaves Valente

SECRETÁRIOS DE ESTADO DO TRABALHO, DO EMPREGO E DA RENDA

Maria Betania Jatobá de Almeida

Stella Lima de Albuquerque
Alberto José Mendonça Cavalcante
Herbert Motta de Almeida
José Régis Barros Cavalcante
Nadja Soares Baía

SECRETÁRIOS DE ESTADO DO TURISMO

Danielle Govas Pimenta Novis

Virgínio Loureiro

Procurei sempre os caminhos mais curtos.
Nas estradas que se abriram só há curvas
onde as rectas foram inteiramente impossíveis.

Graciliano Ramos

In Relatórios de Graciliano Ramos publicados no Diário Oficial

SUMÁRIO

GOVERNAR ALAGOAS...

13

CONTAS PÚBLICAS,
EQUILÍBRIO DAS FINANÇAS

17

INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

21

CRESCIMENTO, DESCONCENTRAÇÃO
E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

37

A VIDA COMO VALOR

79

An aerial photograph of a coastal region, likely in Alagoas, Brazil. The image shows a wide river or estuary on the left, with several small islands and peninsulas. The surrounding land is a mix of green fields and brownish terrain. The sky is overcast and grey. In the center, there is a graphic element consisting of a white horizontal line, a small white map of Alagoas state, and another white horizontal line. Below this graphic, the text "GOVERNAR ALAGOAS..." is written in a bold, white, sans-serif font.

GOVERNAR ALAGOAS...



Thiago Sampaio

No caminhar para a conclusão de dois mandatos, referendados pelo voto dos alagoanos, trouxe para mim o compromisso inarredável e intransferível de expor à sociedade alagoana o que foi governar Alagoas, colocando-me de forma transparente, apresentando dados concretos e resultados honestos, reafirmando características intrínsecas e inerentes ao jeito certo de fazer a gestão da nossa Alagoas.

Foram oito anos de uma atenção diuturna a necessidades e demandas dos alagoanos, muitas das quais não puderam ser atendidas em sua totalidade, diante de um contexto carregado de demandas vindas de um contingente de população socialmente excluído e de um cenário de caos encontrado em 2007. Esse panorama, especialmente no campo da economia e na gestão pública, exigiu do Governo, num primeiro momento, a decisão em priorizar a recuperação da máquina pública, de maneira a possibilitar, em continuidade, o investimento nas políticas públicas e na melhoria da qualidade de vida.

E fizemos muito... Não o fazer do discurso pleonástico, vazio e ufanista. Fizemos da forma certa – o fazer sério, o fazer sustentado, o fazer para ficar. Não como resultado de milagres ou como passe de mágica. Mas sim, como decorrência de trabalho, do esforço e do empenho de uma equipe que se comprometeu com um projeto

voltado notadamente à melhoria da gestão. Foi, sem dúvida, uma sequência de conquistas, mudanças, superação e, acima de tudo, desenvolvimento.

O nosso Governo empenhou-se efetivamente em promover o bem-estar dos alagoanos, como preconizado na Constituição do nosso Estado, reiterado em compromisso de primeira hora, como registrado no nosso Programa de Governo – Alagoas: desenvolvimento com bem-estar social – quando enfatizamos a pressa por um projeto capaz de melhorar a vida do nosso povo. E assim o fizemos com a certeza de que fica um formidável legado para o aqui e agora e para as futuras gerações, um caminho adubado e cuidado para os próximos gestores dos destinos de Alagoas. A “casa” está arrumada!

Os resultados e entregas apresentados nesta publicação, à guisa de prestação de contas de dois mandatos à frente do

governo de Alagoas, mostram a evolução alcançada pelo Estado na economia, na gestão, na inclusão e no desenvolvimento social, pavimentando o caminho para a consolidação de uma terra mais generosa para a nossa gente.

Registro, por fim, o meu agradecimento ao povo alagoano pela oportunidade e privilégio que me foram conferidos de contribuir para a transformação da nossa terra. Honra-me precipuamente poder apresentar nesta publicação os principais pontos dessa trajetória, as principais realizações e, de modo particular, os compromissos distinguidos por um horizonte que transcende um governo ou um período de gestão, tendo em conta que a realidade da superação de muitas das nossas dificuldades demanda ação continuada e de longo prazo.

TEOTONIO VILELA FILHO
GOVERNADOR DE ALAGOAS





**CONTAS PÚBLICAS,
EQUILÍBRIO DAS
FINANÇAS**

O Estado de Alagoas vinha sendo submetido a perdas econômicas e sociais desde o final da década de 1990, em comparação com o Nordeste e o Brasil. Mas a situação encontrada em 2007 pelo governo Teotonio Vilela Filho foi impactante. Havia dívidas com repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e de royalties, bem como de contrapartidas de convênios.

O Executivo devia aos bancos parcelas de consignações já descontadas dos servidores. Havia restos a pagar de 2005, empenhos liquidados a pagar de 2006 e débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A dívida pública chegava a R\$ 6 bilhões, retirando da arrecadação estadual R\$ 36 milhões/mês e sem perspectiva de alteração da forma de pagamento dos serviços da dívida a médio prazo. O Governo resgatou e manteve rigorosamente em dia os repasses aos municípios de recursos do ICMS, do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e de royalties, uma obrigação que não era cumprida há mais de 20 anos.

Medidas duras foram adotadas para evitar o colapso absoluto dos serviços. Era preciso oferecer um mínimo de garantia de que seriam honrados os compromissos com o funcionalismo e com a sociedade. Com estratégias simples, mas com afinco e determinação, a equipe econômica negociou débitos, cortou custos e aumentou a arrecadação. Em um ano, o Governo conseguiu gerar um superávit orçamentário de R\$ 188,2 milhões. Não contrair novos débitos foi a opção. Um regime de austeridade foi efetivado, com redução de despesas supérfluas, tendo por lema: “fazer mais com menos”. O propósito foi retirar o Estado da margem e inseri-lo novamente no processo de crescimento que vinha sendo vivenciado pelo país e pela região Nordeste.

Com muito esforço, foi possível reduzir a relação entre dívida e receita corrente líquida que de 2,22 vezes a receita líquida, em 2006, chegou a 1,65 vezes, em 2013, atendendo, assim, ao patamar de endividamento preconizado. A dívida, no entanto, ainda consome, a cada mês, aproximadamente 14,5% da receita líquida real do Estado. Uma dívida cujo pagamento desproporcional para as condições do Estado foi objeto de constante negociação por parte do governador Teotonio Vilela Filho, ao longo dos oito anos de Governo, estando pessoalmente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, depois, com a presidente Dilma Rousseff, e



simultaneamente com o Tesouro Nacional e a banca federal, na busca implacável de uma solução mais humana e mais digna para a dívida do Estado de Alagoas com a União.

Independente disso e graças ao empenho e trabalho contínuos, a capacidade de contrair empréstimos no país e com organismos internacionais foi retomada. Em 2009, foram captados R\$ 249,6 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Programa Emergencial de Financiamento (PEF 2), para amenizar as perdas financeiras dos estados com a

crise mundial de 2008. Com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no Programa Desenvolvimento Sustentável, foram U\$ 195,4 milhões para projetos na educação, saúde, segurança e inclusão produtiva.

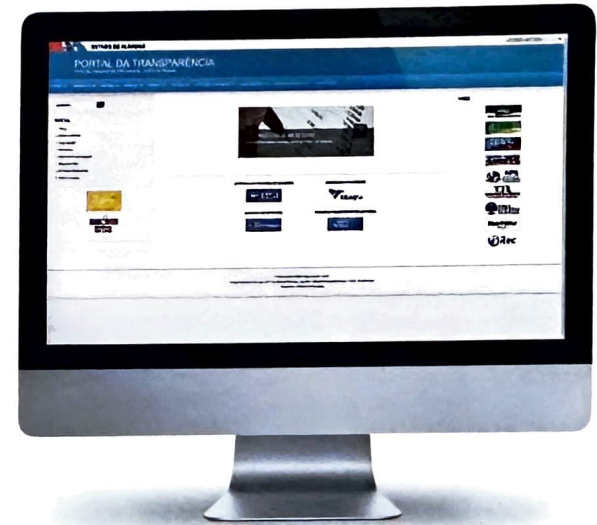
Em 2013, dentro do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste), cerca de R\$ 521 milhões foram captados junto à Caixa Econômica Federal e com o BNDES foram obtidos R\$ 89,8 milhões para amortização parcial do principal da dívida do PEF 2 e programas constantes do Plano Plurianual (PPA). Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram dois contratos: no âmbito do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Alagoas (Proconfis/AL), foram U\$ 250 milhões, utilizados em sua maior parte para fortalecer o turismo, principalmente infraestrutura logística; e no Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fazendária de Alagoas (Profiscal), o valor foi de U\$ 7 milhões.

Em 2014, novamente junto ao BNDES, pelo Programa de Modernização das Administrações Estaduais (PMAE), o contrato de R\$ 7 milhões vem contribuindo para ampliar a base de arrecadação do Estado, sendo aplicados no fortalecimento institucional, especialmente na implantação do cadastro sincronizado e do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

TRANSPARÊNCIA

A Constituição Federal assegura ao cidadão o direito à participação nas políticas públicas, inclusive quanto à fiscalização permanente da aplicação dos recursos públicos. O governo de Alagoas, em 2008, criou o Portal da Transparência Ruth Cardoso – acessível em www.portaldatransparenciaruthcardoso.al.gov.br. A Lei nº 6.971, de 5 de agosto de 2008, que instituiu o portal em nosso Estado e cujo projeto foi iniciativa do governador Teotônio Vilela Filho, trouxe como inédito no país o fato de agregar dados e informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado.

A lei federal nº 15.527 de 2011, regulamentada em 2012, criou mecanismos de acesso a informações públicas para qualquer pessoa física ou jurídica sem a necessidade de apresentar motivação. O Governo Estadual, em 2013, por meio do Decreto nº 26.320, foi além no tocante ao acesso à informação e determinou que todos os sites de órgãos de Governo tivessem campos próprios e obrigatórios para transparência ativa e passiva, além da descentralização do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).



Portal da Transparência agrega, de forma inédita, informações dos três Poderes

www.portaldatransparenciaruthcardoso.al.gov.br

Ainda no caminho da transparência, o Governo publicou no Portal Ruth Cardoso os salários dos servidores ativos e inativos da administração direta e indireta. Por meio de acordo de cooperação técnica com o INSS, efetivou o cruzamento regular dos dados da folha de pagamento dos servidores do Estado com os beneficiários do sistema previdenciário federal, da folha de pagamento da União e de outros Estados, com o objetivo de inibir acumulações irregulares de cargos e fraudes na folha.




**INOVAÇÃO NA
GESTÃO PÚBLICA**

Promover mudanças no processo de gestão foi importante tática do governo Teotonio Vilela Filho, tendo como principal ferramenta o Programa Alagoas Tem Pressa (ALTP). O processo teve como base a percepção da baixa integração do planejamento entre secretarias e órgãos do Executivo e na perspectiva da implantação da gestão para resultados, como estratégia de governo, referenciada num modelo de monitoramento e controle de metas.

Na construção do plano estratégico para um horizonte 2011/2022 foram definidas seis áreas de resultados: (i) Melhoria da qualidade de vida; (ii) Desenvolvimento do capital humano; (iii) Erradicação da pobreza extrema, redução da pobreza e da desigualdade; (iv) Crescimento, desconcentração e diversificação econômica; (v) Inovação na gestão pública; e (vi) Valorização da imagem e mudanças culturais. A essas áreas foram vinculadas 46 estratégias de médio e longo prazo e 14 indicadores de governo.

O estabelecimento dos indicadores foi baseado: (i) nas tendências da economia mundial, nacional e regional, num horizonte de dez anos; (ii) nas metas integrantes das políticas públicas no âmbito do país (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Objetivos do Milênio, dentre outros); e (iii) na avaliação de desempenho do Brasil, Nordeste e Alagoas (1999-2009) para os indicadores selecionados. Para cada indicador ficaram



definidas duas metas: uma 'tendencial', baseada na extrapolação da última década, e a outra uma meta 'alvo', voltada a orientar os esforços do Estado no período 2011/2022. O ALTP conformou-se, então, em 29 projetos estruturantes que se desdobraram em 248 ações, 2.015 marcos críticos e 527 produtos; e 15 projetos setoriais com 53 ações, 419 marcos críticos e 201 produtos.

O monitoramento sistemático, o provimento de informações organizadas e acessíveis em tempo real, o foco na superação dos marcos críticos

ALAGOAS TEM PRESSA CRIOU COMPROMISSOS DE ESTADO AO VISLUMBRAR CENÁRIO PARA 2022

foram os objetivos do Programa que se fortaleceu e se consolidou ao subsidiar a tomada de decisão do governador e de dirigentes, além de contribuir para dar transparência à gestão. Funcionaram como ferramentas de monitoramento do ALTP um sistema de informação, relatórios e reuniões de monitoramento estratégico, com o governador e secretários, inclusive utilizando a sala de monitoramento e controle de metas, reuniões de monitoramento setorial e gerencial. Pesquisa de satisfação com gerentes de projetos, metodologia de cobrança de prazos e a produção de manuais de gestão foram estratégias utilizadas com resultados muito positivos.

Com o ALTP, o governador Teotonio Vilela Filho tornou mais cristalina a estratégia de inovação da gestão, ao adotar um modelo de monitoramento e controle de ações prioritárias e de indicadores do Governo, baseados em estratégias de médio prazo e visão de futuro, caracterizando um compromisso de Estado e não somente de um governo ao vislumbrar um cenário de uma Alagoas para 2022. E são justamente as ações e os resultados para uma Alagoas de agora e para o futuro que estarão sendo detalhados ao longo deste documento que retrata muitos dos produtos decorrentes do ALTP e muitos outros resultantes da ação pública por meio órgãos da administração direta e indireta a serviço da sociedade alagoana.

AJUSTE NA MÁQUINA ADMINISTRATIVA

O governo Teotonio Vilela Filho trabalhou forte na organização dos gastos públicos, adotando ferramentas que permitiram, por exemplo, moralização das licitações públicas e o levantamento da qualidade das despesas nos maiores órgãos do Executivo, identificando disparidades absurdas. No âmbito da modernização foram destaques a implantação do sistema integrado de gestão patrimonial e o fortalecimento de mecanismos de atendimento ao cidadão.

Várias medidas foram adotadas com vistas à otimização de despesas, a exemplo da criação de parâmetros comuns para a renegociação ou para efetivação de novos contratos de prestação de serviços (limpeza, vigilância, passagens, locação de veículos, dentre outros). A implantação do registro de preços e o planejamento das compras públicas foram iniciativas de peso, aliadas ao monitoramento do gasto com água, energia elétrica e telefonia, além da adoção do uso de chips para controle de combustível. A proposta inicial de economizar R\$ 20 milhões foi superada em

ECONOMIA

R\$ 76 MILHÕES

NO INÍCIO DA GESTÃO COM
OTIMIZAÇÃO DE DESPESAS

REDUÇÃO MENSAL DE

R\$ 2,5 MILHÕES

NA FOLHA DE PAGAMENTO

280%, revelando uma economia real de aproximadamente R\$ 76 milhões.

A fragilidade da segurança dos dados da folha de pagamento exigiu a realização de auditoria interna no primeiro ano do Governo. A análise revelou um prejuízo considerável de R\$ 22 milhões para os cofres do Estado e resultou na suspensão do pagamento de 1,2 mil pessoas que, de alguma forma, configuravam alguma irregularidade vinculada à folha, a exemplo de 600 funcionários falecidos que continuavam recebendo salários. Com os ajustes e correções foi alcançada uma economia de R\$ 2,5 milhões mensais.

Com recursos do Proinveste foi implementado um sistema digital da vida funcional do servidor que opera de forma integrada com o sistema de processamento da folha de pagamento, o Diário Oficial do Estado (DOE) e o Portal do Servidor. Além da celeridade na tramitação dos processos de aposentadoria, por exemplo, o sistema permite, através do Portal, o acompanhamento da publicação dos atos no DOE, em tempo real.

Com a aquisição e desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial foi possível realizar levantamento e avaliação do patrimônio mobiliário e imobiliário, sendo iniciada a sua regulamentação. Foram emitidas mais de 100 notificações para invasores de patrimônio público e concretizadas com êxito ações de reintegração de posse. Para a regularização de imóveis próprios foram efetivadas mais de 300 ações de usucapião. Entre 2011 e 2014, o Estado arrecadou cerca de R\$ 1,9 milhão proveniente de Foros, Laudêmio e Remição de Foro. Os imóveis que faziam parte do patrimônio do extinto Banco do Estado de Alagoas (Produban) e bens inservíveis foram leiloados com uma arrecadação de R\$ 1,6 milhão.

Para análise das necessidades dos órgãos no tocante à tecnologia da informação, seja na parte de sistemas ou de infraestrutura, foi criado o Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP), em parceria com a Universidade Estadual de Ciências da Saúde

(Uncisal), que disponibiliza uma fábrica de sistemas e um núcleo de desenvolvimento de softwares.

REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

O governo Teotonio Vilela Filho fortaleceu a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (Arsal), voltada à regulação e fiscalização dos serviços públicos executados mediante concessão, a exemplo do transporte rodoviário intermunicipal, por meio de ônibus e micro-ônibus (complementar), da distribuição de gás natural canalizado e energia elétrica, além do saneamento em 31 municípios que possuem convênio com a Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal).

Alagoas foi o primeiro Estado no país a abrir licitação para o transporte intermunicipal de passageiros englobando um sistema rodoviário completo. Desde a primeira licitação, em 2012, já foram realizados dois certames e a rede complementar de veículos devidamente regulamentados foi ampliada, chegando a 1.200 transportadores licitados que, junto com 180 ônibus, atendem a

cerca de 100 mil passageiros diariamente, desfrutando de um sistema mais seguro e moderno, com veículos acompanhados por monitoramento eletrônico.

A fiscalização junto a Eletrobras/AL permitiu a redução da frequência de interrupções no fornecimento de energia elétrica. Em 2000, cada unidade consumidora permanecia, em média, 35 horas por ano sem energia elétrica e a frequência das interrupções no fornecimento era de 25 interrupções por ano. Em 2013, os números reduziram, em média, de 35 horas para 30,73 e de 25 interrupções anuais para 16.



LICITAÇÃO EM TRANSPORTE

PRIMEIRO ESTADO NO PAÍS A ABRIR LICITAÇÃO PARA O TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS

1.200 TRANSPORTADORES LICITADOS QUE, JUNTO COM 180 ÔNIBUS, ATENDEM A CERCA DE 100 MIL PASSAGEIROS DIARIAMENTE

Rede complementar de veículos regulamentados foi ampliada e passageiros desfrutam de sistema mais seguro e moderno

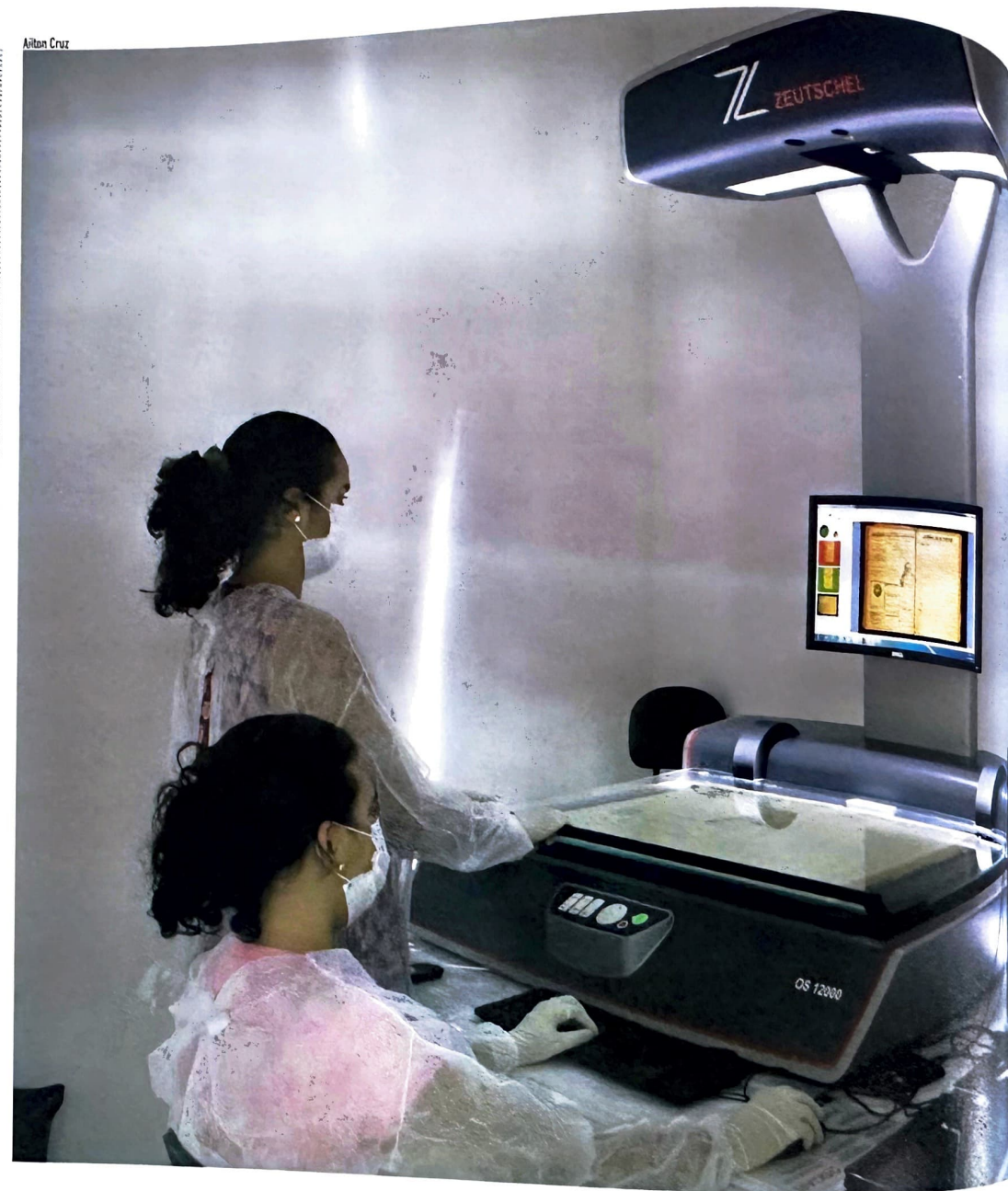


GESTÃO DE ARQUIVOS

A memória do Arquivo Público de Alagoas (APA) conta pelo menos 400 anos de história. São documentos, fotografias, livros, jornais e outros periódicos que revelam aspectos diversos do Estado – história, política, cultura, costumes. Desde os anos 1960, a despeito da relevância, o acervo era mantido nos porões do Palácio Floriano Peixoto, depois, em 1966, foi levado para a Biblioteca Pública Estadual – no Palacete Barão de Jaraguá – onde não tinha espaço adequado, nem recebia o cuidado técnico necessário.

No governo Teotonio Vilela Filho, o APA passou a integrar a estrutura do Gabinete Civil, onde passou a ter a valorização que lhe era devida. Em 2010, o APA passou a ter sede própria, em prédio cedido ao Governo de Alagoas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no bairro histórico de Jaraguá. Com apoio e investimentos efetivados foi feita a aquisição de estantes para acomodação do acervo, climatização de todo o espaço, vigilância patrimonial 24 horas, além de áreas apropriadas para consulta e pesquisa.

Ailton Cruz



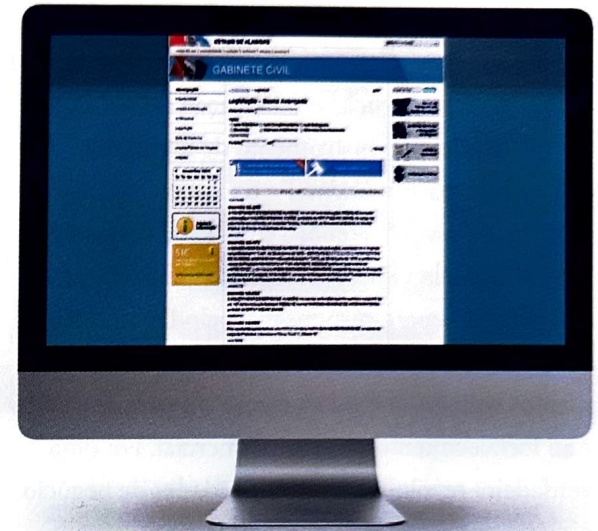
Todo o acervo, após triagem, foi catalogado e esse mapeamento digitalizado reduz drasticamente as possibilidades de extravio. A digitalização vem sendo possível graças à aquisição de scanner planetário, modelo alemão. O trabalho realizado por equipe do próprio arquivo já digitalizou os jornais de 1858 a 1911 e a maior parte das fotografias. O acervo, em meio digital, pode ser consultado mediante solicitação ao APA via e-mail: contato@arquivopublico.al.gov.br.

Moderno scanner planetário alemão permite a digitalização do rico acervo do Arquivo Público de Alagoas

ACESSO À INFORMAÇÃO OFICIAL E À LEGISLAÇÃO

O governo Teotonio Vilela Filho, comprometido com a seriedade e a transparência de seus atos, colocou à disposição da sociedade o conglomerado da legislação estadual, partindo, inclusive, de um resgate de todo arcabouço legislativo, disponibilizando-o ao cidadão alagoano por meio do link www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/busca-avancada, onde estão acessíveis leis, decretos, portarias e outros dispositivos oriundos do Executivo. Para complementar, está em fase de conclusão a elaboração de um ementário no qual estará descrito todo o processo histórico de uma lei no mundo jurídico.

Nessa linha do resgate da legislação estadual, a publicação atualizada da Constituição do Estado de Alagoas foi importante iniciativa, alvo de cuidadosa revisão, em consonância com os ditames da Constituição brasileira. A nova edição da Carta alagoana, originalmente escrita em 1891, além de seguir o padrão ortográfico recentemente instituído, considerou as alterações ocorridas desde a



Portal do Gabinete Civil disponibiliza aos cidadãos toda a legislação estadual

www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/busca-avancada

última publicação, em 2004, até setembro de 2012. Foram incorporadas a essa edição, de linhas modernas e fácil leitura, as mais recentes leis e emendas constitucionais.

Outra iniciativa importante do governo Teotonio Vilela Filho, na vertente do cuidado e da atenção quanto à legalidade, à oportunidade e à compatibilidade de seus atos, foi trazer para bem próximo do seu gabinete a expertise da Procuradoria Geral do Estado (PGE), mediante estruturação de um núcleo especial, responsável pela análise prévia e última dos

atos administrativos do chefe do Poder do Executivo, trazendo, nessa perspectiva, a segurança jurídica necessária à construção e publicação desses atos.

Um tradicional instrumento de divulgação da informação governamental – o Diário Oficial – também foi alvo da atenção cuidadosa do governo Teotonio Vilela Filho. A Imprensa Oficial Graciliano Ramos (Cepal), responsável pelo Diário Oficial do Estado (DOE) foi alvo de importantes investimentos voltados à modernização do parque gráfico e ao fortalecimento do setor comercial. Foi uma verdadeira revolução em três unidades de negócio: o diário oficial, a gráfica e a editora.

A inovação no parque gráfico envolveu recursos da ordem de R\$ 3 milhões, resultando num incremento de 21% no faturamento. Na informatização do DOE foram aplicados R\$ 224 mil. O sistema Cepalnet, implantado em 2012, envolveu a aquisição de servidores web, o banco de dados, o link de internet dedicado, o certificado A1 (assinatura do DOE), site seguro e o portal de publicação por meio do link www.doeal.com.br.

A publicação do Diário em versão digital permitiu avanços consideráveis na propagação da informação oficial, inclusive para outros municípios e estados. Antes, no formato impresso, o DOE não conseguia ultrapassar os limites da capital. Outra mudança importante foi a reforma da sede, em Maceió, efetivada com recursos próprios.

A INOVAÇÃO NO PARQUE GRÁFICO DA IMPRENSA OFICIAL GRACILIANO RAMOS ENVOLVEU RECURSOS DA ORDEM DE R\$ 3 MILHÕES, RESULTANDO NUM INCREMENTO DE 21% NO FATURAMENTO.

Investimentos revolucionaram o Diário Oficial, a gráfica e a editora da Imprensa Oficial



POLÍTICA SALARIAL E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

As drásticas medidas iniciais adotadas na gestão impactaram positivamente na redução do desperdício e influenciaram a diminuição do déficit em conta corrente. Resultados que, aliados àquelas medidas de maior porte, no âmbito fiscal, com o aumento da arrecadação, possibilitaram ao Governo pensar mais alto em outros campos, como o aumento salarial dos servidores públicos, mantendo o limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em 2011, com as contas arrumadas, foi possível implantar uma política salarial efetiva, com o Governo garantindo um reajuste linear dos subsídios com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Graças aos avanços no ajuste fiscal e a uma política austera em relação ao gasto público, foi possível valorizar o salário dos servidores, o que fez com que a folha de pagamento saísse de R\$ 112,3 milhões, em dezembro de 2006, para R\$ 240 milhões, em setembro de 2014,

representando um incremento efetivo de 113,77% na folha.

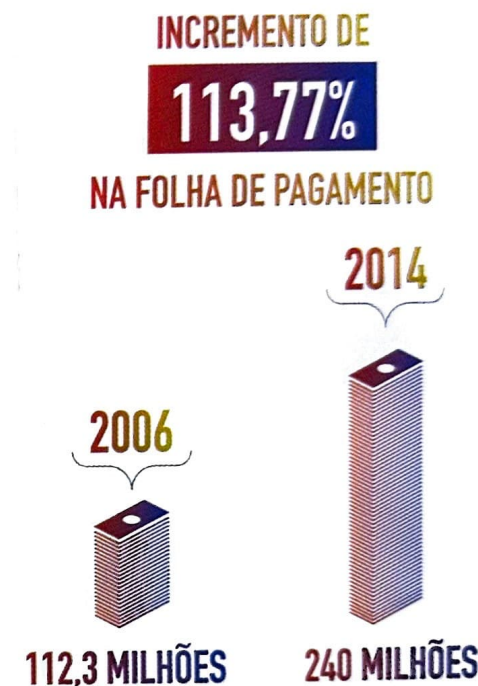
A iniciativa de criação da Mesa de Negociação Permanente foi fundamental na manutenção do diálogo com as diferentes categorias, por meio das entidades representativas dos servidores, sindicatos e corporações.

Na área do ensino, o governo, paga o Piso Nacional da Educação para os professores da educação básica. Em 2013, estendeu o reajuste percentual de 8,32% para as demais carreiras da pasta. Outro avanço foi a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) voltado aos servidores administrativos, consolidado em 2013. Com a implantação, o incremento salarial de cerca de 4.600 funcionários variou entre 10% e 70%, conforme a formação. Na saúde pública, a carreira dos médicos foi finalmente efetivada e criado o PCCS para os servidores administrativos.

A área da segurança pública recebeu atenção especial do Governo, particularmente em relação à valorização do servidor. A Polícia Militar foi contemplada com o realinhamento da carreira. O soldado passou a receber, com os ajustes, mais que o dobro do que recebia no início do Governo, em 2007. A Polícia Civil teve aprovado o seu PCCS.

Mesmo diante de dificuldades financeiras e limitações fiscais, o governo Teotônio Vilela Filho realizou concursos públicos para diversos setores.

VALORIZAÇÃO DE SALÁRIOS



Na Polícia Militar, ingressaram 1.629 soldados oriundos da reserva técnica do concurso de 2006 e do novo concurso realizado em 2011, além de 79 novos oficiais. Em 2012, foi feito concurso para a Polícia Civil, tendo-se, até o momento, a investida de 218 agentes, 79 escrivães e 43 delegados. Para a Perícia Oficial, o certame realizado em 2013

permitiu a nomeação de 21 peritos, cinco papiloscopistas e três técnicos forenses. Foram nomeados 627 agentes penitenciários oriundos de concurso realizado no governo anterior.

Na Educação, 1.791 professores foram chamados, sendo 1.094 do concurso de 2013 e 697 do realizado em 2006. Para recompor a força de trabalho da educação, foram nomeados 101 agentes administrativos, três profissionais da área de comunicação, 281 merendeiras, 19 vigias e 14 técnicos. Ao longo dos oito anos do Governo, as instituições de ensino superior também foram contempladas. Para a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) foram nomeados 228 profissionais e foi lançado, em outubro de 2014, edital destinado ao preenchimento de 50 vagas de professores. Para a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) foram nomeados 61 profissionais e com os concursos de 2014, foram abertas mais 173 vagas para professores e 1.051 para outros profissionais.

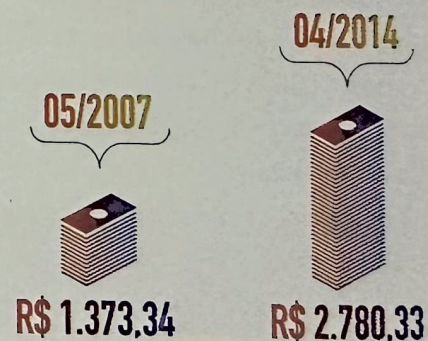
Outras áreas e setores importantes da estrutura de Governo também foram contemplados com nomeações oriundas de concursos realizados antes de 2007, a exemplo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), que somou ao seu quadro 34 profissionais; do Instituto Zumbi dos Palmares, com 19 técnicos fortalecendo a sua força de trabalho; e na Saúde, com 119 novos pro-



fissionais, entre médicos, técnicos de enfermagem, odontólogos e administrativos. Na Procuradoria Geral do Estado, o reforço representou a agregação de 23 profissionais ao quadro de procuradores do Estado, por meio de concurso aberto em 2008.

Buscando o fortalecimento de áreas vitais para o desempenho do papel do Estado, como na luta para a mudança do status de zona livre da febre aftosa, foram nomeados 152 profissionais para a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (Adeal), principalmente na área de fisca-

EVOLUÇÃO SALARIAL DO SOLDADO



lização, oriundos de concurso de 2007, o primeiro desta gestão. Para a Gás de Alagoas (Algás) foram quatro concursos públicos que resultaram na nomeação de 63 profissionais para diferentes frentes de atuação.

O governo Teotonio Vilela Filho honrou o compromisso do pagamento regular do salário do servidor público e diminuiu de três para duas faixas de pagamento, sendo que a primeira faixa, que corresponde a 60% dos servidores ativos e inativos, recebe dentro do mês trabalhado.

Outra iniciativa, na vertente da valorização do servidor público, foi a criação da Medalha do Mérito Sílvia Vianna, primeiro por reconhecer no servidor que dá nome à honraria exemplo de coragem, eficiência, lisura e senso superior do interesse público, e depois pelo simbolismo que carrega a atitude de homenagear servidores que se sobressaem pelo zelo, dedicação e presteza na sua área de atuação e pela defesa das causas de interesse público. A medalha, instituída em 2008, homenageia, anualmente, no mês do servidor público, 10 integrantes do quadro permanente do Executivo, que, de alguma forma, se destacaram no exercício de suas funções, a partir de indicação dos próprios colegas.

Os servidores públicos de Alagoas também foram privilegiados com a inserção facilitada no Programa Minha Casa Minha Vida. O Governo do



Adalson Calheiros

NOS ÚLTIMOS 8 ANOS DE GOVERNO, FORAM NOMEADOS 1.629 SOLDADOS PARA A POLÍCIA MILITAR E 1.791 PROFESSORES

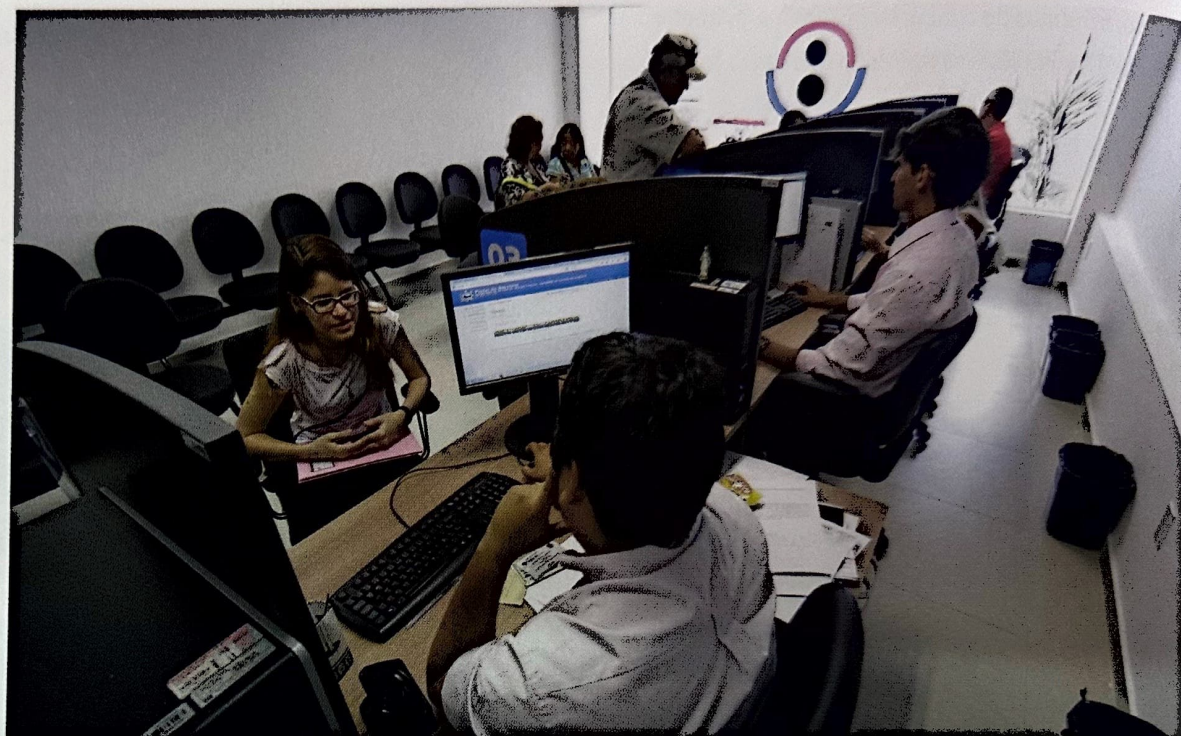
Medalha Sílvia Vianna, instituída em 2008, homenageia servidores que se destacam no desempenho de suas funções

Estado doou terreno e registro imobiliário, contribuindo para que as prestações fossem reduzidas. A iniciativa envolveu 320 unidades, no Conjunto Habitacional Craibeiras III, no bairro Benedito Bentes.

No tocante à política previdenciária, o governo Teotonio Vilela Filho promoveu alterações na estrutura administrativa do órgão gestor – o AL Previdência –, trazendo segurança e sustentabilidade ao regime. Ao reestruturar o Regime Próprio de Previdência Funcional do Estado de Alagoas, fixando os planos de custeio, de financiamento e de investimento, por meio da Lei nº 7.114, de 5 de novembro de 2009, o governo atendeu ao preconizado na Constituição Federal.

O financiamento do AL Previdência ocorre por meio do regime financeiro de capitalização para os benefícios custeados pelo Fundo de Previdência e por meio do regime financeiro de repartição simples, para os benefícios custeados pelo Fundo Financeiro e pelo Fundo dos Militares. O Fundo de Previdência é financiado pelas contribuições dos servidores e patronal. Tem em aplicações financeiras cerca de R\$ 202 milhões para serem utilizados nas futuras aposentadorias dos servidores. O aporte inicial, em maio de 2010, foi de R\$ 122 milhões.

Os Conselhos Fiscal e Deliberativo, compostos por representantes dos Poderes Executivo, Judi-



ciário e Legislativo, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, acompanham todo o processo, junto com a representação de associações e sindicatos, como o dos magistrados, dos defensores públicos, dos militares, do Fisco e do Conselho Regional de Contabilidade. Em 2013, foi criado o Núcleo de Prevenção contra as Fraudes Previdenciárias (NEFP), como medida de prevenção e combate a fraudes.

Nova sede do AL Previdência foi instalada em 2014, adquirida com recursos próprios, uma

O FUNDO DE PREVIDÊNCIA TEM EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS CERCA DE R\$ 202 MILHÕES PARA SEREM UTILIZADOS NAS FUTURAS APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES. O APORTE INICIAL FOI DE R\$ 122 MILHÕES EM MAIO DE 2010.

necessidade diante da demanda gerada pelo crescimento de aposentados e pensionistas, e uma exigência no sentido de maior conforto, comodidade e respeito ao segurado.

No Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Alagoas (Ipaseal), o Governo investiu, de 2007 até julho de 2014, cerca de R\$ 63,5 milhões. Entre 2007 a 2014, foram realizados cerca de 392 mil atendimentos, envolvendo consultas médicas em diversas especialidades, além de emergências e internamentos. Em 2013, foi realizada pesquisa com servidores usuários do plano. Nesta, 86% demonstraram satisfação com os serviços prestados.

A qualificação da força de trabalho do Estado tem como principal referência a Escola de Governo que, depois de 12 anos, foi reestruturada e recebeu sede própria, contando com laboratório de informática, auditório e atendimento qualificado aos usuários. Com a efetivação de vários cursos, realizados na própria Escola de Governo, como Gestão Estratégica no Serviço Público; Gestão por Processos e Gestão do Desempenho por Resultados; Atendimento ao Público/Recepção; Desenvolvimento de Equipes e Líderes; dentre outros mais básicos a exemplo de Inglês Básico; Informática Aplicada; além dos cursos realizados em parceria com o Instituto Cidadão, que capacita o servidor estadual no interior de Alagoas e as parcerias



Thiago Santana

Totalmente reestruturada, Escola de Governo capacitou 23,5 mil servidores entre 2007 e 2010

com instituições como a Faculdade de Negócios – Fundação Getúlio Vargas (FAN-FGV), a Escola, no período entre 2007 e 2010 capacitou 23,5 mil servidores.

86% DOS SERVIDORES MOSTRARAM-SE SATISFEITOS COM O IPASEAL SAÚDE

A TRANSIÇÃO DO GOVERNO

O governador Teotonio Vilela Filho inovou também ao instituir processo de transição para o novo governo de Alagoas, eleito em 2014. A iniciativa, inédita no Estado, foi construída dentro do pressuposto de que a mudança de governo não se traduz em simples troca de poder, pois o Estado é o mesmo e é necessário garantir que programas, ações e compromissos não sofram solução de continuidade.

Dois atos conformaram o marco legal do processo: um projeto de lei, encaminhado à Assembleia Legislativa, com o objetivo de estabelecer o marco regulatório da transição de governo e deixar para a sociedade um legado no campo da gestão pública; o Decreto nº 36.672, de 3 de novembro de 2014, que institui a Comissão de Transição, composta por representantes do governo em exercício e do governo eleito, responsável por conduzir o processo de mudança de gestão e com atribuição de transmitir todos os dados e informações sobre o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

As equipes do Executivo, dos órgãos da administração direta e indireta, sob a coordenação do

Neno Canuto



governador Teotonio Vilela Filho, na fase preparatória, debruçaram-se sobre a tarefa de levantar e sistematizar informações, organizadas em oito grupos, conforme natureza das atividades: (i) governança; (ii) relações de governo; (iii) desenvolvimento social; (iv) desenvolvimento econômico; (v) infraestrutura; (vi) saúde; (vii) educação; e (viii) segurança pública. Dentro de cada grupo, as informações abarcavam quatro grandes componentes da gestão: (i) clientes (serviços, públicos-alvo e métodos); (ii) finanças (convênios, contratos, receitas e despesas); (iii) processos internos (programas e projetos; obras, arquivos e órgãos colegiados); e (iv) pessoas e infraestrutura (cargos e funções, relações de trabalho, tecnologia, imóveis e veículos).

Para a Comissão de Transição, instituída pelo Decreto, foi montada uma estrutura, em espaço físico fora das dependências dos órgãos do Governo, com todas as condições técnicas e operacionais, de modo a se constituir em referência para contatos e reuniões demandadas pela transição.

Comissão de Transição foi responsável por conduzir a mudança da gestão estadual

PROCESSO DE TRANSIÇÃO FOI INSTITUÍDO PARA GARANTIR QUE PROGRAMAS E COMPROMISSOS DO ESTADO TENHAM CONTINUIDADE



**CRESCIMENTO,
DESCONCENTRAÇÃO
E DIVERSIFICAÇÃO
ECONÔMICA**

Em 2013/2014, Alagoas figurou na 17ª posição no ranking de Gestão e Competitividade dos Estados Brasileiros, um levantamento elaborado pela Unidade de Inteligência do grupo inglês Economist. O objetivo do trabalho é ajudar a balizar os administradores públicos, para que promovam as reformas necessárias para atrair investimentos estrangeiros e nacionais. A posição de Alagoas representa uma imagem emblemática que mostra a correção do caminho adotado pelo governo Teotonio Vilela Filho.

O ranking é resultante de uma avaliação que considera diferentes critérios e exibimos uma variação positiva, quando comparado a 2011, em três critérios: ambiente político, ambiente econômico e infraestrutura. Mantiveram-se com a boa avaliação anterior os critérios relativos ao regime tributário e regulatório e à política para investimentos.

Alagoas vem se transformando e diversificando o perfil da sua economia até pouco tempo com forte dependência do setor sucroalcooleiro, que ainda se mantém como eixo, mas o quadro, hoje, incorpora a cadeia produtiva da química e do plástico, o turismo, cada vez mais fortalecido, e a infraestrutura pública, onde o Canal do Sertão é um exemplo destacado pela possibilidade de promover atividades agropecuárias para milhares de pessoas, além de criar a possibilidade de atração para novos negócios.

ALAGOAS VEM SE TRANSFORMANDO E DIVERSIFICANDO O PERFIL DA SUA ECONOMIA ATÉ POUCO TEMPO COM FORTE DEPENDÊNCIA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

O setor industrial alcança maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, configurando o cenário econômico, com mais de R\$ 5 bilhões de investimentos, distribuídos por vários municípios, 103 novos empreendimentos, entre criações e ampliações, nos últimos 8 anos, e nove ampliações, com investimento e apoio do Governo. Representa a geração atual de mais de oito mil empregos diretos e milhares indiretos.

A credibilidade conquistada junto a empresários e investidores é uma realidade. A concessão de incentivos governamentais para implantação de unidades industriais foi aprovada pelo Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico e Social



SETOR INDUSTRIAL

INVESTIMENTOS DE MAIS DE R\$ 5 BILHÕES EM ALAGOAS

103 NOVOS EMPREENDIMENTOS, ENTRE CRIAÇÕES E AMPLIAÇÕES

8 MIL EMPREGOS DIRETOS E MILHARES INDIRETOS

(Conedes) e os incentivos vêm sendo concedidos por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado de Alagoas (Prodesin).

O Conedes, reformulado em 2007, constituiu-se em instrumento fundamental para a nova dinâmica incorporada pela economia alagoana. Do mesmo modo, o Prodesin, cuja recapitulação ocorreu naquele mesmo ano, colocou-se como um diferencial competitivo para atração de investimentos, especialmente em função da regulamentação dos incentivos fiscais, de crédito e locacionais. Os incentivos oferecidos, aliados à segurança jurídica garantida, tornam o Estado de Alagoas um dos mais competitivos do país.

POLOS INDUSTRIAIS E CADEIAS PRODUTIVAS

O Polo José Aprígio Vilela, em Marechal Deodoro – o maior parque industrial do Estado – recebeu importante impulso com a implantação da segunda unidade de PVC da Braskem, a maior da América Latina, com investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão. Ali também se instalou a Krona Tubos e Conexões: a terceira maior empresa do país no setor. A fábrica é a primeira indústria de conexões do Nordeste e atende a toda a demanda da região. O Polo de Marechal teve toda a sua infraestrutura aprimorada, com a implantação de serviços de pavimentação, iluminação, drenagem, segurança, além da ampliação da distribuição de gás e energia.

A revitalização do Polo Industrial Luiz Cavalcante, no Tabuleiro do Martins, em Maceió, atendeu a uma antiga reivindicação dos empresários daquela localidade. Além dos serviços básicos de infraestrutura, o Governo investiu R\$ 4,3 milhões para a construção de sistema de drenagem de água pluvial, ciclovia e 6,5 km de vias asfaltadas. Eram

POLO JOSÉ APRÍGIO VILELA TEVE INFRAESTRUTURA APRIMORADA E RECEBEU GRANDE IMPULSO COM A CHEGADA DE NOVAS UNIDADES INDUSTRIAIS

Polo industrial Luiz Cavalcante: R\$ 4,3 milhões investidos e crescimento de 65 para 123 empresas





em São Miguel dos Campos, além de outros polos, como o de Madeira e Móveis Nascimento Leão, em Arapiraca. No espaço de 96 mil m², preparado para abrigar empresas de pequeno e médio porte, foi instalada iluminação, pavimentação, drenagem, rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário de qualidade.

A estruturação da Cadeia Produtiva Têxtil e Confecções, que tem como referência os polos de Delmiro Gouveia (Polo de Confecções Carlos Lyra) e de Murici (Centro da Moda), recebeu investimentos direcionados à infraestrutura, maquinário, capacitação e apoio técnico. O número de costureiras envolvidas passou de 945 em 2007 para 2.500 em 2013. O total de empresas sindicalizadas teve um incremento de 340% em sete anos, passando de 22 para 75. Talentos individuais também foram privilegiados, inclusive para que profissionais expusessem seus trabalhos em grandes feiras.

O governo Teotonio Vilela Filho, ainda nessa vertente e de forma pioneira no Estado, investiu na instalação de núcleos industriais que absorvessem a mão de obra oriunda do sistema penitenciário. Os Núcleos Bernardo Oiticica I (área de 86 mil m²) e II (área de 170 mil m²) ficam localizados dentro do sistema penitenciário, no bairro do Tabuleiro do Martins. Nesses núcleos, algumas empresas receberam incentivos do Prodesin por agregarem reeducandos à sua mão de obra. Cinco

empresas geraram 147 empregos diretos, sendo 77 para reeducandos. A previsão é que outras 10 empresas sejam instaladas em 2015.

Braskem implantou segunda unidade de PVC em Alagoas, a maior da América Latina

ALAGOAS É O MAIOR PRODUTOR DE PVC DA AMÉRICA LATINA. COM MAIS DE 30 NOVAS EMPRESAS, DESDE 2007 FORAM INJETADOS R\$ 2,3 BILHÕES NA ECONOMIA



Michiel Rios



EMPREENDIMENTOS INCENTIVADOS EM ALAGOAS

RAZÃO SOCIAL	SEGMENTO	EMPREGOS GERADOS	INVESTIMENTOS
TIMAC AGRO IND. E COM. DE FERTILIZANTES LTDA	Agroquímica	136	R\$ 18.539.325,00
PANDURATA ALIMENTOS LTDA	Alimentos	235	R\$ 98.400.000,00
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS DA TERRA	Alimentos	106	R\$ 3.670.000,00
IVC ALIMENTOS LTDA	Alimentos	26	R\$ 1.156.647,69
ALMEIDA E SILVA PRODUTOS ALIMENTOS LTDA	Alimentos	41	R\$ 229.000,00
MW IND. E EMPREENDIMENTOS LTDA	Alimentos	70	R\$ 1.600.000,00
AGROINDUSTRIAL VIEIRA LTDA	Alimentos	35	R\$ 2.062.150,00
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS ASA BRANCA LTDA.	Alimentos	38	R\$ 1.174.381,40
INDUSTRIA REUNIDAS BONA SORTE LTDA	Alimentos e Bebidas	99	R\$ 6.760.000,00
CPM INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA EPP	Alimentos e Bebidas	12	R\$ 1.800.000,00
CASA FORTE INDÚSTRIA DE ARGAMASSAS LTDA.	Argamassa	41	R\$ 308.500,00
SUPREME IND DE ARGAMASSA LTDA	Argamassa	35	R\$ 1.907.000,00
CODAÇO CONFECÇÃO E DOBRA DE FERRO E AÇO LTDA	Armações Metálicas	42	R\$ 1.362.000,00
LORIS COMPANY INDÚSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERANTES LTDA	Bebidas	200	R\$ 15.600.000,00
NATURALLIS ÁGUAS DE ALAGOAS LTDA.	Bebidas	90	R\$ 600.000,00
JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDÚSTRIAS DO NORDESTE LTDA	Bens de Capital	338	R\$ 61.600.000,00
JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDÚSTRIAS DO NORDESTE - NAVAL - PORTO DE MACEIÓ	Bens de Capital	250	R\$ 15.000.000,00
BEN - BIOENERGIA, GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA DO NORDESTE S/A	Bioenergia	41	R\$ 185.000.000,00
ZTT DO BRASIL LTDA	Cabos elétricos	83	R\$ 19.705.211,30
CERÂMICA BRICKS DE ALAGOAS LTDA	Cerâmica Vermelha	16	R\$ 5.292.960,00
MPB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA	Colchões e Espumas	66	R\$ 3.680.000,00
INDÚSTRIA ALAGOANA DE COLCHÕES E ESPUMA LTDA	Colchões e Espumas	38	R\$ 3.780.000,00
CONCRENORTE - INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO	Derivados da Construção Civil	70	R\$ 3.200.000,00
PORTOBELLO S/A	Derivados da Construção Civil	250	R\$ 206.000.000,00
INDÚSTRIA DE MADEIRAS DO BRASIL	Derivados da Construção Civil	80	R\$ 6.000.000,00
ALAGOAS MIX PREPARAÇÃO DE MASSA DE CONCRETOS LTDA	Derivados da Construção Civil	70	R\$ 12.000.000,00



EMPREENDIMENTOS INCENTIVADOS EM ALAGOAS

RAZÃO SOCIAL	SEGMENTO	EMPREGOS GERADOS	INVESTIMENTOS
R. B. FORTEMIX CONCRETO LTDA	Derivados da Construção Civil	35	R\$ 2.055.000,00
TRÓIA	Derivados da Química e Plásticos	63	R\$ 5.000.000,00
S. G. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.	Derivados de Alimentos	33	R\$ 600.824,50
SURFACES INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Derivados de Cimento	15	R\$ 389.000,00
ECOM INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA	Derivados de Coco	92	R\$ 3.500.000,00
SOCOCO S/A - INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS	Derivados de Coco	110	R\$ 10.090.000,00
NORDESTE MOVEIS DO BRASIL LTDA	Derivados de Madeira	120	R\$ 4.100.000,00
BEIRA RIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Derivados de Madeira e Plásticos	77	R\$ 2.600.000,00
FERPLÁS IND. DE ARTEFATOS DE ARAME LTDA	Derivados de Metal	24	R\$ 285.000,00
DALKA DO BRASIL LTDA	Derivados de Plástico	50	R\$ 4.891.954,00
PRECON INDUSTRIAL S/A	Derivados de Plástico	129	R\$ 25.745.000,00
ALAPLÁSTICOS INDÚSTRIA E BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS PLÁSTICOS LTDA	Derivados de Plástico	111	R\$ 3.200.000,00
TUBOS TIGRE-ADS LTDA	Derivados de Plástico	40	R\$ 22.944.100,00
PLAXMETAL LTDA	Derivados de Plástico e Metal	200	R\$ 10.000.000,00
CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA	Derivados de Plásticos	68	R\$ 20.242.090,00
PLASTMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA	Derivados de Plásticos	120	R\$ 2.600.000,00
CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA	Derivados de Plásticos	104	R\$ 33.000.000,00
ART PLAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP	Derivados de Plásticos	204	R\$ 5.101.768,10
NEO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - NEOTELHA	Derivados de Plásticos	50	R\$ 15.000.000,00
IPLAC INDÚSTRIA PLÁSTICA CAETÉS LTDA - ULTRATHERM	Derivados de Plásticos	42	R\$ 2.143.309,00
BBA NORDESTE LTDA	Derivados de Plásticos	70	R\$ 10.080.000,00
INJETPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Derivados de Plásticos	13	R\$ 1.848.371,02
NORDEPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	Derivados de Plásticos	50	R\$ 6.883.272,00
PLASTKIT INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA	Derivados de Plásticos	100	R\$ 6.770.750,00
ALAPLÁSTICOS IND. E BENEFICIAMENTO DE MATÉRIAS PLÁSTICOS LTDA.	Derivados de Plásticos	80	R\$ 5.206.859,00
BRASKEM	Derivados de Plásticos	280	R\$ 1.000.000.000,00



EMPREENHIMENTOS INCENTIVADOS EM ALAGOAS

RAZÃO SOCIAL	SEGMENTO	EMPREGOS GERADOS	INVESTIMENTOS
KRONA TUBOS E CONEXÕES DO NORDESTE LTDA	Derivados de Plásticos	120	R\$ 50.000.000,00
LEÃO NORDESTE IND. E COM. DE PLÁSTICOS LTDA	Derivados de Plásticos	62	R\$ 790.000,00
MEGAPLAS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PLASTICOS LTDA	Derivados de Plásticos	57	R\$ 8.052.080,00
TECTUBOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Derivados de Plásticos	120	R\$ 10.000.000,00
STAR FEST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS LTDA	Derivados de Polipropileno	58	R\$ 4.000.000,00
RELUZ NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA -- RELUZNOR	Derivados de Química	40	R\$ 6.000.000,00
INDUSTRIA QUIMICA ALAGOANA LTDA	Derivados de Química	18	R\$ 2.655.280,00
J. MACÊDO S. A.	Derivados de Trigo	500	R\$ 31.000.000,00
PLÁSTICOS MACEIÓ IND. E COM. LTDA	Derivados e Reciclagem de Plástico	21	R\$ 1.185.000,00
PURE ENERGY GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA	Energia	54	R\$ 39.695.601,00
SURVEILLANCE	Equipamentos Eletrônicos	51	R\$ 11.700.000,00
ZAMP ESTOFADOS LTDA	Estofados	40	R\$ 1.730.000,00
BIOFLEX AGROINDUSTRIAL - GranBio	Etanol Celulósico	300	R\$ 300.000.000,00
MINERAÇÃO VALE VERDE	Extração de Minerais	385	R\$ 1.158.000.000,00
CAOFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Fabricação de Colchões e Espumas	26	R\$ 664.400,00
TEMPERMAC VIDROS TEMPERADOS DE MACEIÓ LTDA	Fabricação de Vidros Temperados	43	R\$ 1.700.000,00
ALAGOAS CIMENTO LTDA	Fabricação Produtos-Construção Civil	73	R\$ 23.250.000,00
INDÚSTRIA DE CIMENTOS DE ALAGOAS LTDA	Fabricação Produtos-Construção Civil	58	R\$ 8.346.000,00
PRÉ MOLDADOS EMPRESARIAL ALAGOAS	Fabricação Produtos-Construção Civil	78	R\$ 2.673.970,00
INDÚSTRIA DE CIMENTOS DE ALAGOAS LTDA	Fabricação Produtos-Construção Civil	88	R\$ 20.323.000,00
LEMON LAVANDERIA TEXTIL INDUSTRIAL LTDA EPP	Fabricação Têxtil	13	R\$ 805.752,26
ARAFORROS IND. E COM. DE PERFILADOS LTDA	Forros de PVC	36	R\$ 8.000.000,00
FUNDINOR - FUNDAÇÃO DE AÇO DO NORDESTE LTDA	Fundição	54	R\$ 2.100.000,00
COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO MIGUEL DOS CAMPOS S/A	Geração de energia	25	R\$ 143.183.000,00
MILI S.A.	Higiene Pessoal	40	R\$ 4.000.000,00
CBA - CIA DE BEBIDAS E ALIMENTOS DO SÃO FRANCISCO S.A.	Indústria de Bebidas	351	R\$ 41.191.950,01



EMPREENDEMENTOS INCENTIVADOS EM ALAGOAS

RAZÃO SOCIAL	SEGMENTO	EMPREGOS GERADOS	INVESTIMENTOS
ESTALEIRO DO NORDESTE S.A. - ENOR	Indústria Naval	4500	R\$ 2.200.000.000,00
EM ESTALEIRO DO BRASIL LTDA	Indústria Naval	23	R\$ 750.000,00
CONSÓRCIO TOME ENGENHARIA E FERROSTAL	Indústria Naval	1.500	R\$ 86.000.000,00
GDM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA	Laminados de Poliestileno	61	R\$ 10.237.000,00
GRAAL IND E COM DE ALIMENTOS, MATERIAL DE LIMPEZA E DERIVADOS LTDA	Limpeza e derivados	20	R\$ 610.000,00
ATACADISTA DE PALETES DE MADEIRA LTDA	Madeira e derivados	52	R\$ 4.580.956,00
EMPRESA FERPLAS INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE ARAME LTDA - FERPLAS	Material de Escritório	24	R\$ 285.000,00
INTERLÂNDIA LTDA	Material de Limpeza	120	R\$ 4.000.000,00
TEXAS INDUSTRIAL LTDA	Metal Mecânica	46	R\$ 7.392.075,00
WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA	Movelaria	50	R\$ 14.000.000,00
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PERFILADOS GL	Perfilado de PVC	40	R\$ 5.000.000,00
BRAUS S/A	Perfilados de Biomassa e Cimento	209	R\$ 13.100.000,00
CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Processamento de resíduos	242	R\$ 42.000.000,00
AQUAPLUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA	Produtos de Limpeza	118	R\$ 2.078.000,00
ALAGOAS QUÍMICA LTDA EPP	Química	40	R\$ 6.500.000,00
RECICLAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Reciclagem de Metais não Ferrosos	20	R\$ 3.555.000,00
CLODAX RECICLAGEM LTDA	Reciclagem de PET	35	R\$ 3.780.000,00
MACEIÓ PET RECICLAGEM LTDA	Reciclagem de PET	38	R\$ 383.500,00
SABB - SISTEMA DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO BRASIL LTDA	Sucos e Derivados de frutas	162	R\$ 4.500.000,00
ALMAVIVA DO BRASIL	Telecomunicações	3.520	R\$ R\$ 32.000.000
SOLIDEZ PRÉ-MOLDADOS LTDA	Telhas de Pré-moldados	58	R\$ 1.500.000,00
DF FABRICAÇÃO DE VESTUÁRIO LTDA	Têxtil	40	R\$ 1.500.000,00
JOPLÁS INDUSTRIAL LTDA	Tubos PRFV	60	R\$ 8.000.000,00
ALAGOAS VIDROS TEMPERADOS LTDA	Vidros Temperados	26	R\$ 2.500.000,00
ALUMIAÇO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	Vidros Temperados	26	R\$ 4.200.000,00

SIMPLIFICAÇÃO E AGILIDADE

A simplificação e a desburocratização também foram alvo da atenção do governo Teotonio Vilela Filho e os avanços são visíveis ao olhar o portal Facilita Alagoas (<http://www.facilita.al.gov.br/>). Em 2007 eram 97,7 mil empresas registradas pela Junta Comercial; em 2014 já são 260,6 mil. Destas, mais de 139 mil são consideradas micro e pequenas empresas. O portal integra órgãos municipais, estaduais e federais envolvidos no processo de registro e legalização de empresas e negócios, estando integrado à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

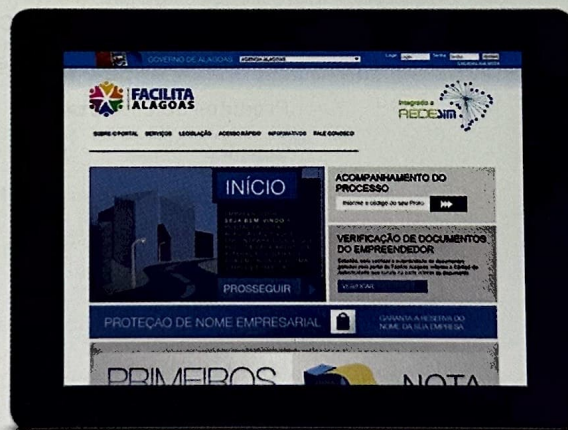
Alagoas foi o primeiro Estado a implantar a Redesim em 100% dos municípios. O processo online desburocratiza a abertura, a alteração e a baixa de empreendimentos. Hoje, uma empresa é registrada na Junta Comercial em até 48 horas, recebendo após o registro as devidas certidões (CNPJ, inscrições estadual e municipal). Até 2006, o período para abertura em Alagoas era ilimitado. A média nacional era de 150 dias. Para empreendimento de baixo risco, o alvará de funcionamento é emitido de forma automática.



REGISTRO DE EMPRESAS

EM 2007 ERAM 97,7 MIL EMPRESAS REGISTRADAS PELA JUNTA COMERCIAL; EM 2014 JÁ SÃO 260,6 MIL.

HOJE, UMA EMPRESA É REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL EM ATÉ 48 HORAS. ATÉ 2006, O PERÍODO PARA ABERTURA NO ESTADO ERA ILIMITADO E A MÉDIA NACIONAL ERA DE 150 DIAS



Portal integra órgãos envolvidos no registro e legalização de empresas

www.facilita.al.gov.br

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

As ações na área da ciência, tecnologia e inovação representam mais uma grande quebra de paradigma da gestão do governador Teotonio Vilela Filho. De forma inovadora, planejamento, gestão e resgate da credibilidade institucional foram os pontos de partida para o início de uma nova era. Outro ponto importante, o Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação estabelece diretrizes para a próxima década. Construído de forma participativa com a sociedade alagoana, este planejamento está sendo executado com êxito.

De nada adiantaria planejamento sem gestão. O Governo investiu recursos para implantação de um modelo de excelência em gestão para que nos próximos anos o sistema de governança pública da área de ciência, tecnologia e inovação possa ser certificado. Este modelo, inicialmente, está sendo implantado na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e, em dois, dos órgãos estratégicos vinculados à ela, Fapeal e Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas (Itec).



Adailson Calheiros

AS AÇÕES DO ITEC ABRANGEM AVANÇOS NA SEGURANÇA PÚBLICA, COM O SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO, E NO DETRAN, DENTRE OUTROS SEGMENTOS. DESTAQUE AINDA PARA OS PROJETOS DA INFOVIA DIGITAL DE ALAGOAS E DA NOVA INFOVIA DIGITAL, MARCOS PARA A CONECTIVIDADE

Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no Jaraguá, é a entidade gestora do novo Parque Tecnológico de Alagoas

A vinculação do Itec à Secti, em 2011, foi um marco para os avanços que vieram nos anos seguintes e que estão em curso. A tecnologia da informação pública, além da prestação de serviços ao cidadão de forma direta nas áreas de segurança pública, saúde e educação, é absolutamente decisiva para a gestão pública, tendo papel fundamental na redução de despesas, na arrecadação e no controle dos

gastos públicos.

A evolução do Itec – direcionada especialmente pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação do Estado de Alagoas (PDTIC) e pelo conjunto de Relatórios de Estruturação do Ambiente de Governança Corporativa – tem gerado resultados concretos para o Estado de Alagoas, a exemplo dos avanços obtidos em relação à conecti-

vidade pública, com os projetos da Infovia Digital de Alagoas e da Nova Infovia Digital de Alagoas. Esses projetos permitiram a conectividade de quase todas as escolas públicas do Estado, assim como também a conexão de postos de saúde, delegacias de polícia, postos fiscais, pontos de atendimento ao cidadão, dentre outros. Ainda relacionado ao Itec, consta a implantação do sistema de videomo-

nitoramento, que impacta diretamente na área da segurança pública. Os avanços no Detran/AL – atendimento e arrecadação – também foram fruto de parceria com o Instituto.

As mudanças internas no Itec, provocadas pela implantação de um modelo de excelência da gestão, criaram e consolidaram projetos estratégicos, como o Escritório de Projetos, o Núcleo da Qualidade da Gestão, o Núcleo de Gestão Eletrônica de Documentos, a Fábrica de Software e a Central de Serviços, dentre outros.

Além das questões estruturais relacionadas à conectividade e ao acesso à internet em Alagoas, uma das marcas de um legado relacionado à tecnologia foi a criação do Programa Alagoano de Inclusão Digital e seus desdobramentos. O Programa abrangeu mais de 72 mil pessoas, atendidas diretamente por meio de cursos de capacitação em informática básica, e mais de 200 mil pessoas, com acesso ao mundo digital. Foram formalizadas 120 lan-houses voltadas à oferta de cursos tecnológicos gratuitos. Nos 60 telecentros instalados em 28 municípios, inclusive na capital, a população passou a ter acesso à internet e a cursos de informática, gratuitamente.

Outro destaque dessa gestão foi a criação do Parque Tecnológico de Alagoas, como ambiente de articulação, integração e desenvolvimento de projetos conjuntos entre a Academia, o setor



Neno Casullo

Polos Agroalimentares de Batalha e Arapiraca, já inaugurados, fazem parte do Parque Tecnológico

produtivo e a sociedade civil. O Parque compreende o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Alagoas, entidade gestora sediada no bairro do Jaraguá (Maceió); os Polos Tecnológicos Agroalimentares (Batalha e Arapiraca); o Polo de Tecnologia da Informação, Comunicação e Serviços (capital); e o Polo Tecnológico da Cadeia Produtiva da Química, Plástico e Materiais (Maceió).

Com a inauguração dos dois Polos Tecnológicos, no interior do Estado, e o início das obras do terceiro na capital, as atividades empreendedoras e de inovação em processo de ascensão tendem a seguir sua rota de crescimento. Importante também a ampliação de financiamento estadual

para pesquisas, a transferência de tecnologias e o início de convênios com o Estado, universidades, institutos de ensino superior e instituições internacionais de renome em tecnologia, juntamente com a recriação da Emater.

O processo de transformação da ciência, tecnologia e inovação, nos últimos 8 anos, não aconteceria se a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapeal) também não estivesse envolvida nessas mudanças. Algumas diretrizes estratégicas foram implantadas e possibilitaram os inúmeros avanços, o resgate da credibilidade da instituição junto aos órgãos financiadores e, sobretudo, junto aos principais beneficiários – estudantes, pesquisadores, professores, técnicos, empresas, enfim, a sociedade alagoana.

CULTURA EMPREENDEDORA

O estímulo à cultura empreendedora é outro dado a demonstrar o olhar do governo Teotonio Vilela para uma importante vertente da economia: a micro (negócio com renda bruta anual inferior ou igual a R\$ 360 mil) e a pequena (com renda bruta anual superior a R\$ 360 mil e inferior a R\$ 3,6 milhões) empresa. Esse tipo de negócio passou de 50 mil, em 2007, para mais de 149 mil em 2014. Criado mais recentemente, no país, a figura do Microempreendedor Individual (MEI) – tipo empresarial legalizado como pequeno empresário com faturamento máximo de R\$ 60 mil por ano e sem participação em outra empresa como sócio ou titular – tem quantitativo no Estado, atualmente, de 59,5 mil empresas.

A criação do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Fempe) foi um marco, especialmente por articular esforços do Governo e do setor privado, principalmente no tocante ao tratamento diferenciado dispensado a essas iniciativas. O Programa Pontapé e o Encontro Alagoano de Educação Empreendedora, promovidos pelo Fempe, são exemplos de sucesso,

por focar o pensamento inovador do empreendedorismo, enquanto alternativa de crescimento profissional, principalmente aos universitários.

Alagoas registra o maior número de artesãos cadastrados no país. São quase 12 mil artistas que na parceria entre o Governo e o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) encontraram uma oportunidade de transformação social e melhoria de vida. A geração de trabalho e renda e o estímulo

ALAGOAS REGISTRA O MAIOR NÚMERO DE ARTESÃOS CADASTRADOS NO PAÍS. SÃO QUASE 12 MIL ARTISTAS BENEFICIADOS PELA PARCERIA ENTRE O GOVERNO E O PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO (PAB)



Michel Rios

lo ao aproveitamento das vocações regionais têm permitido o reconhecimento da sociedade. A participação em feiras e eventos, de porte nacional e internacional, registra uma comercialização de mais de R\$ 670 mil nos últimos quatro anos.

O Programa Arranjos Produtivos Locais (PAPL) é integrado por 18 iniciativas, presentes em 88 municípios, envolvendo mais de 20 mil produtores vinculados a associações e cooperativas. O montante da comercialização em 2013 ultrapassou os R\$ 5 milhões em serviços e produtos, graças, especialmente, ao apoio da Rede Nacional Comércio Brasil, uma ferramenta do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que se caracteriza por aproximar micros e pequenos empreendedores aos canais de comercialização, facilitando o acesso, o relacionamento e o desenvolvimento das empresas envolvidas.

O Agreste, forte na criação e fortalecimento dos APLs, pontuou com iniciativas no campo da movelaria, da fruticultura, hortifruticultura e da mandioca. No Vale do Mundaú, a cultura da banana e, em especial, da laranja lima foram destaques. Alagoas ganhou, em 2014, sua primeira fábrica de sucos de laranja lima, que vem fortalecendo o faturamento dos produtores da região. No APL Costa dos Corais o foco foi o desenvolvimento do turismo nos municípios litorâ-

O NÚMERO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EM ALAGOAS, SALTOU DE 50 MIL, EM 2007, PARA MAIS DE 149 MIL, EM 2014

neos da Região Norte – de Paripueira a Maragogi –, envolvendo as belezas naturais, o artesanato, a gastronomia, o ecoturismo e a hotelaria.



IMPULSO À MICRO, PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

A autorização pelo Banco Central, em 2009, para o funcionamento da Agência de Fomento de Alagoas – a Desenvolve – foi o ponto de partida para o fortalecimento e consolidação da política de investimento do Estado, dentro da perspectiva de indução e aceleração do desenvolvimento sustentável com inclusão social e produtiva, com foco nos empreendimentos nascentes em micros, pequenas e médias empresas.

A Desenvolve vem desempenhando importante papel como agente financeiro para a execução de recursos federais e de políticas públicas baseadas no crédito e na mudança cultural da doação de recursos para projetos baseados no mérito. Foi também importante promotora da bancarização e da inclusão digital dos empreendedores de pequeno porte, além de atuar como agente catalisador do desenvolvimento local.

Com capital social de R\$ 34,88 milhões, ativos da ordem de R\$ 43,44 milhões e receitas anuais de R\$ 4,6 milhões, a Agência, desde o início de sua operação, já investiu R\$ 20 milhões em projetos,



beneficiando aproximadamente 25 mil pessoas em toda Alagoas, sendo R\$ 18 milhões em créditos produtivos.

Alagoas, nos últimos oito anos, deu um salto importante no estímulo às micros, pequenas e médias empresas, bem como aos empreendedores individuais. Uma política de desenvolvimento regional vem sendo fomentada, tomando como base o preparo e a organização de empresas e organizações produtivas para que acessem o mercado com planejamento, adequação à

A Desenvolve – Agência de Fomento de Alagoas fortalece os empreendimentos nascentes no Estado



NÚMEROS DA DESENVOLVE

R\$ 34,88 MILHÕES

CAPITAL SOCIAL

R\$ 43,44 MILHÕES

ATIVOS

R\$ 4,6 MILHÕES

RECEITAS ANUAIS

R\$ 20 MILHÕES

INVESTIDOS EM PROJETOS

25 MIL

PESSOAS BENEFICIADAS

R\$ 18 MILHÕES

EM CRÉDITOS PRODUTIVOS

legislação e organização interna, além da oferta de linhas de crédito e programas de fomento que já beneficiaram mais de 40 mil alagoanos nos 102 municípios.

A criação e implantação em todos os municípios da legislação estadual que deu base aos benefícios da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, tornou possível, por meio da Agência, priorizar empreendedores em licitações públicas, facilitar a desoneração tributária, simplificar o processo de abertura de empresa, estimular a inovação tecnológica e o acesso ao mercado.

Uma realidade que beneficiou diferentes grupos e segmentos foi a criação e implantação

de programas e projetos como o Apoio às Feiras Livres; o Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Ovinocaprinocultura; o Economia da Praia; o Talento Wiki; o Apoio aos APLs de Baixa Renda; o Agricultura Periurbana; o Fortalecimento das Microfinanças de Alagoas; o Programa de Capitalização das Cooperativas de Crédito (Procap); o Alagoas Cidadã e o Fortalecimento das Microindústrias.

Várias linhas de crédito foram ofertadas dando cobertura a praticamente todas as demandas que chegaram à Desenvolve, como o Compras Governamentais; Força Cooperativa; APLs; Crédito Competitivo; Microcrédito Kit Gás

Automotivo; Microcrédito Desenvolve/BNDES; Microcrédito Desenvolve/Arsal; Microcrédito Desenvolve/Sertão; Inovacred e Cadeia Produtiva Estratégica e Desenvolve Cadeia do Leite.

Parcerias locais, nacionais e internacionais foram fundamentais na consolidação da Desenvolve como promotora do desenvolvimento e do crescimento empresarial em Alagoas, tais como o BID; Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); Aecid; BNDES; Banco Mundial; Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE) e o Sebrae.

ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

O setor produtivo energético em Alagoas viu sua estrutura mudar positivamente nos últimos anos. Duas unidades fabris trouxeram para o Estado o que há de mais avançado em energia renovável. Em 2007, foi criado o Conselho Estadual de Política Energética (Cepe), reunindo representações importantes do segmento em Alagoas com o objetivo de assessorar o Governo no que concerne a formulação de políticas públicas e monitoramento das ações do setor energético no Estado. Através do Cepe, foi retomada a elaboração do Balanço Energético de Alagoas, capaz de demonstrar a potencialidade e a utilização das diversas fontes de energia do Estado, preenchendo uma lacuna de cerca de 20 anos.

O gás natural, em Alagoas, começou a ser utilizado pelas indústrias em substituição a outros energéticos e depois se firmou como combustível automotivo, especialmente pela economia. Com a expansão da rede e consolidação do insumo no mercado alagoano, residências e estabelecimentos comerciais também aderiram aos benefícios

apresentados pelo produto. A Algás foi a primeira distribuidora de gás natural do país, fora do eixo Rio/São Paulo, a atuar nos quatro segmentos: industrial, veicular, residencial e comercial.

A ampliação colocou como exigência o aumento do quadro de funcionários com a realização de quatro concursos, entre 2007 e 2014, passando de 36 para 89 empregados. A evolução em número de clientes, num lapso de oito anos, é bastante

A ALGÁS FOI A PRIMEIRA DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL DO PAÍS, FORA DO EIXO RIO/SÃO PAULO, A ATUAR NOS QUATRO SEGMENTOS: INDUSTRIAL, VEICULAR, RESIDENCIAL E COMERCIAL



Luis Eduardo Vaz

significativa, partindo de 20,7 mil usuários para 60 mil e de 272 estabelecimentos comerciais para 483. Atualmente, três shoppings na capital fazem uso do gás.

Entre os projetos estratégicos da Algás, está o Gasoduto Penedo-Arapiraca, de 66 km, que levará o gás natural do city gate (ponto de acesso do gás) localizado em Penedo até a futura

estação da Algás, em Arapiraca. A obra, orçada em R\$ 41 milhões e em andamento, tem término planejado para 2017. Está prevista a obra de duplicação do gasoduto Pilar-Marechal, com 14km de extensão. O investimento é de R\$ 11 milhões. A duplicação ampliará o atual sistema de distribuição de gás natural, que chega ao polo multisetorial daquela região.

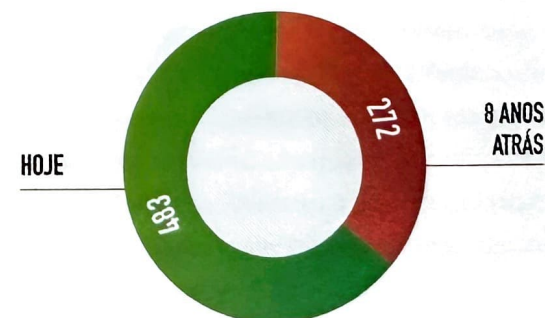
Helena Omena



EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE CLIENTES



EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE ESTABELEÇIMENTOS COMERCIAIS



TURISMO

Nos últimos anos, o turismo vem se consolidando como importante componente do processo de crescimento e de fortalecimento da economia em Alagoas. O governo Teotonio Vilela Filho ao colocar o turismo como uma política de Estado aprovou, por meio do Decreto nº 27.141, de julho de 2013, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas para um horizonte de 10 anos. O Plano, construído de forma coletiva e participativa, contém as diretrizes e metas orientadoras da ação nesse campo, de maneira descentralizada e articulada com os diferentes setores da gestão pública, na esfera federal, estadual e municipal, com entidades do setor e a sociedade civil organizada.

Alagoas é reconhecidamente um dos destinos mais vendidos no país pelas operadoras turísticas. O crescimento do desembarque de passageiros no Aeroporto Zumbi dos Palmares, nos últimos sete anos, foi de 109%. O fluxo médio anual foi de 1,3 milhão de passageiros. Até setembro de 2014, passaram pelo aeroporto 914,8 mil pessoas.

Mereceu destaque no período o fortalecimento da malha aérea, através da captação de voos charters nacionais e da malha regular, oriundos de cerca de 20 municípios brasileiros, e internacionais



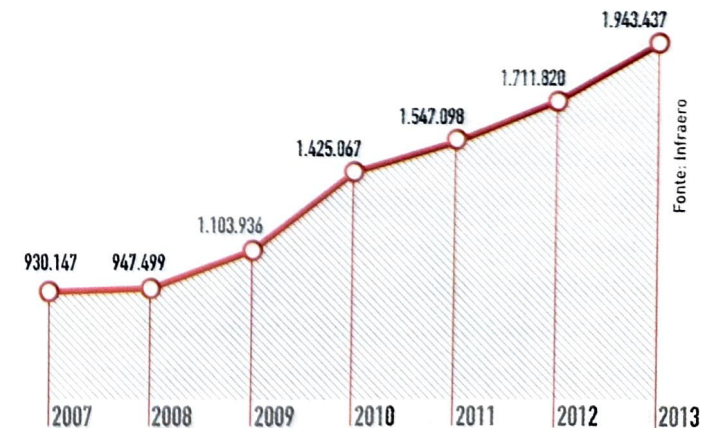
Neno Canudo



NÚMERO DE PASSAGEIROS

109%

CRESCIMENTO DO DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO ZUMBI DOS PALMARES, NOS ÚLTIMOS SETE ANOS



Fonte: Infraero



originados em cidades da América do Sul, como Buenos Aires e Santiago, e da Europa, como Roma, Milão e Lisboa, com a entrada de novas companhias aéreas. A média anual foi de 27 nacionais e quatro internacionais.

O porto de Maceió, considerado um porto natural pela facilidade de atracamento, também foi uma importante entrada de turistas em Alagoas.

Entre 2007 e 2014 foram quase 240 cruzeiros, totalizando 572 mil passageiros. Alagoas é o segundo destino do Nordeste a receber o maior número de cruzeiristas.

Os avanços no setor hoteleiro foram relevantes, com o crescimento na oferta de leitos e unidades habitacionais em mais de 60%. Foram implantados 20 novos hotéis e 35 pousadas, e mais 11 retrofits

(reformas e melhorias), gerando mais de 3 mil empregos diretos e aproximadamente 7 mil indiretos.

Com a presença de novas indústrias e empresas, o perfil corporativo já representa um percentual significativo na taxa de ocupação dos hotéis, o que impacta positivamente na mitigação da sazonalidade. A taxa média de ocupação de 72%, no ano passado, ficou acima da média brasileira que foi de 65,6%.

A capital recebeu 422,6 mil hóspedes no primeiro semestre de 2014, tendo janeiro o maior fluxo, ultrapassando 78 mil hóspedes. Em 2013, cerca de 2,8 milhões de visitantes estiveram em Alagoas, com uma permanência média de quatro dias.

A parceria com o Ministério do Turismo e com a Embratur resultou na captação de recursos de quase R\$ 2 milhões nesses oito anos para promoção do destino turístico Alagoas no mercado nacional e internacional, inclusive com a realização de campanhas promocionais em vários idiomas.

Outras iniciativas no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nordeste II) direcionaram recursos para os Polos Costa dos Corais e Lagoas e Mares do Sul, que permitiram, inclusive, a estruturação dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS).

O Mapa do Turismo no Estado fez um recorte das seis regiões turísticas – Costa dos Corais, Ma-

ceió, Lagoas e Mares do Sul, Agreste, Caminhos do São Francisco e Quilombos –, caracterizando suas especificidades e elementos constitutivos, contemplando 36 municípios.

Com investimentos da ordem de R\$ 3 milhões, o Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco garante o desenvolvimento socioeconômico de famílias de baixa renda de doze municípios da região, por meio de atividades voltadas para o turismo sustentável. Os recursos para a concretização do programa foram viabilizados pelo BID e pela Aecid, com contrapartida assegurada pelo Governo do Estado. São quatro os eixos de trabalho do projeto: planejamento do destino turístico ao longo do Rio São Francisco; desenho de produtos turísticos na região; capacitação dos profissionais; e a promoção, comercialização do destino e difusão do projeto. Um dos principais objetivos é melhorar o quadro econômico do Baixo São Francisco através do desenvolvimento do turismo sustentável.

O Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso vem se constituindo em importante instrumento de captação de eventos para o Estado, com uma média anual de 150 realizações entre 2007 e 2014, envolvendo um público de aproximadamente 400 mil pessoas. A climatização dos pavilhões e a construção de quatro novos auditórios, com conclusão prevista para dezembro de 2014, envol-

veram recursos de R\$ 16,4 milhões.

O Estado candidatou-se e foi escolhido pela Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) como Centro de Treinamento de Seleções para a Copa do Mundo 2014, graças ao empenho para revitalizar o complexo esportivo do Estádio Rei Pelé. Com o trabalho de prospecção das seleções “cabeça de chave”, o Estado foi escolhido pela seleção de Gana. No contexto do torneio mundial foi desenvolvida a campanha As Praias da Copa com o objetivo de atrair mais turistas.

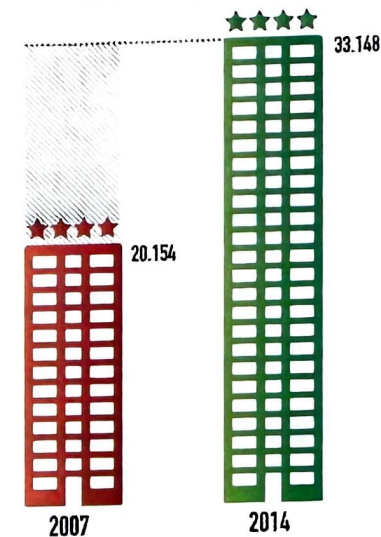
Ao se empenhar no investimento em infraestrutura o Governo cumpriu com uma parte essencial para o sucesso nesse campo, como a duplicação da AL-101 Sul até a Barra de São Miguel e a construção da alça da Flamenguinha que liga o Aeroporto Zumbi dos Palmares ao litoral norte, encurtando em 32 km o trajeto para chegar às belas praias dessa região.

O Estado foi um dos pioneiros no país na implantação do Projeto Orla, desde 2009. Trabalhando em parceria, especialmente com os gestores dos municípios costeiros, foi viabilizada a fiscalização, a normatização e o planejamento ambientalmente sustentável da ocupação litorânea, visando a sustentabilidade das orlas. A cidade de Paripueira, no litoral Norte, foi beneficiada, inclusive, por dispor do primeiro parque municipal marítimo do Brasil.

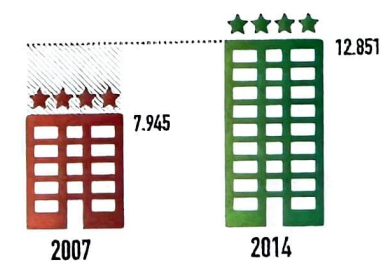
OFERTA HOTELEIRA

INCREMENTO DA OFERTA HOTELEIRA ENTRE 2007 E 2014

NÚMERO DE LEITOS



NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS





**A CLIMATIZAÇÃO
DOS PAVILHÕES
E A CONSTRUÇÃO
DE QUATRO NOVOS
AUDITÓRIOS
ENVOLVERAM R\$
16,4 MILHÕES EM
RECURSOS**

Centro Cultural e de Exposições
Ruth Cardoso: importante
instrumento de captação de
eventos para o Estado

AGRICULTURA

Entre as marcas do governo Teotonio Vilela Filho está a revolução silenciosa no campo, com a prioridade dada ao desenvolvimento desde o agronegócio à agricultura familiar. Isso fica patente ao olhar o orçamento para a pasta, quando comparado ao encontrado em 2007, quadruplicou, envolvendo recursos próprios e captados mediante convênios com o Governo Federal e com entidades internacionais, como Banco Mundial e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid).

A frota de veículos sucateada com 40 viaturas passou para mais de 300, incluindo carros, motocicletas e tratores. Os programas e convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) abrangeram aproximadamente 83 mil agricultores.

A inclusão produtiva mereceu atenção especial com a promoção de várias iniciativas, a exemplo do Programa de Sementes, avaliado como um dos mais organizados do país, envolvendo investimentos de quase R\$ 10 milhões. Esse programa recebeu do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoep), entre 2007 e 2014, mais de

OS INVESTIMENTOS NA PASTA DA AGRICULTURA QUADRUPPLICARAM NOS ÚLTIMOS 8 ANOS

O campo alagoano viveu uma revolução silenciosa nos últimos anos, desde o agronegócio à agricultura familiar

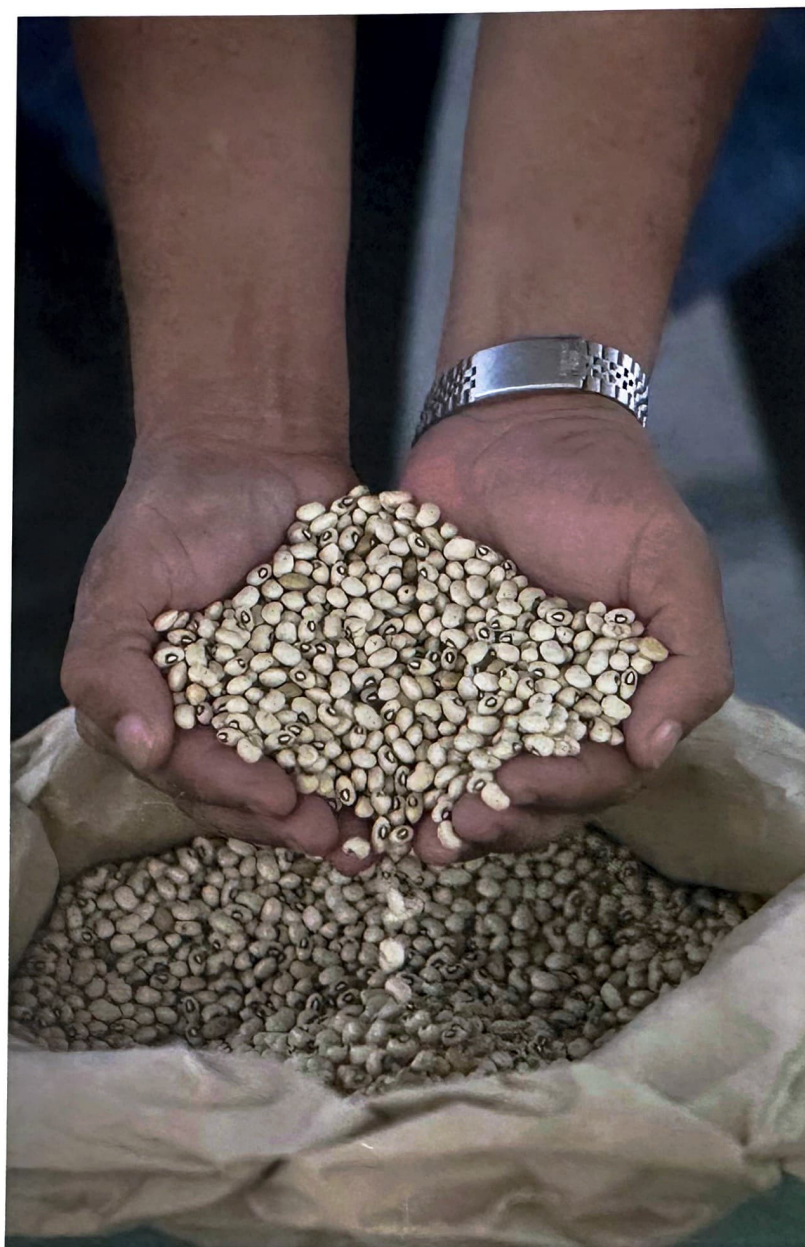


Thiago Sampaio

R\$ 50 milhões. De um cenário de distribuição fora de época e sem produtividade, o Governo passou a garantir sementes de milho, feijão, arroz, mamona, sorgo e algodão que somaram mais de 5 milhões de quilos, entregues a cerca de 83 mil agricultores familiares, na época ideal para o plantio. A distribuição política foi substituída pela adoção de critérios discutidos em fóruns de participação, como o vinculado ao programa Territórios da Cidadania.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), importante canal de escoamento da produção familiar, é outra iniciativa que alcança 67 cidades e mais de mil produtores, com investimento médio anual de R\$ 4,5 milhões. Os produtos adquiridos são doados a entidades assistenciais sediadas nos próprios municípios. No programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais), também voltado para esse segmento, foram implantadas 330 unidades de produção associadas à capacitação de técnicos e agricultores.

O Programa do Leite também é uma referência para o país, avançando na aquisição do produto que passou de 63,5 mil litros/dia para 80 mil litros/dia, incluindo leite de vaca e de cabra, beneficiando cerca de 80 mil famílias com um litro de leite. Ainda em relação ao leite, foram destaques o Alagoas Mais Leite, no âmbito do programa Alagoas Mais, e o Balde Cheio, uma metodologia da Embrapa que incrementa tecnologia e rompe com



MAIS DE 80 MIL PRODUTORES FORAM BENEFICIADOS COM O PROGRAMA DE SEMENTES

técnicas tradicionais, por meio da assistência técnica. Essas iniciativas beneficiaram cerca de mil pequenos produtores, com investimento de mais de R\$ 7 milhões na aquisição de equipamentos, capacitação de técnicos e agricultores e na assistência técnica específica, resultando no aumento da produção de leite e do número de animais nascidos por inseminação artificial.

Os programas Alagoas Mais foram exemplos concretos da forte política de governo em iniciativas estruturantes que vêm mudando significativamente o cenário rural alagoano. Além do Alagoas Mais Leite, tem-se o



POR MEIO DO PROGRAMA DO LEITE, CERCA DE 80 MIL FAMÍLIAS SÃO BENEFICIADAS COM A DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO

Alagoas Mais Alimentos, o Alagoas Mais Ovinos e o Alagoas Mais Peixe. Os recursos foram destinados, principalmente, a incentivos e benefícios para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento do meio rural, com projetos que privilegiaram a inclusão e a dinamização produtiva; a agregação de valor e o apoio à comercialização; e o acesso ao crédito rural e ao seguro-safra.

O Alagoas Mais Ovinos contabilizou a multiplicação do rebanho pelos agricultores beneficiados em cerca de 60%, além de agregar melhoria da qualidade genética. Foram entregues mais de 7 mil ovinos e 2 mil caprinos, garantindo a geração de renda para centenas de produtores, envolvendo recursos de mais de R\$ 3 milhões. A assistência técnica foi mantida de forma continuada como compromisso por parte do Governo.

O pequeno agricultor também foi beneficiado com o apoio da Agência Desenvolve que, por meio de organizações de microcrédito, atinge comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, sem acesso ao sistema financeiro formal, que não possui conta bancária. Esse fomento tem chegado ao homem do campo que se sustenta da agricultura familiar.

Desenvolvido a partir de 2011, o Programa de Avicultura Familiar (PAF) beneficia famílias de 17 municípios do Agreste e do Sertão, por meio da distribuição de aves e ração. Os recursos aplicados são oriundos do Fecoeq. Durante o programa, 900 famílias receberam 43.500 aves de corte e 25.500 aves de postura. Apenas famílias cadastradas em associações ou cooperativas podem aderir ao PAF.

Outra iniciativa voltada para os produtores rurais, o Programa Água para Todos (PAT) proporciona às famílias água o ano todo, por meio

Paulo Rios



da construção de cisternas de armazenamento. Os produtores recebem capacitação para auxiliar na construção, instruções do uso de cisternas, bem como informações sobre o manejo de água para consumo humano e para o sustento animal e vegetal. O projeto beneficia 15 municípios do Alto Sertão e Agreste. O PAT já beneficiou mais de 7 mil famílias, com a construção de 7.441 cisternas, 220 barragens e 50 tanques.

Iniciado em 2013, o Programa Alagoas mais Irrigação tem o objetivo de estimular o uso de técnicas de irrigação na produção de alimentos para famílias e espécies forrageiras para os rebanhos. O programa, que já beneficiou 800 agricultores familiares, consiste na distribuição de kits de irrigação com capacidade para áreas de até um hectare. Foram investidos R\$ 4,9 milhões – recursos do Fecoop, Codevasf e BNDES.

PROGRAMAS ALAGOAS MAIS LEITE, ALAGOAS MAIS ALIMENTOS, ALAGOAS MAIS OVINOS E ALAGOAS MAIS PEIXE INCENTIVAM A PRODUÇÃO

Alagoas Mais Ovinos garantiu geração de renda para centenas de produtores por meio da entrega de ovinos e caprinos

A EMATER

A Emater, vista tradicionalmente como importante instrumento de extensão rural, fomento e pesquisa no campo, teve seu fim decretado em novembro de 2000. O governo Teotonio Vilela Filho reestruturou a assistência técnica com a criação do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável, mantendo a sigla pelo seu significado e valor histórico para as famílias do campo.

Por meio da Emater, foi viabilizada a compra de ferramentas, computadores, tratores, pickups, caminhões-tanque para transporte de produtos sob resfriamento e atendimento direto ao produtor. São cerca de 200 profissionais, entre agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas, economistas e administradores, atuando no fortalecimento e agregação de valor à produção das famílias no meio rural.

EXTINTA EM 2000, A EMATER FOI REESTRUTURADA NESSA GESTÃO E É FUNDAMENTAL NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA ÀS FAMÍLIAS DO CAMPO



Micheli Rios

A ADEAL E A FEBRE AFTOSA

O risco da febre aftosa foi um desafio que mereceu o enfrentamento do governo Teotonio Vilela Filho desde a primeira hora. Com esforço, empenho e parceria com os produtores rurais, Federação da Agricultura e a Associação dos Criadores de Alagoas, o Estado passou de zona de risco desconhecido para o status de zona de risco médio em 2009.

Eficiência nas campanhas de vacinação, realizadas em maio e novembro, sustentadas por publicidade, resultaram em coberturas superiores a 95%, um dos melhores índices no país, que associadas à vigilância ativa do serviço oficial, fizeram Alagoas ser reconhecida nacionalmente, em 2013, como zona livre da febre aftosa com vacinação. Em maio de 2014, veio o reconhecimento internacional por meio de certificação da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

A Adeal foi fortalecida com a realização de concurso público para fiscais agropecuários, agentes e pessoal de apoio, além de convênios assinados com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), sendo repassado, em 2011,





AVANÇOS NO COMBATE À FEBRE AFTOSA: EM 2009, O ESTADO PASSOU DE ZONA DE RISCO DESCONHECIDO PARA O STATUS DE ZONA DE RISCO MÉDIO. EM 2013, ALAGOAS CONQUISTOU O STATUS DE ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO

As campanhas de vacinação resultaram em coberturas superiores a 95%, um dos melhores índices no país

R\$ 1,3 milhão – sendo a contrapartida de R\$ 158,5 mil do Estado –, destinado à aquisição de veículos e equipamentos de informática para as unidades da Agência em todo Estado.

Em outras frentes, além da aftosa, a Adeal vem atuando no combate à brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, anemia infecciosa dos equídeos, mormo, entre outras enfermidades, além da inspeção de indústrias e produtos de origem animal. Na área vegetal, a atuação engloba o controle e combate de pragas como Helicoverpa armígera, mosca negra dos citros, entre outras pragas quarentenárias.

A fiscalização do trânsito de animais e vegetais vem se intensificando, com a reestruturação de postos fixos nas principais vias de entrada e saída do Estado e por meio de barreiras móveis. Em 2013, foi emitida a primeira guia de trânsito animal eletrônica, a e-GTA.

PESCA E AQUICULTURA

Em 2011, a pesca e a aquicultura receberam atenção particularizada do governo Teotonio Vilela Filho. Foi criada a Secretaria da Pesca e Aquicultura, tornando Alagoas o terceiro Estado a criar um órgão específico para formular, planejar, coordenar e executar políticas voltadas ao desenvolvimento da atividade pesqueira e aquícola, envolvendo nesse tempo recursos de R\$ 4,1 milhões, oriundos do Fecoop e via convênios.

Nessa vertente, um importante avanço foi a instituição da Política de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura. Uma proposta encaminhada ao Legislativo pelo governo Teotonio Vilela Filho que traz em seu bojo a criação do Sistema Estadual de Pesca e Aquicultura, por meio do qual o poder público dará cumprimento aos princípios e diretrizes estabelecidos na Política, além de possibilitar o suporte institucional e técnico às ações e atividades inerentes à mesma. Exercerá, de outro lado, o papel fiscalizador e orientador, mediante fomento da educação ambiental.

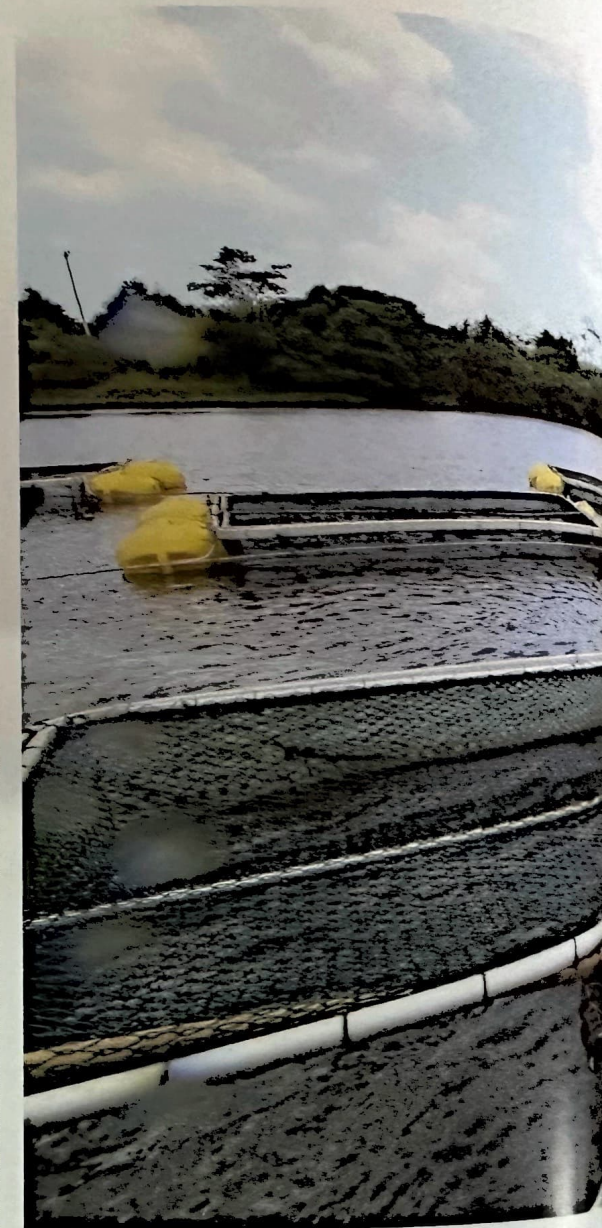
A Política é mais um importante legado do Governo que precisa ser consolidado e fortalecido

tendo em vista a efetivação do ordenamento, da fiscalização e do fomento das atividades de pesca e aquicultura em Alagoas, especialmente tendo como referência o uso racional dos recursos naturais e a participação da sociedade nas decisões. Um ponto de fragilidade tratado na Política e que deve merecer um olhar atento é a concessão de licenças e registros para a atividade pesqueira, referenciada na proteção dos ecossistemas e na manutenção do equilíbrio ecológico.

Foram e serão fundamentais para o setor da pesca e aquicultura as parcerias com instituições como o Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), o Sebrae, a Fapeal, as colônias de pescadores, a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e as prefeituras dos municípios trabalhados.

Várias iniciativas podem ser destacadas como o programa Alagoas Mais Peixe com incentivo à produção aquícola sustentável em tanques-rede, envolvendo cerca de 400 famílias em 12 municípios. O programa em fase de redimensionamento prevê a implantação de parques aquícolas em lagoas e reservatórios d'água.

Na produção de alevinos, a parceria com a Ufal



Adairton Calheiros



e o investimento em pesquisa melhorou a qualidade genética das matrizes. Cerca de 200 mil alevinos/mês estão sendo doados a produtores rurais de baixa renda e famílias beneficiárias de programas de governo, assentados da reforma agrária e povos indígenas.

O projeto Ostras de Alagoas alcançou 130 famílias incluindo a revitalização de cultivos existentes em seis municípios. Uma depuradora, instalada em Coruripe, tem capacidade para tratar 10 mil ostras em 48 horas, garantindo segurança, qualidade e agregando valor ao produto.

O sururu tem merecido a atenção do Governo com o projeto Sururu das Lagoas de fomento à pesquisa sobre a viabilidade do cultivo/produção do molusco. Para as marisqueiras da Lagoa Mundaú estão sendo adquiridos kits de cozinha com o objetivo de melhorar a higiene e a qualidade dos produtos.

Outro projeto, o Algas Nativas, desenvolvido nos municípios do litoral, tratou da produção e comercialização junto a fabricantes de cosméticos e alimentos. O APL da própolis vermelha dos manguezais alagoanos conquistou selo de qualidade e de reconhecimento da singularidade, que colocou o produto nos mercados mais exigentes.

Capacitações para os pescadores do Estado estão sendo promovidas e um cadastro da frota está sendo efetivado, tendo em vista a construção de um banco de dados que vai subsidiar a viabilização de políticas públicas para o setor.

INFRAESTRUTURA, GRANDES OBRAS

Com Alagoas crescendo mais e melhor foi possível ao governo Teotonio Vilela Filho realizar um vigoroso programa de investimentos em infraestrutura. Foram quase R\$ 6 bilhões direcionados para transporte, abastecimento de água, esgotamento sanitário e habitação.

Em todas as regiões, o Governo trabalhou por melhores condições de mobilidade. Cerca de R\$ 887 milhões foram investidos em infraestrutura rodoviária (até setembro de 2014), com obras que facilitam a vida da população e impulsionam o desenvolvimento econômico. Vários trechos foram concluídos e outros estão em andamento com previsão de entrega em dezembro de 2014, outros por iniciar já têm recursos garantidos. Foram pavimentados mil km de estradas em todo o Estado.

Duas das principais rodovias receberam obras de duplicação: a AL-101 Sul (52 km) e a AL-220 (6 km). Aquela se estende entre o Pontal da Barra (Maceió) e o Trevo do Gunga (Barra de São Miguel). Ao longo da rodovia, quatro pontes foram duplicadas e houve a construção de três novos viadutos. A AL-220 é importante por melhorar o



FORAM PAVIMENTADOS 1000 KM DE ESTRADAS EM TODO O ESTADO

acesso à Arapiraca e pelo que representa no fluxo de produtos e mercadorias entre a capital e o interior, principalmente na região do Agreste. Ainda para essa Região foi feita ampliação e modernização do terminal rodoviário da cidade de Arapiraca.

Está em fase de conclusão a AL-105, conhecida como Alça da Flamenguinha. Na Região Norte, o trecho da AL-480, que foi entregue em 2011, dá acesso ao município de Jundiá, esperado há mais de 50 anos pela população local: são 11 km do entroncamento da BR-101 até a cidade. Ainda nessa Região, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER/AL) realiza a recuperação dos trechos: AL-430 (São Luís do Quitunde/Passo de Camaragibe); AL-435 (Passo de Camaragibe/Barra de Camaragi-

be); AL-101 Norte (Barra de Camaragibe/Porto de Pedras); e AL-460 (Porto de Pedras/Porto Calvo).

A recuperação da malha rodoviária foi uma realidade nesses oito anos do Governo, contemplando mais de 80 municípios com obras em todas as regiões do Estado. Foram 80 acessos municipais e a recuperação de rodovias importantes, no Agreste e Sertão (AL-220, AL-225, AL-145 e AL-499) e no Vale do Paraíba e Mundaú (AL-440, AL-210 e AL-110). Na AL-225 um trecho de 30 km também foi restaurado na parte da rodovia que passa na Região Sul. A recuperação contemplou ainda a AL-220, de São Miguel dos Campos até Arapiraca, e a AL-101 Sul, da Barra de São Miguel a Penedo.

Em outubro deste ano, foi inaugurada a restauração da rodovia AL-101 Sul, no trecho do Trevo do Gunga até o município de Coruripe. A obra conta com 56 km de extensão. Ainda na Região Sul, o DER/AL executa a restauração dos trechos entre Coruripe e Piaçabuçu; Roteiro e São Miguel dos Campos; e Piaçabuçu a Penedo.

Dentro do programa de reconstrução, voltado para as cidades devastadas pela enchente dos rios Mundaú e Paraíba em 2010, foram efetivadas, com o apoio do Governo Federal, 209 obras viárias, incluindo a recuperação de rodovias, sendo 415 km de vicinais e 65 km estaduais; 85 mil m² de pavimentação urbana e construção de 54 pontes. O programa abrangeu 19 municípios.



INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

R\$ 1,9 BILHÃO
HABITAÇÃO

R\$ 1,8 BILHÃO
CANAL DO SERTÃO

R\$ 887 MILHÕES
RODOVIAS

R\$ 582 MILHÕES
ESGOTAMENTO SANITÁRIO

R\$ 667,3 MILHÕES
ABASTECIMENTO DE ÁGUA

HABITAÇÃO

Um marco histórico no governo Teotonio Vilela Filho foi o setor de habitação. Em oito anos foram 50,2 mil unidades, representando investimentos de R\$ 1,9 bilhão. Isso significa mais casas construídas nesse período (2007-2014) do que nos 42 anos anteriores ao início dessa gestão. Entre 1964 a 2006, foram erguidas 26 mil casas, pouco mais da metade do número de habitações construídas nos últimos 8 anos.

No Programa da Reconstrução para os 19 municípios destruídos pelas enchentes, foram 17,7 mil moradias distribuídas em 32 conjuntos residenciais. Nesse programa, o Governo utilizou recursos transferidos da União tanto para as moradias como para a recuperação de rodovias, estradas vicinais, pontes e vias urbanas.



HABITAÇÃO EM NÚMEROS

50,2 MIL
CASAS CONSTRUÍDAS ENTRE
2007 E 2014 (8 ANOS)

26 MIL
CASAS CONSTRUÍDAS ENTRE
1964 A 2006 (42 ANOS)



CANAL DO SERTÃO

O Canal do Sertão é a maior obra em execução de infraestrutura hídrica de Alagoas e do Nordeste. O empreendimento abrangerá 42 municípios e mais de um milhão de alagoanos, estendendo-se por 250 km, entre Delmiro Gouveia e Arapiraca, levando água para a população sertaneja que hoje sofre com a seca, melhorando a qualidade de vida e desenvolvendo a economia regional, contribuindo também para a redução do êxodo rural no sertão.

O governo Teotonio Vilela Filho iniciou as obras do Canal e concluiu os dois primeiros trechos, alcançando o km 65. As obras do terceiro trecho encontram-se em ritmo acelerado e as do quarto foram iniciadas. O Estado tem recursos garantidos, junto ao Ministério da Integração Nacional, para executar a obra até o km 123,4.

O Canal representa muito mais que uma simples obra de engenharia, é uma ação transformadora que traz em si a possibilidade de sonhar com um sertão rico de vida e banhado de esperança. Carros-pipa, barreiros e agricultores já utilizam



Alzir Júnior



a água captada de centenas de pontos ao longo do trecho concluído.

No trecho III, com 1.450 homens trabalhando, a conclusão está prevista para março de 2015. Neste trecho III, a primeira etapa (km 65 ao km 77) está com 92% das obras concluídas, e a segunda (km 77 ao km 93) com 73%, avançando até a cidade de Senador Rui Palmeira. O trecho IV (km 93 ao km 123) que avança até São José da Tapera está com 22% das obras executadas. Já o trecho V que segue até km 150 foi licitado e contratado.

Dois sistemas de abastecimento de água – Alto Sertão e Bacia Leiteira – serão interligadas ao Canal no km 37 e no km 148, respectivamente, abrangendo 27 municípios e incluindo mais de 350 povoados, além de atender a projetos de irrigação no sertão alagoano, contando com a importante parceria entre o Governo e a Codevasf.



CANAL EM NÚMEROS

ABRANGERÁ
42 MUNICÍPIOS

MAIS DE
1 MILHÃO
DE ALAGOANOS
BENEFICIADOS

EXTENSÃO DE
250 KM
ENTRE DELMIRO
GOUVEIA E ARAPIRACA

MAIS DE
65 KM
CONCLUÍDOS

RECURSOS
GARANTIDOS ATÉ O
KM123,4

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O investimento em esgotamento sanitário foi outra ação significativa do governo Teotonio Vilela Filho que extrapola os oito anos de gestão, incluindo obras em Maceió e no interior.

Na capital, o investimento chegou a R\$ 894,8 milhões, com resultados que atendem a 55% da população em 2014 e perspectiva de chegar em 2018 com uma cobertura de 80%. Em 2006, apenas 27% da população de Maceió era atendida. Algumas obras foram concluídas e outras se encontram em andamento num trabalho que envolve a recuperação do coletor tronco, que vai da Praça Lyons (Pajuçara) ao emissário submarino, e a ampliação do interceptor da Praça 13 de Maio (Poço) até o Poço de Visita (PV) do Salgadinho. Além do esgotamento sanitário em várias regiões como (i) a baixa Maceió; (ii) a bacia Pajuçara; (iii) a parte alta de Maceió; e (iv) a bacia do Mundaú (Bom Parto, Sanatório, Pinheiro e Bebedouro).

No interior, o investimento chegou a R\$ 88,25



milhões em obras de esgotamento em execução, licitadas ou a licitar, nos municípios de Belo Monte, São Brás, Delmiro Gouveia, Marechal Deodoro, incluindo a Praia do Francês, Piaçabuçu, União dos Palmares, Coqueiro Seco e Messias.

A oferta de água à população no governo Teotonio Vilela Filho também implicou em significativo investimento, com obras na capital e no interior.

Adutora Helenildo Ribeiro: foi finalizada e hoje fornece água para Palmeira dos Índios. Atenderá ainda Minador do Negrão e Estrela de Alagoas

Em Maceió, os valores chegaram a mais de R\$ 160 milhões, com previsão de cobertura de 98% até 2016. Anéis de distribuição foram instalados em algumas áreas (Jatiúca, Ponta Verde e Pajuçara) e a Região Central recebeu reforço no abastecimento. A estação Catolé/Cardoso e o sistema a partir do rio Meirim/Pratagy foram recuperados. A redução de perdas foi trabalhada, abrangendo vários bairros, numa parceria com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

No interior, foram obras de peso que vêm sendo implantadas graças ao avanço do Canal do Sertão, com a possibilidade de aumento da capacidade de adutoras existentes e a construção de novas. A Adutora do Agreste desde 2014 garante água para Arapiraca e mais nove municípios; a do Alto Sertão vai atender a oito cidades (Água Branca, Canapi, Delmiro Gouveia, Inhapi, Mata Grande, Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas).

A Adutora da Bacia Leiteira foi ampliada para atender à população de Cacimbinhas, e a Helenil do Ribeiro (Barragem do Caçamba) foi concluída e fornece água para Palmeira dos Índios e atenderá aos municípios de Minador do Negrão e Estrela de Alagoas. A Barragem do Bálsamo em Palmeira dos Índios também foi entregue.

Estão em execução os sistemas adutores que vão atender a três municípios (Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte e Satuba). Para 2015, está

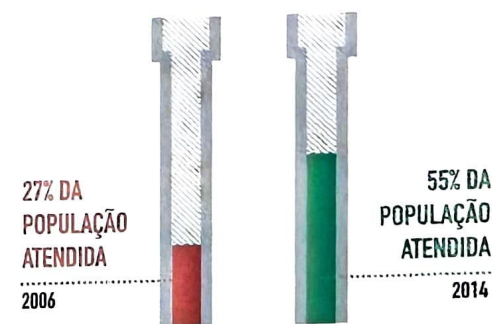
previsto o sistema adutor de Olho d'Água do Casado e Povoado Piau, em Piranhas, além da obra de reforço e ampliação da Adutora da Bacia Leiteira que vai melhorar a qualidade de vida em 20 municípios. Foram licitadas as obras que beneficiarão Minador do Negrão, Estrela de Alagoas e Igaci.

No contexto dos serviços de abastecimento de água e do esgotamento sanitário, vale o destaque para o fortalecimento da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), em um processo de mudança de modelo de gestão e transformação da cultura empresarial, uma renovação do quadro de recursos humanos por meio de concursos públicos em 2010 e 2014, com mais 331 novos empregados. Como resultado da busca de excelência e qualidade na gestão, a Companhia vem sendo premiada desde 2010, tendo recebido 17 troféus e diplomas relativos ao Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS), além de 13 reconhecimentos no âmbito do Prêmio Estadual de Qualidade (PEQ). Por seu trabalho na área de responsabilidade social, a Casal faz parte, desde 2012, da Associação Latino-Americana de Operadores de Água e Saneamento (Aloas).

Ainda em relação ao acesso à água, especialmente para populações de baixa renda em comunidades do semiárido, a parceria com o Governo Federal tornou possível a instalação de sistemas de dessalinização, por meio do Programa Água Doce

ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE MACEIÓ

POPULAÇÃO ATENDIDA



INVESTIMENTOS DE R\$ 894,8 MILHÕES

(PAD) que abrangeu 12 municípios e 24 comunidades do semiárido alagoano. Mais 101 sistemas estão em fase de execução. Além disso, o PAD atuou na construção e instalação de Unidades Produtivas (UPs). Essas Unidades estão presentes nos municípios de Estrela de Alagoas e Cacimbinhas desde 2009 e funcionam a partir de tanques que utilizam a água de rejeito (bastante salgada) para criação de peixes (na maioria tilápias) e cultivo da



Na construção de sistemas coletivos de abastecimento, envolvendo poços perfurados, estações de tratamento e reservatórios elevados, estão sendo aplicados mais de R\$ 32 milhões, por meio do Programa Água para Todos

atriplex, planta forrageira que serve para alimentação de animais. Foram instalados ainda 27 sistemas dessalinizadores em parceria com a Defesa Civil no Programa de Emergência.

Como o Programa Água Doce não prevê a perfuração de novos poços, o governo Teotonio Vilela Filho, através do PAC Equipamentos, do Governo

Federal, viabilizou a aquisição de dois comboios-perfuratrizes, compostos por três caminhões cada, específicos para perfuração do tipo de solo cristalino, encontrado em mais de 70% do nosso território, principalmente no semi-árido.

Através do Programa Água Para Todos, do Ministério da Integração, mais de R\$ 3 milhões estão sendo investidos na construção, recuperação e ampliação de pequenas barragens ou barreiros, proporcionando acesso à água para a produção agroalimentar das famílias de baixa renda, residentes na zona rural de 83 comunidades do semiárido alagoano. Desses barreiros, 42 terão a Ordem de Serviço emitida até o final deste ano.

Ainda no Programa Água Para Todos, na construção de sistemas coletivos de abastecimento, incluindo poços perfurados, estações de tratamento e reservatórios elevados, sendo aplicados mais de R\$ 32 milhões, possibilitando a distribuição de água por meio de chafarizes, torneiras públicas ou pequenas redes de distribuição para as comunidades. Atualmente, 160 sistemas estão em fase de licitação.

Na área ambiental, o governo Teotonio Vilela Filho trabalhou ativamente na preservação de áreas de proteção ambiental e de reservas ecológicas, com destaque para as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Catolé e Fernão Velho, Murici, Pratagy e Marituba do Peixe, e para as reservas de Roteiro e Saco da Pedra.

A recuperação de nascentes possibilita a oferta de água e melhores condições de vida para comunidades com deficiência de abastecimento, com atuação em mais de 19 municípios desde 2012. No total foram reabilitadas 136 nascentes, levando benefícios para cerca de 8 mil famílias.

Em razão da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Alagoas está finalizando a construção do seu Plano Estadual, envolvendo recursos de mais de R\$ 3,7 milhões e abrangendo sete regiões: Metropolitana, Bacia Leiteira, Agreste Alagoano, Sul, Norte, Sertão e Zona da Mata. A proposta, que partiu da realização de estudos diagnósticos e de regionalização, visa à formação de consórcios públicos intermunicipais destinados à gestão desses resíduos, agregando mudanças no tocante à reciclagem, redução e reaproveitamento de resíduos. Está ainda em andamento a elaboração dos projetos de obras de três dos sete consórcios intermunicipais.

O governo Teotonio Vilela Filho encaminhou e está em tramitação na Assembleia Legislativa o projeto de lei para instituição da Política Estadual de Resíduos Sólidos. Entretanto, antes mesmo da instituição formal da Política, Alagoas já se adequa às medidas preconizadas pelo Ministério do Meio Ambiente, trabalhando em modelos de consórcios, contabilizando uma adesão de 90% dos municípios.



Tércio Cappello

FORAM REABILITADAS 136 NASCENTES, BENEFICIANDO CERCA DE 8 MIL FAMÍLIAS

A recuperação de nascentes, em mais de 19 municípios, permite a oferta de água e melhores condições de vida para comunidades antes carentes no abastecimento de água



A VIDA COMO
VALOR

Em um Estado com tantas demandas e necessidades, a exibir baixos índices sociais, implementar iniciativas voltadas à valorização da vida, da autodeterminação e do empoderamento foi uma determinação do governo Teotonio Vilela Filho ao longo dos últimos anos, tendo como medidas importantes a construção de uma relação madura e respeitosa com os poderes constituídos, além de estabelecer uma escuta permanente com a sociedade, mantendo sempre abertas, de forma emblemática, as portas do Palácio do Governo.

Nesse contexto, imperativo reconhecer que a valorização da vida transcende o aqui e o agora, quando o poder público assume a sua responsabilidade na defesa de direitos. Foi o que o Governo fez, em consonância com o movimento nacional, ao criar a Comissão Estadual da Verdade, depois denominada Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda, em homenagem ao advogado e jornalista alagoano, ícone da resistência à ditadura militar. Com esse trabalho, a memória de brasileiros perseguidos está sendo reconstruída. Ao longo dos últimos dois anos, já foram colhidos importantes depoimentos sobre personalidades destacadas na luta pela redemocratização.

A relação construída pelo governo Teotonio Vilela Filho com os demais Poderes constituídos fez a diferença na recente história do nosso Estado, por se pautar em princípios republicanos e na

Constituição Federal que preconiza a autonomia de cada poder, como independentes que são, mas harmônicos entre si, considerando as funções específicas e os limites de cada um.

E foi essa linha que sustentou a ação governamental nesses oito anos. O diálogo e a transparência foram a regra, entendendo transparência como um dever e uma obrigação para com o cidadão e a sociedade, dentro da crença de que Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e do Tribunal de Contas, de mãos dadas com o Executivo, têm uma colossal significância para a vida de cada um e de todos os alagoanos, especialmente quando vistos na complexidade do coletivo.

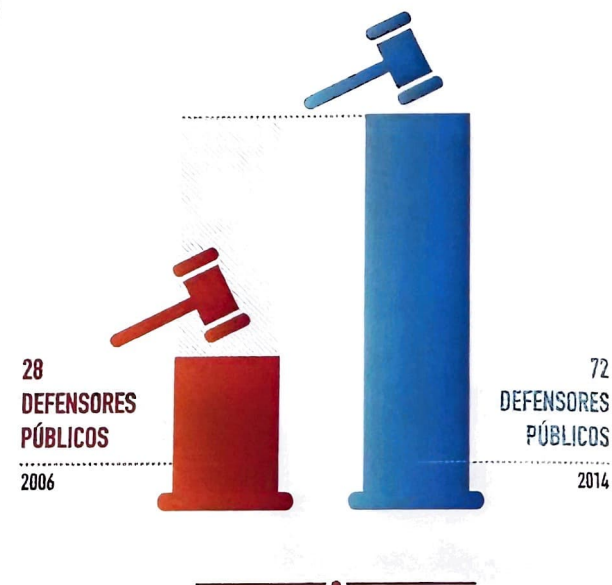
Foi essa sinergia que permitiu, inclusive, incorporar ao processo de gestão, novos e diferentes atores, principalmente segmentos minoritários, que ao contrário não teriam como fazer valer a sua voz. Foi esse diálogo institucional, pautado pela ética, pelo interesse público e pela harmonia que possibilitou um tempo de paz que fortaleceu e consolidou uma relação madura e profissional entre os Poderes em nosso Estado, como peças-chave para a efetivação dos avanços que conseguimos implementar, sempre dentro da perspectiva da qualidade de vida dos mais de três milhões de alagoanos.

Ainda na seara dos direitos, o Governo fortaleceu a Defensoria Pública do Estado. O quadro em



DEFENSORIA PÚBLICA

NÚMERO DE DEFENSORES PÚBLICOS



AS COMARCAS ATENDIDAS PELOS DEFENSORES TAMBÉM AUMENTARAM DE 13 PARA 31 BENEFICIANDO MILHARES DE CIDADÃOS

2006 era de 28 defensores. A partir do concurso realizado em 2009, foram nomeados mais 44. Com isso, foi possível realizar a descentralização dos serviços, com a criação de diversos, a exemplo do Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e do Núcleo de Defesa do Homem Autor de Violência Doméstica. O número de comarcas atendidas por defensores públicos passou de 13 para 31, beneficiando milhares de cidadãos. A Defensoria Pública atende ainda na Central Já do Shopping Pátio, no Benedito Bentes, e na Casa de Direitos, no Jacintinho. Esse novo cenário tem como marca a nova sede da instituição, na Av. Fernandes Lima, no Farol, uma considerável ampliação do espaço de atendimento aos assistidos em Maceió. Houve ainda melhorias na sede de Arapiraca e inauguração de unidades em Penedo e Palmeira dos Índios.

Na escuta da sociedade, o Governo valorizou e fortaleceu a constante relação com as representações institucionais e dos movimentos sociais. O Palácio República dos Palmares manteve suas portas abertas indistintamente a prefeitos, organizações não governamentais, sindicalistas, representações de minorias, religiosos, empresários, investidores, dentre tantos que buscaram o diálogo com o Executivo.

A seriedade com que essa questão foi tratada fica patente quando se verifica os resultados no



tocante aos compromissos assumidos, e também pela sinceridade em dizer “não” quando da impossibilidade de atender a uma reivindicação, pelas limitações da lei ou por ausência de lastro orçamentário ou financeiro, sempre pautado na crença de que não há milagres, nem milagreiros. Não há mágicas!

Defensores públicos: o quadro foi ampliado de 28, em 2006, para 72, em 2014

Barcelo Monteiro



Primeira reunião do governador Teotonio Vilela, em janeiro de 2007, com lideranças de movimentos sociais

Nos órgãos da estrutura governamental, os fóruns de participação e controle social foram fortalecidos e tiveram suas decisões acatadas e encaminhadas. Foram criados ou reativados diversos conselhos de direitos e defesa, a exemplo do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial; do Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Traves-

tis e Transexuais (CECD/LGBTT); do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; e do Conselho Estadual dos Direitos dos Portadores de Deficiência. A partir deste último, inclusive, foi articulada a criação de 50 conselhos municipais voltados aos direitos desse segmento. A escuta também foi uma preocupação, como o levantamento realizado junto a 67 comunidades quilombolas, com o intuito de identificar demandas e direcionar políticas públicas destinadas ao atendimento das necessidades de priorizar os remanescentes dos quilombos.

O diálogo foi sempre o primeiro e o melhor destino das questões. O trabalho a muitas mãos, o compartilhamento de soluções, a confiança da solidariedade recíproca foram as nossas bandeiras do dia a dia, conscientes de que não liderávamos uma proposta imediatista, de uma pessoa ou de um partido. Nosso projeto esteve sempre calcado no respeito à democracia e à lei, mas também e precipuamente no respeito ao contraditório e na busca incessante da sinergia de ideias, políticas, propostas, propósitos, recursos e ações.

E nesse contexto, o trabalho realizado junto aos movimentos de luta pela reforma agrária foi exemplar. A reforma não é responsabilidade do governo estadual, mas a repercussão dessa luta – ocupações, desocupações, acampamentos,

passadas e reintegrações – sempre deságua na gestão estadual e municipal.

Desde o início do Governo o relacionamento episódico, ocasional, sustentado em demandas isoladas e, quase sempre, decorrentes de situações críticas, foi substituído pelo diálogo constante, principalmente com grupos que demandavam ações do setor público em saúde, educação e infraestrutura. Reuniões periódicas foram conduzidas pelo Gabinete Civil articulando junto aos diversos órgãos os encaminhamentos oriundos dos movimentos.

O trabalho do Centro de Gerenciamento de Crises, Direitos Humanos e Polícia Comunitária da Polícia Militar, instituído desde 2003, foi valorizado e fortalecido como estratégia fundamental na prevenção do agravamento do conflito agrário tão presente em nosso território. Em Alagoas, a questão fundiária é bastante complexa em razão da nossa dimensão territorial e de um histórico de forte concentração de terra, além do alto preço. É uma realidade que impõe sérios obstáculos à reforma agrária. A criação da Vara Agrária em 2007 e a instalação do Fórum Agrário, no ano seguinte – uma medida pioneira no país, reunindo no mesmo espaço a Vara, a Promotoria e a Defensoria Agrária – foram resultantes da mobilização das instituições, especialmente do Executivo e do Judiciário, no sentido de dar um encaminhamento

menos traumático às questões decorrentes da luta pela terra.

E foi a partir de uma grave situação de conflito que foi cultivada a ideia de formar um colegiado plural para encaminhar essas questões, o que resultou na instituição, em 2011, do Comitê de Mediação de Conflitos Agrários. A atuação do Comitê, que serviu de modelo para outros estados, ganhou credibilidade junto às instituições e, especialmente, junto aos movimentos, com o acompanhamento direto do governador que, solidário com a causa, promoveu articulações e participou de reuniões e audiências com o Governo Federal para tratar desse assunto.

Outra medida de relevância, fruto da determinação do governador Teotônio Vilela Filho, foi fazer valer o previsto em lei, no sentido de destinar os imóveis rurais, pertencentes ao patrimônio do antigo Produban, para assentamento de famílias sem-terra e, no caso de imóveis urbanos, destinar recursos financeiros decorrentes da venda desses imóveis para projetos de apoio à reforma agrária, um compromisso assumido logo no início do governo. Em 2013, foram doados ao Incra 14 imóveis rurais para implantação de projetos de assentamentos. Pela primeira vez em Alagoas, terras do patrimônio do governo estadual, antes pertencentes a usinas de cana de açúcar e a proprietários rurais, devedores do Produban, foram destinadas à

EM 2011, FOI CRIADO O COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS, QUE SERVIU DE MODELO PARA OUTROS ESTADOS

reforma agrária.

O Governo também lançou mão de recursos do Fecoep, para apoiar mais ainda esses segmentos, por meio de projetos apresentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) para capacitação de famílias, projetos de irrigação e infraestrutura, e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), para estruturação de um centro de capacitação voltado à implementação de atividades agrícolas nas diversas etapas da produção. O apoio financeiro e a realização de obras abrangeram ao longo de todos os anos do Governo a promoção de feiras camponesas, construção de casas de farinha e creches, eventos, melhorias em estradas vicinais, iniciativas de geração de renda a partir da produção agrícola, dentre outros.

COMBATE À POBREZA

A prioridade do Governo no sentido da valorização da vida também caminhou para a decisão de implementar de forma transparente os recursos disponíveis no Fecoep. Instituído desde 2004, o Fundo ganhou dinamismo a partir de 2009, com a instituição do Conselho Integrado de Políticas de Inclusão Social, onde têm assento representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil organizada, incluindo instituições de ensino e pesquisa. O Conselho além de estabelecer as regras de acesso aos recursos é o responsável pela gestão dos mesmos. Diferentes áreas, como agricultura, saúde, educação, assistência social, microeconomia, dentre outras, foram contempladas, a partir de 2007, envolvendo recursos da ordem de R\$ 367 milhões.

Para a assistência social, foram aprovados projetos, que viabilizaram ações de importância fundamental para a vida dos alagoanos, a exemplo da iniciativa Alimentação Suplementar à Gestante que abrangeu quase 500 mil cestas nutricionais de alimentos, beneficiando mais de 70 mil grávidas, numa ação relevante para a redução da mortalidade infantil. Por meio do Projeto Segurança Alimentar



Paulo Rios

e Nutricional para Comunidades do Município de Maceió em Situação de Extrema Vulnerabilidade Social foram distribuídos cerca de 4 mil litros de sopa por dia para 70 instituições.

Recursos do Fundo também foram destinados à estruturação de Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), implementando, com isso, a oferta de serviços de proteção

Mais de 70 mil gestantes foram beneficiadas com a entrega de cestas nutricionais

social básica em áreas de vulnerabilidade e risco social, mais especificamente, na atenção a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (vítimas de violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas).

Na agricultura, entre 2007 e 2014, recursos foram encaminhados a 20 programas. Destaque para a distribuição de sementes, tendo a produtividade do arroz no Baixo São Francisco como exemplo de resultado positivo, passando de 3 mil kg/ha, em 2007, para 7.300 kg/ha, em 2013, conforme dados da Codevasf.

Através do Alagoas mais Leite, iniciativa de incentivo à produção e, indiretamente, de promoção ao desenvolvimento de áreas atingidas pela seca, foram entregues 40 tanques de resfriamento de leite, 30 abrigos, 47 botijões criogênicos, alcançando cerca de mil produtores e capacitação de aproximadamente 680. A cadeia da ovinocaprinocultura foi beneficiada com a inclusão de animais geneticamente superiores. No âmbito do Alagoas mais Ovinos foram distribuídos cerca de 6 mil ovinos para 900 produtores familiares, além de terem sido feitos investimentos em capacitação e aquisição de equipamentos.

No combate à seca foram encaminhados recursos para a aquisição e a instalação de kits de irrigação; a implantação do Centro de Forragem Irrigada - Unidade Demonstrativa do Canal do Sertão; além da distribuição de mais de 2.200 toneladas de silagem

de milho, dentre outras iniciativas.

O apoio às microfinanças foi outra frente de direcionamento do Fecoep que, por meio da Desenvolve, viabilizou o microcrédito de pequenos produtores, em comunidades de baixo IDH e sem acesso ao sistema financeiro. Por meio dos APLs, houve investimento na cadeia têxtil, em 20 municípios, com recursos para construção de galpões e aquisição de equipamentos, além da entrega de 1.204 máquinas de costura.

No campo da tecnologia, os recursos foram destinados à implantação de 60 telecentros, em 28 municípios, e à alfabetização e inclusão digital de cerca de 50 mil alagoanos, por meio de cursos online. A ação foi desenvolvida na capital e em outros 18 municípios.

A construção de habitações de interesse social foi dirigida a famílias com renda de até um salário mínimo. Ainda em termos de equipamento social foi ampliado o Centro de Recuperação e Educação Nutricional do conjunto habitacional Denisson Menezes, que atua na recuperação de crianças desnutridas, de 0 a 6 anos, vindas de 26 comunidades de Maceió.

Recursos do Fecoep foram destinados ao Programa Acolhe Alagoas, voltado à inclusão e ao resgate social de pessoas com dependência química, atendendo, desde a criação, cerca de 8 mil dependentes.

COMBATE À POBREZA EM NÚMEROS

MAIS DE
R\$ 367 MILHÕES
FORAM GERIDOS PELO FUNDO
ESTADUAL DE COMBATE E
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
(FECOEP), NOS ÚLTIMOS 8 ANOS

MAIS DE
500 MIL
CESTAS NUTRICIONAIS FORAM
DESTINADAS A GESTANTES, UMA
CONTRIBUIÇÃO FUNDAMENTAL
PARA A REDUÇÃO DA MORTALIDADE
INFANTIL

ATENÇÃO À SAÚDE

A mortalidade infantil é um importante indicador de qualidade de vida e Alagoas evoluiu, de forma significativa nos últimos anos, saindo do último lugar em 2000 para o 17º em 2012, avançando 11 posições no ranking. Entre 2007 e 2012, a taxa de mortalidade infantil caiu em 36%, passando de 21,57 óbitos/1000 nascidos vivos para 15,19 óbitos/1000 nascidos vivos. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) reconheceu e certificou o esforço de conseguir, em 22 anos, reduzir esse índice em 83%.

Em 2009, o Governo Federal criou o Programa Viva Vida, estabelecendo para os estados a meta de redução em 5% nos óbitos infantis. Alagoas registrava a maior taxa de mortalidade infantil do país e o governo Teotonio Vilela Filho determinou que essa meta fosse superada em Alagoas, definindo em 10% a redução dos óbitos infantis no Estado.

Várias medidas e iniciativas foram efetivadas tais como os fóruns Viva Vida para capacitar agentes comunitários e a distribuição de cestas nutricionais para as gestantes participantes do pré-natal, contendo itens com nutrientes impor-



Adailson Catbarros

tantes para o desenvolvimento da criança no útero materno.

Foram cerca de meio milhão de cestas distribuídas em todo o Estado, beneficiando mais de 70 mil gestantes, representando um investimento de mais de R\$ 40 milhões viabilizados com recursos do Fecoop. O Projeto Pai Coruja, lançado em 2013, incentivava os pais a participarem do pré-natal e a

Alagoas saiu do último lugar no ranking da mortalidade infantil e avançou 11 posições, ficando na 17ª posição, em 2012

cuidarem da própria saúde, uma vez que, ao acompanharem as esposas, os homens tinham acesso a exames, consultas e vacinas.

A criação de programas estruturantes também contribuiu fortemente para a mudança desse cenário. No Programa de Fortalecimento da Rede Materno Infantil (Promater) foram investidos cerca de R\$ 44 milhões, nos últimos sete anos, destinados a 39 maternidades nas regiões de saúde. Foram fundamentais iniciativas como a criação de leitos canguru, a instalação de leitos de Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) e de obstetria em serviços de Arapiraca, Penedo e Maceió, bem como a aquisição de equipamentos para a Santa Mônica e maternidades em Penedo, União dos Palmares, São Miguel dos Campos e Palmeira dos Índios.

O Governo iniciou uma ampla reforma na Maternidade Santa Mônica, envolvendo recursos de R\$ 1,9 milhão com previsão de entrega para 2015. Como importante avanço, a adesão de 100% dos municípios à Rede Cegonha, em 2013: uma estratégia nacional voltada para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como, o direito ao nascimento seguro e ao desenvolvimento saudável das crianças.

O Programa de Fortalecimento da Atenção Básica (Prosaúde), outra iniciativa estruturante,

esteve voltado para o fortalecimento da atenção básica e destinou, desde 2009, recursos do Tesouro do Estado para 100 municípios, com exceção de Maceió e Arapiraca, em valores mensais que vão de R\$ 5 mil a R\$ 17 mil, conforme porte populacional, mediante cumprimento de requisitos mínimos pactuados. No total, nos últimos seis anos foram investidos R\$ 65,3 milhões.

A construção de 21 unidades básicas de saúde, no âmbito do programa ALTP, foi outro investimento importante para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) em 22 municípios, totalizando R\$ 9,9 milhões para a finalização das unidades.

No âmbito da assistência hospitalar, o governo Teotonio Vilela Filho investiu pesadamente na assistência hospitalar, sendo exemplo a merecer destaque o Hospital Geral do Estado Prof. Osvaldo Brandão Vilela (HGE), inaugurado em 2008, fruto da junção do Hospital-Escola José Carneiro com a Unidade de Emergência Armando Lages. Em 2013, com a reforma e ampliação, sendo inaugurada a Unidade Irmã Dulce, o HGE passou de 149 leitos (da antiga Unidade de Emergência) para 387. Foram investidos para a reforma e ampliação, um total de R\$ 7 milhões em enfermarias, observação masculina e feminina, pediatria, UCI e Unidade de Terapia Intensiva (UTI) geral, pediátrica e de neurologia, além de um excelente Centro de Trata-

FORAM INVESTIDOS MAIS DE R\$ 65 MILHÕES NO FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS. PARA CADA CIDADE, SÃO DESTINADOS, MENSALMENTE, ENTRE R\$ 5 MIL A R\$ 17 MIL

mento de Queimados com 15 leitos.

A antiga Unidade de Emergência e o próprio HGE sempre foram alvo de críticas de diversos setores da sociedade alagoana, em razão da superlotação de seus corredores, fruto da demanda do interior, mas também da própria capital, carente de uma rede adequada de atenção básica e de média complexidade. Entre 2013 e 2014, com a ampliação e a contratação de leitos de retaguarda, pode-se falar de uma verdadeira revolução diante de corredores praticamente vazios.

Com a contratualização de leitos de retaguarda, o complexo HGE ampliou-se: no Hospital do Açúcar com 80 leitos e no Hospital Sanatório com 42 leitos, todos da Rede de Urgência e Emergência. A retaguarda também abrange o Hospital

Adilson Calheiros



Santa Rita, em Palmeira dos Índios, e o Hospital Carvalho Beltrão, em Coruripe. Esse acordo vem representando um custo mensal de R\$ 2,6 milhões e contribui de forma importante para desafogar o HGE.

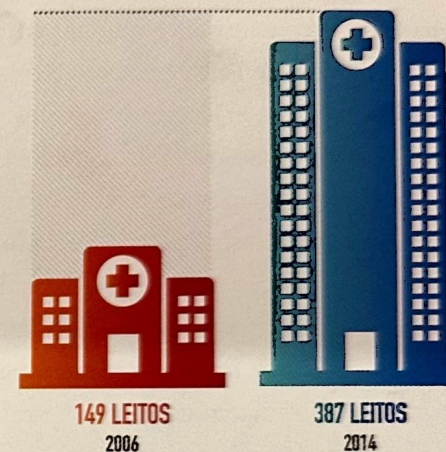
Alvo de investimentos na qualidade dos serviços prestados aos alagoanos, o HGE tem avançado na humanização da assistência. O credenciamento

no Programa SOS Emergência, do Ministério da Saúde, é exemplo, com a aplicação de cerca de R\$ 3 milhões na qualificação do atendimento. O monitoramento da dinâmica do Hospital em tempo real, por meio de câmeras, pela direção da unidade e pelo Ministério da Saúde, vem resultando na diminuição de filas e do tempo de espera para o atendimento.



INVESTIMENTOS NO HGE

NÚMERO DE LEITOS



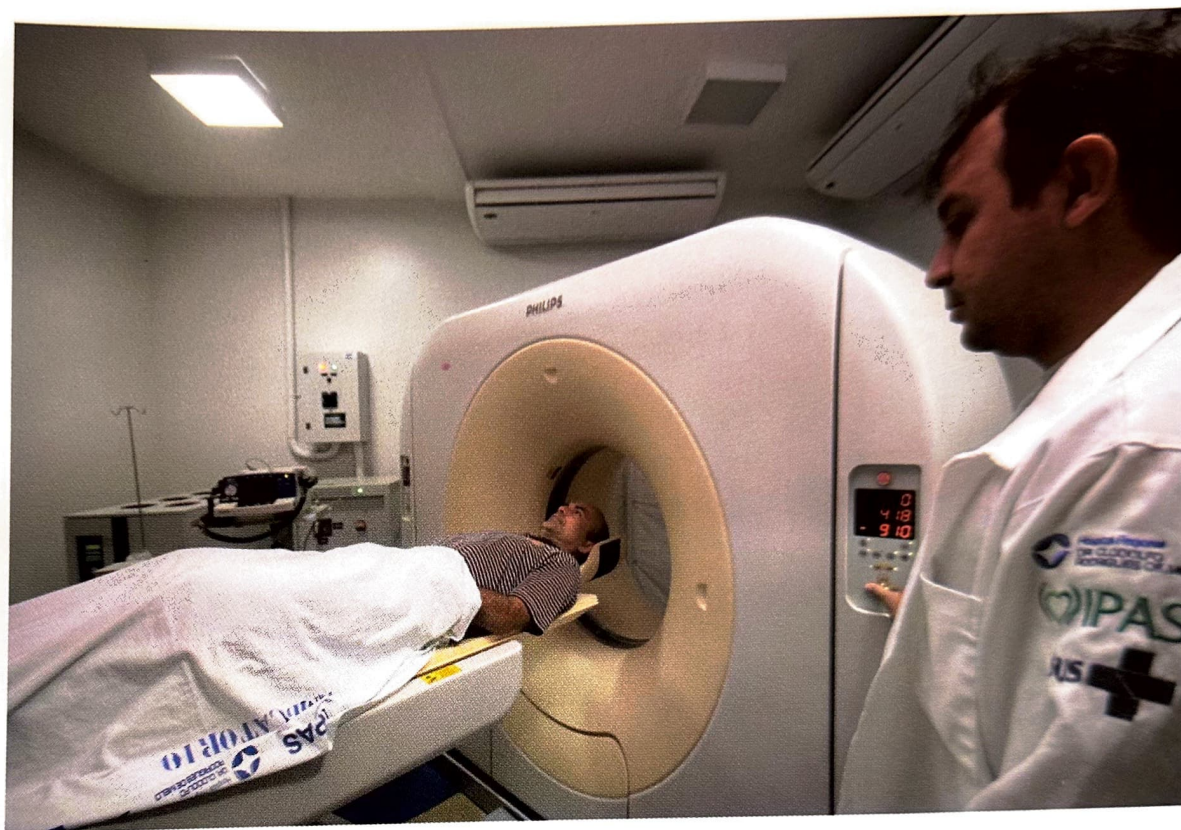
R\$ 7 MILHÕES
INVESTIDOS NO HOSPITAL
GERAL DO ESTADO (HGE)

A excelência em áreas especializadas, como a ortopedia e a vascular, é destaque em Alagoas. Com o início da oferta de procedimentos cirúrgicos endovasculares foi possível uma redução de aproximadamente 50% do tempo de internação de pacientes nessa especialidade. A implantação de uma unidade laboratorial dentro do hospital para atendimento exclusivo da demanda interna vem

A CAPACIDADE DA UNIDADE DE EMERGÊNCIA DO AGRESTE PASSARÁ DE 51 PARA 120 LEITOS. FORAM INVESTIDOS R\$ 13 MILHÕES NA AMPLIAÇÃO. A CONTRATUALIZAÇÃO COM O HOSPITAL CHAMA ARAPIRACA POSSIBILITA OUTROS 54 LEITOS DE SUPORTE PARA URGÊNCIA

permitindo a realização imediata de exames após a prescrição médica.

Na Unidade de Emergência do Agreste foi iniciado o processo de ampliação, representando, ao final, a expansão de 51 para 120 leitos, sendo investidos recursos de cerca de R\$ 13 milhões. A previsão de entrega da primeira etapa é para o final de 2014, garantindo, com isso, melhor atendimento aos pacientes. Também para a Unidade de Emergência do Agreste foram contratualizados 54 leitos de suporte para urgência, no Hospital Chama em Arapiraca, com um custo mensal de R\$ 445 mil.



Raul Placido

Ainda na assistência hospitalar, o Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais (ProHosp) voltou-se ao fortalecimento desses serviços. De 2008 a 2014, foram R\$ 160,4 milhões para diversas especialidades. Os serviços foram selecionados tendo como base as necessidades de cada região de saúde e sendo estabelecidas metas para cada serviço. O ProHosp Especialidades vem assegurando a realização de cirurgias,

Em 2010, foi aberto o Hospital Clodolfo Rodrigues, em Santana do Ipanema, mais uma mostra da descentralização na saúde

Allison Cruz



exames e consultas em cardiologia, otorrinolaringologia, traumatologia, bucomaxilo, neurocirurgia, cirurgia geral, ginecologia, pediatria, ortopedia, cirurgia vascular, urologia e nefrologia.

A abertura em 2010 do Hospital Clodolfo Rodrigues com 130 leitos, em Santana do Ipanema, foi outra iniciativa fundamental para o fortalecimento da assistência hospitalar. Fechado há uma década, sequer tinha sido inaugurado. O hospital

é, hoje, referência de atendimento qualificado e humanizado para o Sertão de Alagoas e até para municípios pernambucanos e baianos. Também em Santana foi implantado o primeiro serviço de tomografia do Sertão, alcançando a população de 21 municípios, com investimentos de R\$ 1,1 milhão.

Do atendimento intermediário, entre a atenção básica e a assistência hospitalar, foi fortalecido

PIONEIRISMO NO ESTADO: O SAMU GANHOU MAIS MOBILIDADE COM O SERVIÇO AEROMÉDICO E AS MOTOLÂNCIAS. MAIS DE 1.600 PESSOAS FORAM ATENDIDAS

por meio das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). O governo Teotonio Vilela Filho construiu e inaugurou, com recursos da União, quatro unidades em Viçosa, Penedo, Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro. Mais duas em Maceió, uma em Delmiro Gouveia e outra em Maragogi estão sendo finalizadas. A de São Miguel dos Campos já teve sua construção iniciada.

Importante iniciativa do governo Teotonio Vilela Filho na melhoria do acesso da população, especialmente aos serviços de maior complexidade, quase sempre fora do local de residência, foi a aquisição de ambulâncias para os 102 municípios. Para a atenção pré-hospitalar qualificada, ágil e humanizada, foi ampliada a rede do Serviço de

Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Foram 36 unidades descentralizadas, uma a cada 30 km, e duas centrais, em Maceió e Arapiraca, além do Samu Aeromédico e das motolâncias, representando investimentos de mais de R\$ 17,4 milhões anuais.

O Aeromédico, um serviço pioneiro em Alagoas, cobre todo o Estado a partir da sua base que fica no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares. O serviço foi implantado no início de 2010. De lá até 20 de outubro de 2014, já atendeu 790 pessoas que se encontravam acidentadas ou precisaram ser transportadas porque estavam situação grave ou gravíssima. Também atuando no socorro às vítimas graves, foi criado o Serviço de Motolâncias, com três veículos, possibilitando a rápida chegada do profissional ao local do acidente e a estabilização de pacientes até a chegada de uma equipe médica. Desde que foi criado, em dezembro de 2012, até 20 de outubro, o serviço já realizou 825 atendimentos.

A realização de mutirões, dentro do projeto Saúde em Movimento, foi outra iniciativa para ampliação do acesso a serviços, com atendimento a mais de 20 mil pessoas com consultas, exames e cirurgias, em oftalmologia, incluindo a entrega de óculos de grau, otorrino, ortopedia e vascular. No âmbito da Operação Sorriso foram realizadas cirurgias para correção do lábio leporino ou



fissura labial. A distribuição de 2.141 cadeiras de rodas adaptadas/motorizadas foi fundamental para a qualidade de vida das pessoas com deficiência física e seus cuidadores.

A disponibilização de medicamentos de alta complexidade foi facilitada com a descentralização do serviço e implantação de unidades de atendimento em Palmeira dos Índios, Arapiraca, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Delmiro

Foram inauguradas quatro UPAs, em Viçosa, Penedo, Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro



Gouveia e Penedo. A entrega de medicamentos em domicílio, dentro do projeto Farmácia Cidadã, criado pelo governo Teotonio Vilela Filho, facilitou o acesso de pacientes acamados, cadeirantes e idosos com Alzheimer ou Parkinson e pacientes com esquizofrenia. A unidade do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (Ceaf), que disponibiliza medicamentos de custo mais elevado, foi ampliada, totalizou 12 mil pacientes na sede

e 8 mil nas descentralizadas. A Farmácia Cidadã absorveu 500 pacientes.

Um importante passo foi a reestruturação física da Farmácia Básica, com a criação da Farmácia de Acolhimento, para atender as demandas judiciais, e a climatização da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), espaço responsável pelo estoque e distribuição de medicamentos para os 102 municípios alagoanos e para as unidades sob gestão da

Secretaria de Estado da Saúde (Sesau).

Com a Farmácia de Acolhimento, o Governo do Estado garantiu um atendimento mais humanizado para os cerca de cinco mil pacientes já cadastrados no Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Horus). A climatização garante aos pacientes um medicamento de qualidade, que é conservado de modo apropriado. O espaço de 550 m² fica numa temperatura entre 18°C e 25°C e possui ainda duas câmeras frias, com 50 m² cada, onde ficam os medicamentos conservados entre 2°C e 8°C.

Avanços também podem ser observados no Laboratório Central de Alagoas (Lacen), que atua na prevenção e no diagnóstico de doenças e, durante os oito anos do governo Teotonio Vilela Filho, realizou mais de 862 mil atendimentos, entre exames laboratoriais de média e alta complexidade, com qualidade, agilidade e confiabilidade. Com média de oito mil atendimentos ao mês e investimento de R\$ 350 mil/mês do Ministério da Saúde, o Lacen atende a demanda de pacientes com suspeita de Doenças de Notificação Compulsória (DNC) – transmissíveis – e também daquelas que requerem vigilância, a exemplo da dengue.

O diferencial no serviço está na oferta de coleta domiciliar e do controle de qualidade, visto que todas as amostras são retestadas no laboratório de referência. O laboratório é ainda referência estadu-

al em DNC e referência nacional para rotulagem de alimentos, a exemplo da análise da composição dos suplementos alimentares. A rede de serviços do Lacen alcança os municípios alagoanos e dão suporte, atualmente, aos 63 laboratórios municipais e 72 laboratórios de entomologia (insetos), além das sub-redes de diagnóstico de hepatite, dengue, entomologia, tuberculose e de controle de qualidade de água para consumo humano.

Responsável pela Política de Sangue e Hemoderivados no Estado, o Hemocentro de Alagoas (Hemoal) obteve várias conquistas nos últimos oito anos, que resultaram na coleta de 37.620 bolsas de sangue e na realização de 912.099 consultas hematológicas. Para isso, foram investidos mais de R\$ 45 milhões, que culminaram com a reforma da unidade central, que está operando com mais dois leitos para coleta simultânea de sangue, já que antes eram seis e passou para oito. Também foi reformado o Ambulatório de Hematologia da unidade, situado em Maceió e, durante a atual gestão foram implantadas duas Unidades de Coleta e Transfusão de Sangue (UCTs): uma em Maceió (Hospital do Açúcar) e outra em Coruripe. Visando facilitar o acesso à doação de sangue, foi adquirida uma unidade móvel para o Hemocentro Regional de Arapiraca (Hemoar), visando impulsionar o processo de coleta de sangue, somada à unidade móvel já existente no Hemoal. Também



foram implantadas duas Agências Transfusionais para facilitar a distribuição de sangue, sendo uma no HGE e outra no Hospital de Santana do Ipanema. Para continuar funcionando de acordo com as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), foi implantado o Sistema de Gestão de Qualidade e um Laboratório Hemostasia, visando detectar doenças do sangue.

Foram investidos mais de R\$ 45 milhões no fortalecimento da coleta de sangue e das consultas hematológicas no Estado

SEGURANÇA PÚBLICA

O governo Teotonio Vilela Filho sempre encarou com muita firmeza a questão da segurança pública, um problema que não é específico de Alagoas e não teve início na sua gestão. A violência é crescente há muitos anos.

Uma das medidas de primeira hora foi a reestruturação, em 2007, do então Conselho Estadual de Justiça e Segurança Pública, criado sete anos antes, que passou a denominar-se Conselho Estadual de Segurança Pública (Conseg). Essa reestruturação permitiu ao Conselho ter uma atuação independente, caracterizando-se como instância plural e heterogênea de deliberação colegiada, voltada à dinamização da gestão da segurança pública em Alagoas, contribuindo para a integração e a articulação entre os diversos órgãos, bem como para a transparência da ação governamental nesse campo.

O Conseg, composto por 14 membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução, possui representantes do Governo, do Poder Judiciário, da Procuradoria Geral do Estado, das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros,



da OAB/AL, da Assembleia Legislativa, da Defensoria Pública e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos. As decisões são tomadas pela maioria absoluta dos membros, sem qualquer ingerência do Executivo.

Nessa mesma linha de fortalecimento do Estado, tendo em vista o combate ao crime organizado, o governo Teotonio Vilela Filho teve uma atitude

A reestruturação do Conselho Estadual de Segurança Pública teve início desde 2007. Entre os objetivos, a atuação independente

determinante ao sancionar a lei que instituiu a 17ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas, com competência exclusiva para processar e julgar delitos praticados pelo crime organizado. A instituição desse fórum teve a sua constitucionalidade questionada judicialmente pela Ordem dos Advogados do Brasil, mas a sua manutenção foi defendida pelo governador, em várias oportunidades, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Procuradoria Geral da República (PGR). A legitimidade da 17ª Vara foi garantida pelo STF em 2012.

Outra questão que sempre fez parte das preocupações, inclusive por ser alvo de críticas de diversos setores da sociedade e da população, relacionava a quantidade de militares que, ausentes da segurança primária, no policiamento fardado nas ruas, faziam e ainda fazem a segurança de autoridades e órgãos públicos do Estado, e até mesmo guarda patrimonial. O governador Teotonio Vilela Filho no início do governo encontrou 234 policiais e bombeiros militares trabalhando no Gabinete Militar, quando o quantitativo legalmente previsto era de 264. Foi feita uma redução imediata, passando para 172.

Essa medida isolada, no entanto, não era suficiente e foi desencadeado um processo, com o apoio do Conseg, tendo em vista a alteração da Constituição Estadual, em seu artigo 65, encami-

nhando a extinção das Assessorias Militares e a redução do efetivo do Gabinete Militar e de outros órgãos, possibilitando uma redução do efetivo de 50%, passando de 439 militares para 218. O projeto de emenda à Constituição, por decisão da maioria absoluta da Assembleia Legislativa, foi rejeitado e arquivado. O governador Teotonio Vilela Filho, entretanto, manteve o seu compromisso com a redução do efetivo no Gabinete Militar, chegando, a partir de 2012, a manter 90 integrantes, representando 42% do previsto, que é de 212 policiais e bombeiros militares, inclusive retirando esses profissionais de outras atividades, como a guarda patrimonial, contratando empresa privada para fazer a segurança das instalações da sede e dos diversos órgãos do Governo.

O fortalecimento de ações ostensivas, com reforço do policiamento, incluindo integrantes da Força Nacional, com um contingente de 260 policiais foi uma trincheira potencializada no enfrentamento da violência relacionada ao consumo de entorpecentes, comprovadamente a maior motivação dos homicídios no Estado.

Comprovadamente, a maior motivação dos homicídios no Estado deveu-se ao crescimento do consumo de entorpecentes e o Estado passou a atuar, principalmente por meio do fortalecimento de ações ostensivas, com reforço do policiamento, incluindo integrantes da Força Nacional, com

NÚMEROS DA POLÍCIA MILITAR

5.935
ARMAS ADQUIRIDAS

4.823
COLETES

91
VIATURAS

316
VIATURAS LOCADAS

um contingente de 260 policiais. Com o Plano de Reestruturação da Segurança Pública, o Governo direcionou recursos em torno de R\$ 75 milhões, sendo R\$ 55 milhões oriundos da parceria com o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça.

Ao longo dos últimos oito anos, foram destinados à Polícia Militar 5.935 armas e 4.823 coletes,



Alton Cruz

Foram investidos R\$ 6,5 milhões na aquisição de um helicóptero multimissão, exclusivo para segurança pública

e adquiridas 91 viaturas e locadas 316. A locação permite que todos os veículos estejam sempre em ação na polícia ostensiva, visto que a empresa responsável tem a obrigação de substituir imediatamente a viatura sempre que necessário. Foi incorporado um helicóptero Esquilo AS350 B2, exclusivo para segurança pública, configurado como multimissão, dotado de rádio policial, guincho de

salvamento, gancho para carga e portas corredeiras – este adquirido por R\$ 6,5 milhões.

Os resultados mostraram avanços significativos: de uma expectativa ascendente, a partir de 2011, verificou-se uma redução importante, no número de homicídios, saindo de 75 homicídios por 100 mil habitantes para 64,9, em 2013, com tendência de queda, considerando a projeção para 2014 de 61,8 homicídios por 100 mil habitantes – a partir de dados consolidados até setembro. Em Maceió, Rio Largo e Arapiraca, áreas do Programa Brasil Mais Seguro, que integra o Plano Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, foi significativo o controle e a redução de homicídios. O Programa foi lançado em Alagoas, como piloto, recebendo recursos de R\$ 55 milhões para aquisição de equipamentos, capacitação e aperfeiçoamento da polícia técnica, além da instalação de bases fixas e móveis de videomonitoramento. Para fiscalização dos investimentos realizados no Estado, no âmbito do Brasil Mais Seguro, foi estruturada a Câmara de Monitoramento, colegiado composto por representantes da Defesa Social, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado.

Com a reativação da Operação Policial Litorânea (Oplit), o contingente foi ampliado para 53 policiais, entre civis, militares e guardas municipais. Houve ampliação também dos postos policiais em



Maceió (no Centro, Jaraguá, Ponta Verde, Jatiúca, Stella Maris e Benedito Bentes) e duas bases comunitárias (nos bairros Jacintinho e Cidade Universitária), ambas ocupadas por policiais militares.

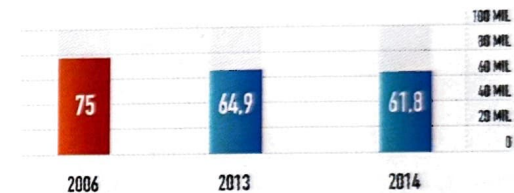
A Perícia Oficial de natureza forense foi fortalecida com capacitação e entrega de equipamentos, mediante convênio com a União, permitindo, inclusive, uma articulação melhor qualificada com peritos de outras unidades federadas, com com-

partilhamento de saberes e práticas.

O governo Teotonio Vilela implantou no Instituto de Identificação, ligado à Perícia Oficial, o Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (Afis) para identificação civil e criminal. Foram investidos R\$ 17,1 milhões no novo sistema para emissão das carteiras de identidade e na modernização dos postos. O sistema, considerado o mais moderno na área de identificação digital,

NÚMEROS DE HOMICÍDIOS

REDUÇÃO NO NÚMERO DE HOMICÍDIOS



Caiu de 75 homicídios por 100 mil habitantes para 64,9, em 2013, com tendência de queda, considerando a projeção para 2014 de 61,8 homicídios por 100 mil habitantes – a partir de dados consolidados até setembro

permitiu vários benefícios, como o atendimento em 15 minutos do usuário e confecção, emissão e entrega da carteira de identidade em 24 horas em Maceió e em 48 horas no interior.

Outra marca da Gestão foi a descentralização dos postos de identificação. Nos últimos seis anos, foram inauguradas unidades em Maceió (Shopping Já Shopping Pátio), Teotônio Vilela, Matriz de Camaragibe, Palmeira dos Índios, Delmiro



A EMISSÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE HOJE É FEITA EM 24 HORAS EM MACEIÓ E 48 HORAS NO INTERIOR

Gouveia, Santana do Ipanema, União dos Palmares, São Miguel dos Campos, Pão de Açúcar, São Luís do Quitunde, Penedo, Porto de Pedras, Arapiraca, Olho d'Água das Flores e São José da Tapera.

O Instituto de Identificação de Alagoas passou a alimentar oficialmente o Sistema Nacional de Identificação Criminal (Sinic), gerenciado pelo Instituto Nacional de Identificação. O sistema possui informações de inquéritos criminais e suas movimentações, como distribuição, decisões e

expedição de mandados de prisão em todo o território nacional. Para integrar e alimentar o sistema, um grupo de papiloscopistas alagoanos passou por um treinamento especial em Brasília.

Começou a funcionar no Instituto de Criminalística, vinculado à Perícia Oficial, o Laboratório de Cromatografia. Antes do funcionamento, medicamentos e solventes coloquialmente conhecidos como loló não eram analisadas pelo IC, e drogas como maconha e cocaína eram analisadas por técnicas de colorimetria. Agora com os novos equipamentos tem-se os resultados com maior rapidez e eficiência, uma vez que o resultado é definitivo e tem 100% de margem de acerto.

O Núcleo de Estatística e Análise Criminal, outra ferramenta importante no combate à criminalidade, iniciou suas atividades em 2012 e forneceu, nesses dois anos, importantes subsídios para o mapeamento dos crimes contra a vida e o patrimônio, demonstrando o padrão de comportamento do criminoso, além de identificar os dias da semana, horários e áreas com maior concentração de delitos.

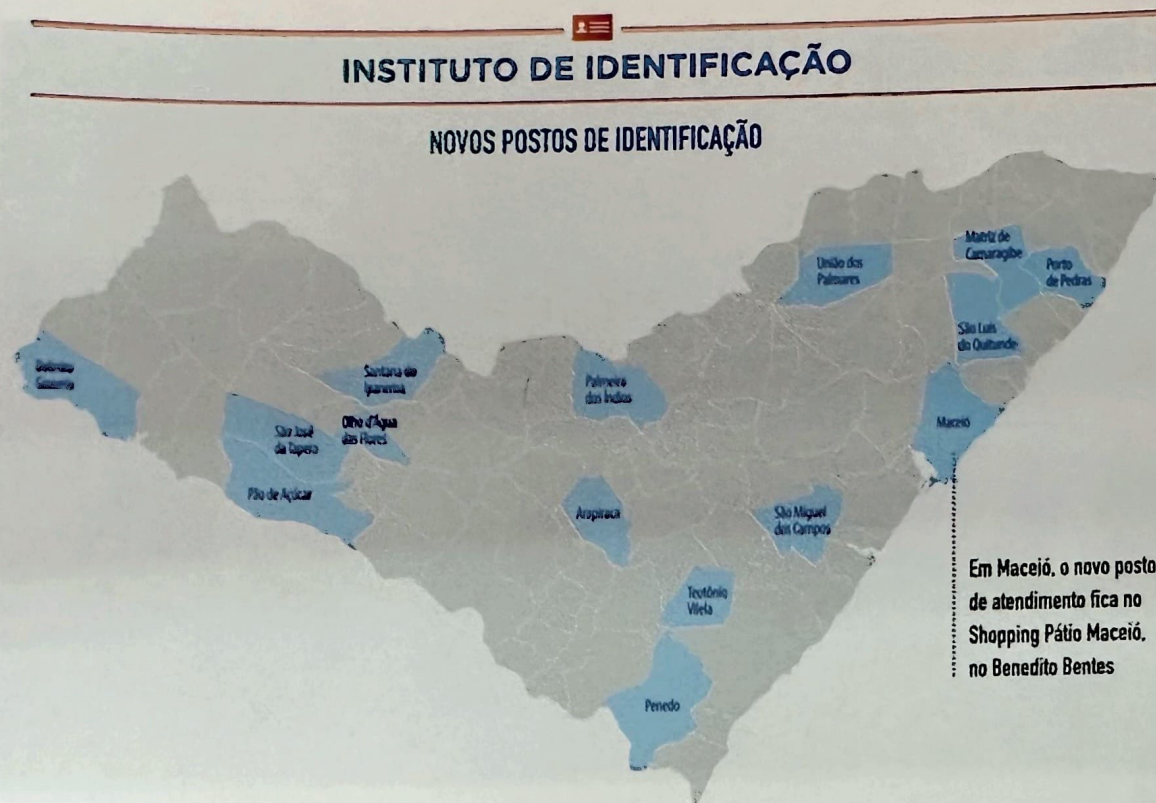
A implantação pioneira do sistema de videomonitoramento, na capital, foi vital para a produção de provas em inquéritos policiais, como estratégia de inteligência, além de permitir ações ostensivas imediatas. Em Maceió, a instalação de 87 câmeras móveis e 20 câmeras fixas com Reco-

nhcimento Óptico de Caracteres (OCR) de 360° e dois kits móveis representou investimentos que ultrapassaram os R\$ 11,5 milhões.

Mais três sistemas móveis de videomonitoramento estão em processo de ativação em Maceió (Benedito Bentes e Vergel) e Arapiraca, graças ao apoio do Governo Federal, por meio do programa Crack, é Possível Vencer. Representa um investimento de R\$ 2 milhões por base móvel. Cada kit é composto por 20 câmeras e sete estações de rádio, um microônibus, dois carros e duas motos, 50 pistolas de condutividade elétrica e 150 sprays de pimenta.

A parceria com o Governo Federal, envolvendo recursos de cerca de R\$ 2,3 milhões, fortaleceu a inserção de tecnologia de ponta, a exemplo da customização de todo sistema de gestão operacional de segurança pública. Por meio dessa customização, os dados da segurança pública passaram a ser integrados. Convênio com a União, no valor de R\$ 1,7 milhão, garantiu a aquisição de computadores do tipo servidor de alta capacidade e computadores para todos os órgãos da Defesa Social.

Outra iniciativa, amparada na tecnologia, é a implantação do stand de tiro virtual – uma realidade no Exército e nos estados da Bahia e Paraná, e no Distrito Federal. O serviço estará disponível, até o final de 2014, nas academias das Polícias Civil e Militar de Alagoas, e envolveu recursos de

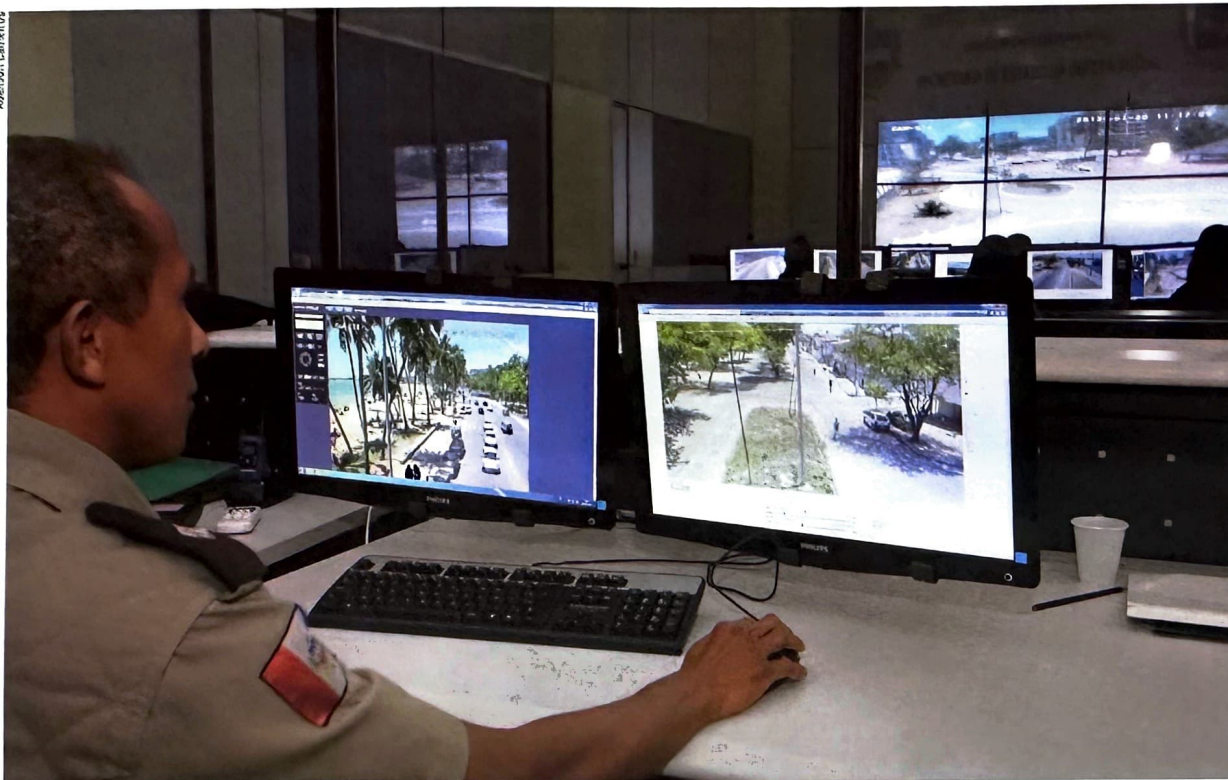


R\$ 1,4 milhão originados do Proinveste. O stand proporciona ao aluno uma sensação real, visto que utiliza armamento da própria corporação, mas sem o uso de munição. Não há limite para a quantidade de disparos e nem gastos excessivos.

A implantação do Disque Denúncia Integrado 181 – formado por policiais civis, militares e Corpo de Bombeiros – constituiu-se em ferramenta importante para o conhecimento de autoria de cri-

mes. Vários mandados e incursões policiais foram realizados com sucesso a partir de informação oriunda da população, passando de 200, em 2011 (ano da implantação), para 1.106 ligações/mês, em 2014 – dados contabilizados até setembro.

No âmbito da Polícia Civil, foi fortalecida a Delegacia de Homicídios, incorporando novas metodologias de trabalho, como a reconhecimento visuográfica, principalmente em decorrência do



SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO ENVOLVE 87 CÂMERAS MÓVEIS E 20 CÂMERAS FIXAS ESPALHADAS NA CAPITAL, ALÉM DOS DOIS KITS MÓVEIS – UM INVESTIMENTO DE R\$ 11,5 MILHÕES

trabalho articulado com a Força Nacional, que permitiu a participação de alagoanos em cursos de abrangência nacional e o envolvimento de delegados no estudo do homicídio; além da estruturação física e de pessoal. Atualmente, dez delegados integram a Delegacia de Homicídios.

Até o final de 2014, a Polícia Civil terá um Complexo de Delegacias Especializadas (Code), que unirá no mesmo prédio as Delegacias de Homicídios; Repressão ao Narcotráfico; Delegacia

dos Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Decotap); Acidentes de Trânsito e Roubos, e funcionará na antiga instalação do Já! – unidade Mangabeiras. Também funcionará no local uma segunda Central de Flagrantes. Hoje, a Central de Flagrantes, que antes era denominada de Central de Polícia de Maceió, atua com oito delegados e mais de 100 policiais – entre agentes e escrivães – que lavram flagrantes de pessoas presas na capital e região metropolitana, confeccionam Termos e Boletins Circunstanciados de Ocorrência (TCO e BCO), além de outros procedimentos.

Será inaugurado, também até o final de 2014, o novo prédio da Diretoria de Recursos Especiais (DRE), onde funcionam a Divisão Especial de Investigação e Capturas (Deic); a Seção de Combate a Roubos a Bancos; a Seção Antissequestro; Tático Integrado de Grupo de Resgates Especiais (Tigre); e o Serviço de Inteligência. A sede será no bairro Santa Amélia, em Maceió. Na mesma localidade, em um espaço ao lado da DRE, funcionará a nova sede da Academia da Polícia Civil (Apocal), situada no bairro do Pontal da Barra.

Outro ponto relevante relacionado à Polícia Civil, diz respeito aos inquéritos: entre janeiro de 2007 e outubro de 2014, foram instaurados 83.316 inquéritos policiais e concluídos 66.265. Nesse período, a instituição lavrou 32.570 prisões em flagrante, obtendo com isso resultados históricos.

No âmbito do sistema prisional, o governo Totonio Vilela Filho investiu em várias frentes, com destaque para a inauguração, em 2011, do Núcleo Ressocializador da Capital (NRC), localizado no antigo Presídio Rubens Quintella, o São Leonardo, interdito em 2007 e reformado com a ajuda de mão de obra carcerária. O Núcleo funciona com base na experiência do Estado de Goiás, inspirada em modelo realizado na Espanha, no qual o trabalho e o apoio familiar são fundamentais para a reintegração social dos reeducandos. Constituído pelos chamados Módulos de Respeito, o Núcleo se caracteriza pelo cumprimento integral da Lei de Execução Penal (LEP). A unidade abriga apenas internos que estudam e trabalham, registrando em três anos um índice de reincidência de 3%. Os resultados positivos, inclusive, colocaram o trabalho na concorrência para o Prêmio Inovare, cujo objetivo é identificar, premiar e disseminar práticas inovadoras.

Outra iniciativa importante no âmbito da reintegração social foi a implantação de polos descentralizados da Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (Ceapa), em seis municípios, resultante de parceria com o Governo Federal, o Tribunal de Justiça de Alagoas e os municípios. O programa de penas e medidas alternativas busca evitar que infratores de menor potencial ofensivo ingressem desnecessariamente



no sistema penitenciário, dando ao condenado, com penas de até quatro anos, apoio comportamental, jurídico e psicológico, no cumprimento da pena ou medida alternativa determinada judicialmente. Estão envolvidos no processo cerca de 2.700 reeducandos em todo o Estado.

O Presídio de Segurança Máxima foi inaugurado em 2012, absorvendo na sua estrutura o primeiro módulo de segurança máxima e a ampliação de unidade implantada no ano anterior. As vagas

AO LONGO DOS ÚLTIMOS 8 ANOS, O GOVERNO CONSEGUIU TRIPLICAR O NÚMERO DE VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL. INICIALMENTE, ERAM APENAS 1.200, HOJE SÃO 3.600

Tércio Capello



para criminosos de alta periculosidade dobraram, passando de 96 para 192. Os recursos, num montante de R\$ 3,6 milhões, são oriundos do Fundo Especial de Segurança Pública (Funesp), mediante autorização do Conseg. Durante esta gestão, o Governo conseguiu triplicar o número de vagas no sistema prisional. Inicialmente, eram apenas 1.200 vagas, até o final do ano serão cerca de 3.600.

Em 2013, foi inaugurado o Presídio do Agreste, em Craibas, disponibilizando 789 vagas para população masculina. São seis alas com 768 celas

coletivas para até oito reeducandos, 19 celas individuais e duas para portadores de necessidades especiais. A obra representou investimentos da ordem de R\$ 34,5 milhões oriundos do BNDES.

Duas unidades integrantes do complexo prisional em Maceió tiveram suas obras iniciadas em 2014: a construção do novo presídio masculino, com capacidade para 700 apenados, e o novo presídio feminino para 210 detentas. Também no complexo penitenciário foi iniciada a construção do Presídio Militar de Alagoas projetado para 53

CAMPANHA DO DESARMAMENTO: EM TRÊS ANOS (2011-2013), A ENTREGA VOLUNTÁRIA DE ARMAS ALCANÇOU 1.037 UNIDADES

vagas distribuídas em 11 celas. Duas celas são individuais e duas destinadas a portadores de necessidades especiais.

O monitoramento eletrônico de condenados que cumprem pena no regime semiaberto é também medida implementada no âmbito do sistema prisional, envolvendo 375 presos e que vem possibilitando a redução de 100% no custo mensal de cada reeducando. A utilização de mais 700 tornozeleiras, já licitadas, vai reduzir esse custo do sistema prisional para o Estado em mais 100%.

A participação do Estado na Campanha Nacional do Desarmamento apresentou resultados bastante positivos. Em três anos, a entrega voluntária de armas alcançou 1.037 unidades. Entre 2011 e 2013, houve um incremento de 50% nessa coleta, inclusive em função de iniciativa inovadora e pioneira do Estado, com o uso do Ônibus do Desarmamento que aproximou a população da Campanha.

SEGURANÇA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÕES DE RISCO

No conjunto dos que fazem a defesa da sociedade ganha destaque o Corpo de Bombeiros, cuja missão de apagar incêndios ampliou-se em muito, alcançando o controle de tragédias e resgates. E foi nessa perspectiva que o governo Teotonio Vilela Filho fortaleceu a corporação, a exemplo da ampliação e reforma do 9º Grupamento Bombeiro Militar de Santana do Ipanema, distribuídos nas mais diversas áreas, incluindo, além do combate a incêndio, o atendimento pré-hospitalar e o salvamento em altura e terrestre.

A parceria entre o Governo do Estado e o Ministério da Justiça possibilitou a aquisição de um caminhão plataforma de combate a incêndio e salvamento: escada Magirus, além de dois veículos com capacidade de armazenamento de 5 mil litros de água. O Grupamento de Socorros de Emergência foi equipado com uma unidade de resgate e quatro motocicletas, adquiridas através de um convênio firmado com a Secretaria Nacional de



Segurança Pública (Senasp).

A Taxa de Incêndio, com importante adesão da população, tem trazido para a corporação a possibilidade de investir na aquisição de equipamentos e material operacional para o combate a incêndio e para mergulho, a exemplo de motos aquáticas, botes infláveis, além de equipamentos de informática e outros que permitem a modernização do proces-

O Governo do Estado fortaleceu o Corpo de Bombeiros com a aquisição de veículos, escada Magirus, além de outros equipamentos de salvamento

so de trabalho. Em 2010, o Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas foi o primeiro no país a dispor do sistema, cuja sigla é AFT (Advanced Firefighting Technology), adquirido com recursos da Taxa de Incêndio. O sistema funciona por meio de tecnologia avançada, extraída do ramo espacial e aeronáutico, sendo altamente eficaz e com elevado alcance para o combate a incêndios, lançando gotículas em velocidade supersônica, o que resulta em rápido resfriamento combinado com abafamento.

Também foi fundamental, na segurança da população, a adoção de medidas importantes voltadas à prevenção de situações de emergência decorrentes de fenômenos naturais. Após as enchentes de 2010, que causaram grandes perdas humanas e materiais em diversos municípios de Alagoas, o governo Teotonio Vilela Filho implantou uma sala de situação ou sala de alerta. A iniciativa, apoiada pela Agência Nacional de Águas (ANA), que escolheu o Estado como piloto, possibilita a análise da previsão do tempo, o acompanhamento, em tempo real, do nível dos rios e a emissão de alertas para a Defesa Civil Estadual.

Os dados são emitidos pelas Plataformas de Coleta de Dados, instaladas nas bacias hidrográficas com histórico de enchentes, como as dos rios Paraíba e Mundaú. Além do monitoramento, outros produtos vêm sendo executados como a batimetria da lagoa Mundaú (medição de profun-



didade) e a ortoimagem (fotos de alta resolução) das calhas dos rios, cujos dados foram a base para a elaboração de um plano de contingência.

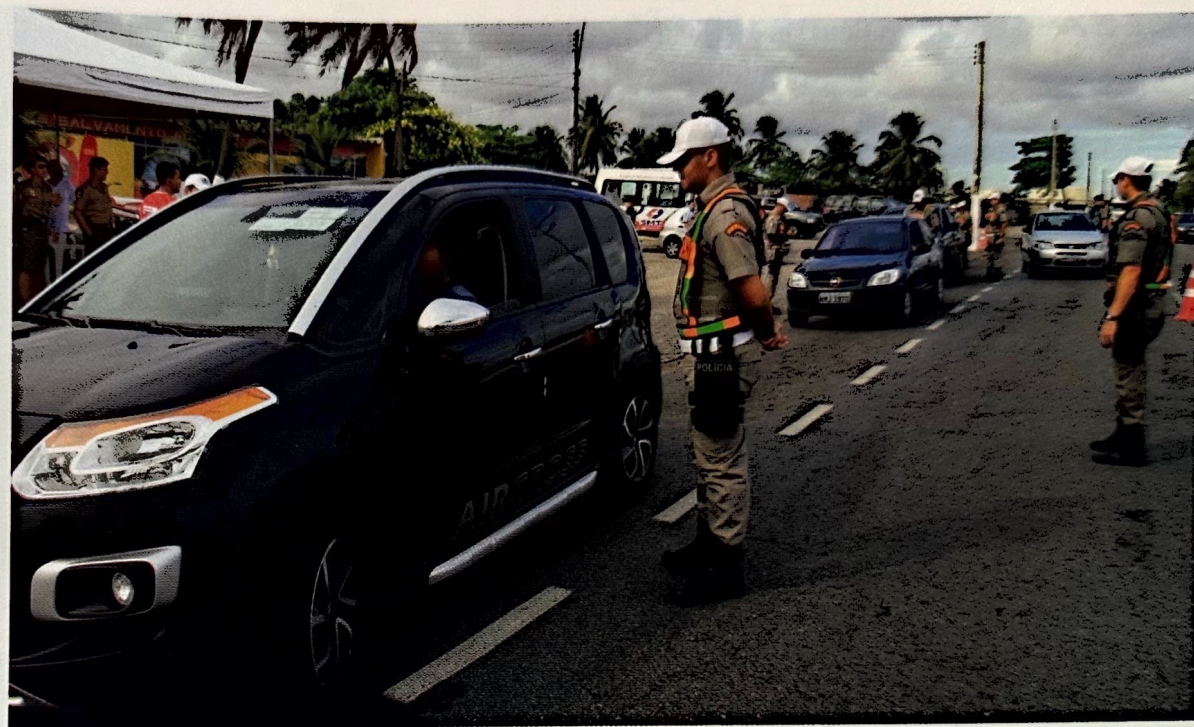
A manutenção da Sala de Alerta e o incentivo aos Comitês de Bacias Hidrográficas para a execução de medidas preventivas, como o reflorestamento das matas ciliares, são metas inseridas no Pacto Nacional das Águas. Como segundo estado do país a aderir ao Pacto, Alagoas é o primeiro a cumprir as metas e a receber as duas parcelas de R\$ 750 mil.

Após as enchentes de 2010, foi instalada uma sala de alerta, iniciativa apoiada pela Agência Nacional de Águas

SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Uma das mais importantes conquistas do governo Teotônio Vilela Filho, em relação à segurança no trânsito, foi uma ação forte e determinada no combate aos vícios administrativos no Detran/AL, órgão gestor do trânsito no Estado. Com as medidas adotadas, foram destruídos os vínculos com interesses particulares e políticopartidários e a gestão foi direcionada para atender às demandas da sociedade como um todo. O Departamento, hoje, é o mais moderno do país, com atendimento descentralizado e oferta de serviços online. A profissionalização da gestão permitiu, inclusive, a geração de recursos financeiros que viabilizaram a instalação do sistema de videomonitoramento que se constitui em destaque na segurança pública em Alagoas.

Em relação ao trânsito, particularmente, o videomonitoramento fixo e móvel vem sendo fundamental, pois ao captar a imagem da placa de veículos, possibilita o acesso à base de dados, e a identificação de pendências ou queixas de roubos, otimizando a abordagem da autoridade policial. O investimento do Detran/AL em tecnologia veio



Albion Cruz

atender a uma exigência da modernidade, mas, muito além disso, acolhe a demanda de uma realidade impactante representada pelo trânsito em Alagoas, com uma expansão de quase 170% na frota, nos últimos 10 anos, passando de 221,4 mil veículos para 592 mil. Foi um investimento na segurança do cidadão usuário e na lisura e celeridade dos processos burocráticos.

Em ação inovadora, a partir de 2012, o aviso do vencimento da validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) passou a ser recebido pelo

MAIS DE 18 MIL CONDUTORES FORAM ABORDADOS E 1.710 TIVERAM SUAS CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO RECOLHIDAS NA OPERAÇÃO LEI SECA, EM ALAGOAS, A PARTIR DE 2012

usuário em seu domicílio, via Correios, e quando não tinha alterações o documento era atualizado automaticamente. Outra iniciativa facilitadora da vida do alagoano foi a instalação, em 2013, de totens de autoatendimento por meio do qual o usuário passou a ter acesso a consultas rápidas em diversos pontos do Estado.

A ampliação dos serviços ofertados por meio do portal do Detran/AL tem oferecido praticidade e comodidade aos cidadãos, evitando filas. São, ao todo, 30 serviços que podem ser feitos sem sair de casa. A emissão da guia de licenciamento automático é a mais procurada, chegando a 175,8 mil operações no primeiro semestre de 2014.

A vistoria eletrônica representa outro avanço, adotado desde 2012, utilizando procedimento de captura do chassi por meio de fotografia e não mais de decalque, o que diminui as chances de fraude. Com o sistema de controle de lacres, outro aparato técnico desenvolvido pelo Órgão, é atribuído um número de lacre específico à placa do sistema Renavam, o Registro Nacional de Veículos Automotores. Como não é possível a modificação há um aumento da segurança e inibição de adulteração.

Por meio da Operação Lei Seca, que passou a vigorar em 2012, mais de 18 mil condutores foram abordados e 1.710 tiveram suas carteiras de habilitação recolhidas, contribuindo para a redução da violência no trânsito.





Ailton Cruz

MODERNIZAÇÃO: 30 SERVIÇOS OFERECIDOS PELO DETRAN/AL PODEM SER FEITOS PELA INTERNET, MAIS COMODIDADE PARA O CIDADÃO

Nova sede do Detran/AL: situada no Tabuleiro do Martins, os 40 mil m² abrigam setores operacionais e mais agência bancária, praça de alimentação, auditório, sala de treinamento para servidores e instrutores dos Centros de Formação de Condutores, e galpões para atender o serviço de vistoria de veículos

No campo da educação, o programa Educando Jovens para o Trânsito atua junto a escolas públicas e privadas, inserindo a temática de forma transversal nas disciplinas do ensino médio. O projeto, o primeiro na área de educação de caráter continuado, envolve cerca de 44 mil estudantes em Maceió e no interior.

Com a inauguração da nova sede do Detran/AL, de design arrojado e tecnologia de ponta, o governo Teotônio Vilela Filho possibilitou aos alagoanos melhor acesso e a prestação de serviços com celeridade, segurança e conforto. Localizada no Tabuleiro dos Martins, os 40 mil m² abriga os diversos setores operacionais e mais agência bancária, praça de alimentação, auditório para 220 pessoas, sala de treinamento para servidores e instrutores dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) e galpões para atender o serviço de vistoria de veículos.

COMBATE ÀS DROGAS E FOMENTO À CULTURA DA PAZ

O governo Teotonio Vilela Filho foi o primeiro no país a estruturar um órgão voltado à promoção da paz como política pública e foi copiado pelo governo de Rondônia, três anos depois. A Secretaria, instituída em 2009, fortaleceu e consolidou a articulação das diferentes estruturas governamentais com os movimentos da sociedade civil organizada, tendo em vista o desenvolvimento da cultura de paz, de modo a contribuir na redução dos indicadores de violência em nosso território.

O Acolhe Alagoas, criado em 2010, realizou até 2014 quase 15 mil atendimentos para recuperação de dependentes químicos, incluindo triagem, visitas dos Anjos da Paz e outros serviços de prevenção e reinserção social, somando, nesse mesmo período, mais de 13,5 mil encaminhamentos para comunidades acolhedoras. A rede de acolhimento do Estado conta, hoje, com 30 comunidades, com oferta de 1.429 vagas. O total de recursos investi-



dos no Acolhe Alagoas, desde a criação, foi de R\$ 29,8 milhões.

O governo de Alagoas, devido ao trabalho com o Acolhe Alagoas, aderiu ao programa Crack é Possível Vencer, em 2012. Numa ação integrada, coordenada pelo Ministério da Justiça, três frentes de atuação foram implementadas: a prevenção do uso de drogas, o cuidado e tratamento dos usu-

Alagoas foi o primeiro estado da federação a ter um órgão voltado à promoção da paz, iniciativa três anos depois copiada pelo governo de Rondônia

QUASE 15 MIL ATENDIMENTOS PARA RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS FORAM FEITOS, POR MEIO DO PROGRAMA ACOLHE ALAGOAS, CRIADO EM 2010

ários e a repressão ao tráfico, integrando, nesses aspectos, vários grupos sociais para um trabalho simultâneo na prevenção, combate, reabilitação e reintegração social.

Em 2014, foi inaugurado um Centro de Acolhimento, em Delmiro Gouveia, para atender às famílias do Sertão. Em Maceió, o Centro de Acolhimento ganhou nova sede, com amplas instalações. A segunda Casa de Direitos do país foi inaugurada em 2014, em parceria com o Ministério da Justiça e a Caixa Econômica Federal, sendo gerida pelo Governo do Estado. A Casa, localizada no Jacintinho, realiza uma média 300 atendimentos por mês.

A atuação dos Anjos da Paz foi destaque e avançou, em 2014, para um trabalho de interiorização do atendimento, instalando bases em seis municípios polos (Arapiraca, Palmeira dos Índios, Viçosa, Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia e



Penedo). Os Anjos da Paz são equipes integradas por assistentes sociais e psicólogos que atuam na orientação e ajuda às famílias e/ou a dependentes químicos, informando sobre as possibilidades de recuperação e alternativas de tratamento. Também fazem o acompanhamento do dependente às comunidades acolhedoras. O principal mecanismo de ação desses grupos é a visita domiciliar desen-

cadeada a partir do contato telefônico gratuito, pela ida ao Centro de Acolhimento ou encaminhamento dos diferentes parceiros do projeto. Em Alagoas, os Anjos da Paz somaram mais de 3,6 mil visitas.

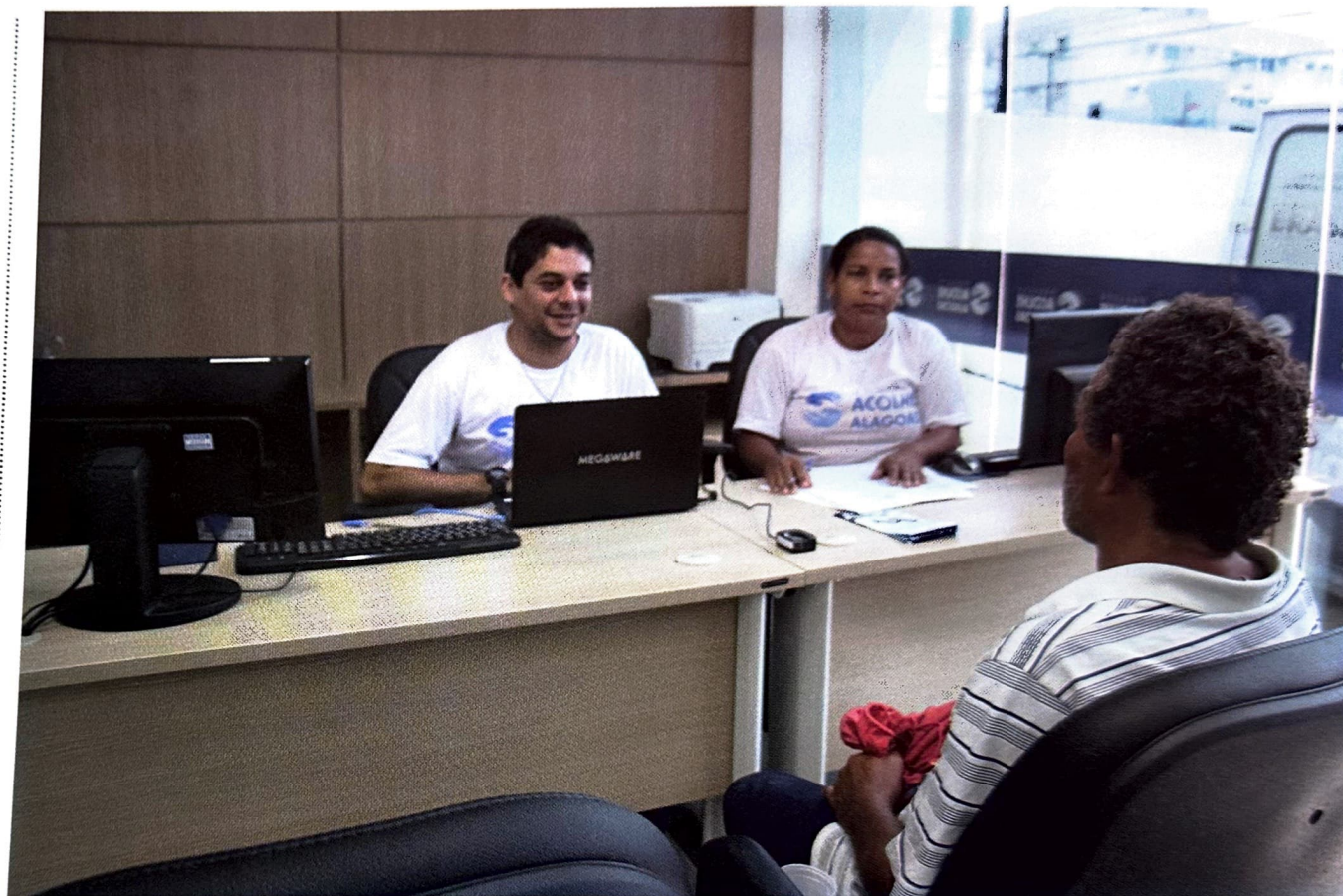
O projeto Educação para a Paz, com atuação junto à rede de ensino, envolvendo professores e alunos em uma educação não violenta, abrangeu

quase 50 municípios, mediante apoio das prefeituras e recursos próprios do Estado de cerca de R\$ 3 milhões.

Vários eventos de capacitação abordando a cultura da paz formaram multiplicadores e lideranças positivas, como Agentes da Paz, envolvendo mais de mil participantes. Convênio com o Ministério da Justiça trouxe recursos de quase R\$ 1 milhão, oriundos de emendas parlamentares, voltadas para inserção dos acolhidos no mercado de trabalho, possibilitando a reforma de 12 oficinas produtivas nas comunidades acolhedoras, destinadas à geração de emprego e renda.

Fruto da articulação com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Alagoas, e a Ufal, foi realizado, em 2012, o 1º Seminário Alagoano de Mediação de Conflitos, com a segunda edição em 2014, tendo como um dos resultados a oferta do serviço de mediação de conflitos, na Casa de Direitos e em núcleos escolares. Professores do Cepa foram capacitados sobre o tema.

Quatro campanhas voltadas à redução da violência e ao fortalecimento da cultura da paz foram realizadas: “Arma nem de Brincadeira”, “Desarmamento Infantil”, “Acolha seu Filho” e “Paz, uma só Torcida”, esta veiculada durante o Campeonato Alagoano de Futebol. Alagoas forneceu à campanha nacional do desarmamento uma nova forma de arrecadar armas de fogo com o Ônibus do



Desarmamento, que em um ano recebeu voluntariamente 425 armas em várias cidades do Estado.

Um resultado positivo, relacionado à cultura da paz e ao acolhimento a dependentes químicos, que mostra o caminho certo que foi assumido pelo Governo de Alagoas, foi expresso na matéria da Folha de S. Paulo, de setembro de 2014, na qual o Estado,

diferente do cenário nacional, foi apontado com o único no país a ter queda na concessão de auxílio-doença, pago pelo INSS, em razão do uso de drogas. A própria Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas disse que o fato de Alagoas possuir uma rede estruturada e gratuita para recuperação influenciou nesse dado.

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em 2009, o governo Teotonio Vilela Filho firmou com o Governo Federal o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no âmbito do qual foi instituída a Câmara Técnica de Gestão do Pacto, por meio de decreto governamental.

A parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, com os Ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Agrário, e a utilização de recursos do Tesouro Estadual, permitiu a captação de um volume considerável de recursos, alcançando quase R\$ 7 milhões.

Várias e importantes iniciativas foram implementadas, por meio de projetos já executados ou em execução, a exemplo da capacitação de 1.400 profissionais e informatização da rede integrada de atendimento à mulher em situação de violência; da implantação e aparelhamento do Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CEAM) Jarede Viana e de núcleos de

atendimento à mulher em delegacias não especializadas em Delmiro Gouveia, Maragogi e São Miguel dos Campos, bem como de Centros de Referência nos municípios de Delmiro Gouveia, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

A realização de diversos mutirões, especialmente com o intuito de informar a população sobre a Lei Maria da Penha, foi fundamental para a divulgação dos benefícios da Lei na garantia dos direitos das mulheres em situação de violência e incentivo à denúncia, principalmente por meio do telefone 180.

Dois casas-abrigo foram implantadas (Maceió e Arapiraca) e organismos e conselhos municipais de política para as mulheres foram fortalecidos. Os projetos Mulheres da Paz, Proteção e Mulheres na Comunidade estão em pleno andamento com atuação na prevenção e mediação de conflitos nas comunidades.

O investimento em iniciativas voltadas ao empoderamento da mulher, especialmente aquela em situação de vulnerabilidade, foi valorizado, a exemplo de Mulheres na Construção Civil, com previsão de capacitação de 900 mulheres, em parceria com o Governo Federal. Destaque-se, ainda, a capacitação de 1.300 mulheres trabalhadoras rurais, para a inclusão produtiva, em parceria com o MDA; a capacitação de 120 mulheres quilombolas em produtos artesanais; e o projeto Vozes

DUAS CASAS-ABRIGO FORAM IMPLANTADAS (MACEIÓ E ARAPIRACA) E ORGANISMOS E CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICA PARA AS MULHERES FORAM FORTALECIDOS

Femininas que preparou mulheres para uma maior participação nos espaços de poder.

Outra iniciativa de relevância foi a criação e a instalação do Fórum Estadual para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Rurais, uma instância integrada por representações dos movimentos sociais e que possibilitou um incremento à atuação das unidades móveis no atendimento jurídico e psicossocial às mulheres de localidades mais distantes.

PARCERIAS E ATUAÇÃO PELA JUVENTUDE

No âmbito das políticas voltadas à juventude em situação de vulnerabilidade, o governo Teotônio Vilela Filho efetivou várias iniciativas, a exemplo da realização do diagnóstico do acolhimento institucional e familiar, e mais especificamente nos abrigos que cuidam de crianças e adolescentes em Alagoas.

O Programa Educação Infantil (Pro-Criança) foi implementado de forma a abranger os 102 municípios alagoanos, incentivando a criação de creches e a formação de agentes cuidadores. Foi destaque também a execução do Projeto Entre na Roda e o Projeto Brincar, numa parceria com a Fundação Wolkswagem, envolvendo os 102 municípios em encontros que contaram com a participação de mais de mil educadores, realizados em Maceió e Arapiraca. A Pastoral da Criança foi outra parceria de peso nesses dois projetos, particularmente na divulgação da importância da leitura e da brincadeira no desenvolvimento psicológico, físico e cultural da criança e do adolescente alagoano.



Paulo Reis

Uma frente de trabalho significativa foi a capacitação de 200 profissionais no âmbito das ações de prevenção de acidentes e violência na infância, abrangendo funcionários de creches, abrigos, camareiras, cuidadores de crianças dentre outros. As crianças também foram trabalhadas de forma pedagógica no sentido da prevenção de acidentes domésticos, primeiros socorros, combate às drogas e ao bullying. Essa iniciativa envolveu cerca de 600 crianças oriundas de áreas que se caracterizavam pela situação de exclusão.

Palestras e capacitações em diferentes eventos de sensibilização e conscientização disseminaram informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e debateram exaustivamente uma temática variada, a exemplo da violência sexual, exploração do trabalho infantil, exploração sexual infantil, bullying, crimes cibernéticos, acidentes de trânsito e gravidez na adolescência. Esses temas também foram objeto de mobilizações por ocasião do Carnaval, Dia da Criança, Dia Nacional da Adoção e outras datas destinadas a sensibilizar a

sociedade para essas questões e para a vulnerabilidade desses segmentos.

As Conferências Municipais e as Conferências Estaduais dos Direitos de Crianças e Adolescentes, além da Conferência Lúdica da Criança, foram oportunidades de discussão de direitos e responsabilidades institucionais e da sociedade civil nesses campos. Foram mais de 90 eventos envolvendo cerca de 9 mil participantes de diferentes regiões do Estado.

A implantação de Conselhos Municipais da Juventude foi outra iniciativa importante vista como instrumento de controle e garantia dos direitos desse segmento populacional. Foram criados 16 colegiados e o Conselho Estadual. A realização da primeira e da segunda Conferência Estadual para debater temas vinculados e definir parâmetros e diretrizes para a juventude em Alagoas foi resultado dessa atuação.

Em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude foi dado início ao projeto de estímulo e fortalecimento do acesso do jovem a programas, serviços e ações voltados à garantia de direitos e que contribuem para a inclusão, a autonomia e a participação do jovem no seu contexto social. O projeto Estação Juventude, com uma unidade itinerante urbana e outra no campo, abrangerá prioritariamente os bairros que integram o Plano Juventude Viva: Vergel do Lago, Benedito Bentes

e Jacintinho e mais 15 municípios, com o desenvolvimento de oficinas de cultura e arte, como a capoeira, atividades de sociabilidade e capacitação profissional para o trabalho.

O Programa Juventude Viva foi lançado em Maceió como partida para um trabalho de prevenção à violência contra os jovens, mediante políticas de educação, saúde, esporte, lazer e acesso à justiça. O programa foi fruto de parceria entre o Ministério da Justiça, da Igualdade Racial, do Trabalho e Emprego, o Governo do Estado e o Judiciário alagoano e faz parte do Plano Brasil Mais Seguro, voltado a diminuir os índices de criminalidade e aumentar a segurança no país. A experiência de Alagoas, segundo o Governo Federal, demonstrou que a integração de diferentes políticas públicas é a saída na desconstrução da cultura da violência. Um exemplo foi a articulação entre as ações do Programa Brasil Mais Seguro, voltadas à repressão ao crime e combate à impunidade, com a implantação dos Centros Integrados de Economia Solidária, das Estações da Juventude e da Promotoria de Combate ao Racismo.

O Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia) foi implantado e vem registrando e tratando informações que são fornecidas aos diferentes órgãos, com a finalidade de subsidiar decisões governamentais sobre as políticas para a criança e o adolescente. A Sala de Treinamento

FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES: O GOVERNO DO ESTADO DOOU 102 VEÍCULOS, COM RECURSOS DO FECOEP

do SIPIA CT Web, em fase final de conclusão, será destinada à capacitação dos 550 conselheiros tutelares que atuam nos 102 Conselhos dos Direitos de Alagoas. Também em processo de implantação, o Núcleo de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares do Estado de Alagoas – a chamada Escola de Conselhos – tem previsão da realização de 17 cursos, com a participação de 700 conselheiros, incluindo o Sipia.

O governador Teotonio Vilela Filho, utilizando recursos do Fecoep, fez a doação de 102 veículos para dar maior agilidade e efetividade às ações dos Conselhos Tutelares. Em 2010, mediante convênio com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, foram distribuídos aos Conselhos 106 computadores, impressoras e estabilizadores.

EDUCAÇÃO

Alagoas pode mostrar avanços no campo da educação quando se comparam informações oficiais que mostram melhorias, a partir de 2007, primeiro ano do governo Teotonio Vilela Filho.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado em setembro de 2013, mostrou esse avanço. O Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (aprovação).

No Índice relativo ao 4º/5º ano, Alagoas, com pontuação de 3,3, em 2007, teve um incremento em 2013, com pontuação de 4,1. Quando se analisa a série final do ensino médio, o Estado, em 2007, com índice de 2,7, aumentou para 3,0, em 2013.

No ensino médio, a melhor evolução foi observada na taxa de distorção idade-série – o valor da distorção representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando – que era de 66,1, em 2007, e chega em 2012 a um índice de 45. Esse mesmo indicador no ensino fundamental também mostra um significativo progresso, passando de 36,5 em 2007 para 23,9 em 2012.



Ainda no ensino fundamental, quando se observa a porcentagem de alunos do 9º ano com pontuação acima do considerado adequado na prova Brasil (disciplina português), Alagoas saiu de 8,5% em 2007 para 13,4% em 2011. Esse mesmo indicador para os alunos do 5º ano também mostra significativo progresso: de 13% em 2007 para 21,3% em 2011.

O Governo do Estado e os 102 municípios firmaram o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, no sentido de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos

No ensino superior, o Estado também contabiliza avanços, a exemplo da porcentagem de matrícula na população de 18 a 24 anos, que saiu de 6,8% em 2007 para 11,4% em 2012, igualando-se a média do Nordeste e ficando mais próxima da nacional (15,4%)

Esses resultados foram influenciados por medidas importantes, muitas das quais com o apoio do Governo Federal, a exemplo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), um compromisso formal assumido pelos três entes federados, no sentido de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

O governo do Estado e os 102 municípios firmaram o Pacto, comprometendo-se com a formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; disponibilização de materiais didáticos, obras literárias e de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais, além de promover avaliações sistemáticas. Em Alagoas, foram envolvidos no Pacto 307 orientadores de estudos e 7 mil professores cursistas, incluindo a rede estadual e dos municípios.

O governo Teotonio Vilela Filho também investiu no reforço para os alagoanos candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), mobilizando professores e técnicos na realização



de “aulões”, contribuindo de forma importante para a preparação de cerca de 20 mil alunos do ensino médio da rede estadual. Os professores foram capacitados para trabalhar as especificidades do Exame. Em 2014, o processo evoluiu com a realização de aulas transmitidas via satélite, em parceria com o Grupo Abril Educação. Alagoas foi pioneiro na realização do chamado Pré-Enem para o setor público e envolveu 25 mil alunos da rede estadual.

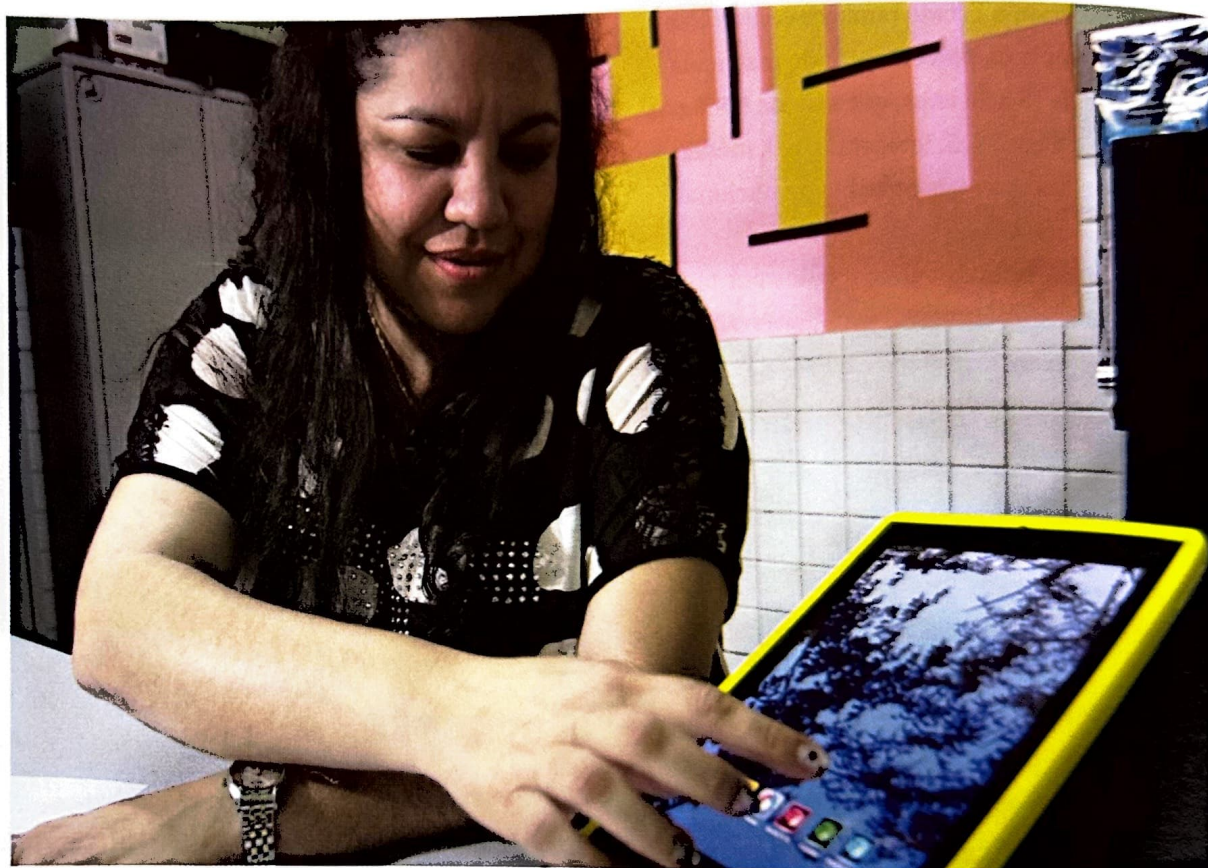
Cerca de 20 mil alunos do ensino médio foram beneficiados com “aulões”, mais um reforço para os candidatos ao Enem

A conectividade das escolas com a rede mundial de computadores foi viabilizada, com 80% de um total de 344 unidades, entre escolas e prédios administrativos, conectados, sendo que 74% trabalham com internet sem fio. O Governo adquiriu, com recursos próprios, 2 mil computadores de mesa e 100 notebooks. Junto ao Ministério da Educação foram obtidos tablets com conteúdo pedagógico, lousas digitais e projetores para a rede estadual. Foram distribuídos 199 laboratórios de informática e cerca de 4.500 tablets de 7 e 10 polegadas.

No início do governo Teotonio Vilela Filho foram nomeados 19% do contingente de professores oriundos do concurso de 2005, pois o governo anterior só havia nomeado 71% dos aprovados. Entre 2008 e 2013, os 10% restantes assumiram seu posto, mediante ação judicial. Em 2013, o Governo realizou novo concurso, com 1.738 vagas, sendo 1.723 para professores em diversas áreas. O concurso aprovou 1.094 docentes, não preenchendo o total de vagas ofertado. Todos foram nomeados.

Foi criada a comissão para implantar o PCCS para os servidores da área administrativa da educação, resultando na avaliação de cerca de 3 mil processos. O incremento no salário desse segmento variou entre 10% e 70%.

Quanto à ampliação da rede de educação e esporte, o Complexo Escolar e Esportivo, no Bene-



dito Bentes, ocupará uma área de 130 mil m², envolvendo recursos da ordem de R\$ 45 milhões, dos quais já foram investidos cerca de R\$ 5 milhões e estão garantidos mais R\$ 4 milhões pelo Proinvest. O empreendimento prevê a instalação de cinco escolas com 12 salas de aula, duas quadras cobertas e dois campos de futebol society. Contempla, ainda, uma escola profissionalizante, um ginásio

poliesportivo, um parque aquático com piscina semiolímpica e piscina de salto ornamental.

A estimativa é atender 7 mil alunos. A previsão é de entrega de duas escolas até o final de 2014. Na área do Complexo, também será construída a sede da 14ª Coordenadoria Regional de Ensino, um anfiteatro, uma base comunitária, um Centro Integrado de Cidadania, uma biblioteca central.

Além disso, terá uma ciclovia, praças, dois estacionamentos, três guaritas e uma passarela.

Outras iniciativas foram implementadas no sentido do fortalecimento da rede física de ensino no Estado, por meio da construção, reforma e ampliação de unidades. Ao longo dos oito anos, até o final do mandato, serão entregues 63 novas escolas em Alagoas. Os serviços de ampliação e reforma abrangeram 197 unidades. Duas novas escolas profissionalizantes foram entregues em Maceió e Coruripe. Quatro estruturas esportivas em Maceió também foram reformadas, além do prédio sede da Secretaria de Estado (R\$ 1 milhão) e a piscina do Cepa (R\$ 140 mil).

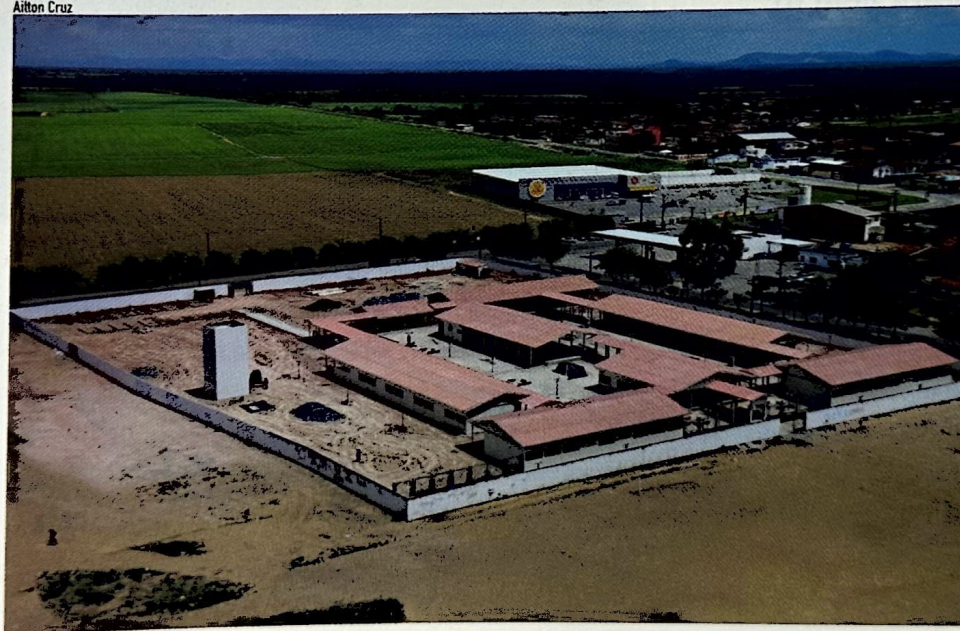
Entre as 63 novas escolas, no período de 2007 a 2010, foram construídas quatro (Maceió, Marechal Deodoro, Teotônio Vilela e Dois Riachos) com investimento de R\$ 1,8 milhão por unidade de ensino. Em 11 municípios foi viabilizada a instalação de 20 unidades municipais de ensino, com recursos próximos a R\$ 50 milhões, algumas já concluídas e outras em andamento: Atalaia (3); Branquinha (1); Murici (3); São José da Laje (1); União dos Palmares (2); Jacuípe (3); Joaquim Gomes (1); Paulo Jacinto (1); Quebrangulo (1); Rio Largo (2); e Santana do Mundaú (2). Até o final de 2014, serão 31 quadras esportivas, com custos de R\$ 21 milhões; ampliação e reforma de 30 unidades e duas quadras, além do prédio de duas coordenadorias de ensino.

ESCOLAS PÚBLICAS

63 NOVAS ESCOLAS CONSTRUÍDAS AO LONGO DE 8 ANOS

Atalaia	4	Dois Riachos	1	Murici	6	São José da Laje	7
Branquinha	4	Jacuípe	4	Paulo Jacinto	1	Teotônio Vilela	2
Cajueiro	1	Joaquim Gomes	1	Quebrangulo	2	União dos Palmares	6
Capela	3	Maceió	4	Rio Largo	5	Viçosa	2
Coruripe	1	Matriz de Camaragibe	3	Santana do Mundaú	6		

Ailton Cruz



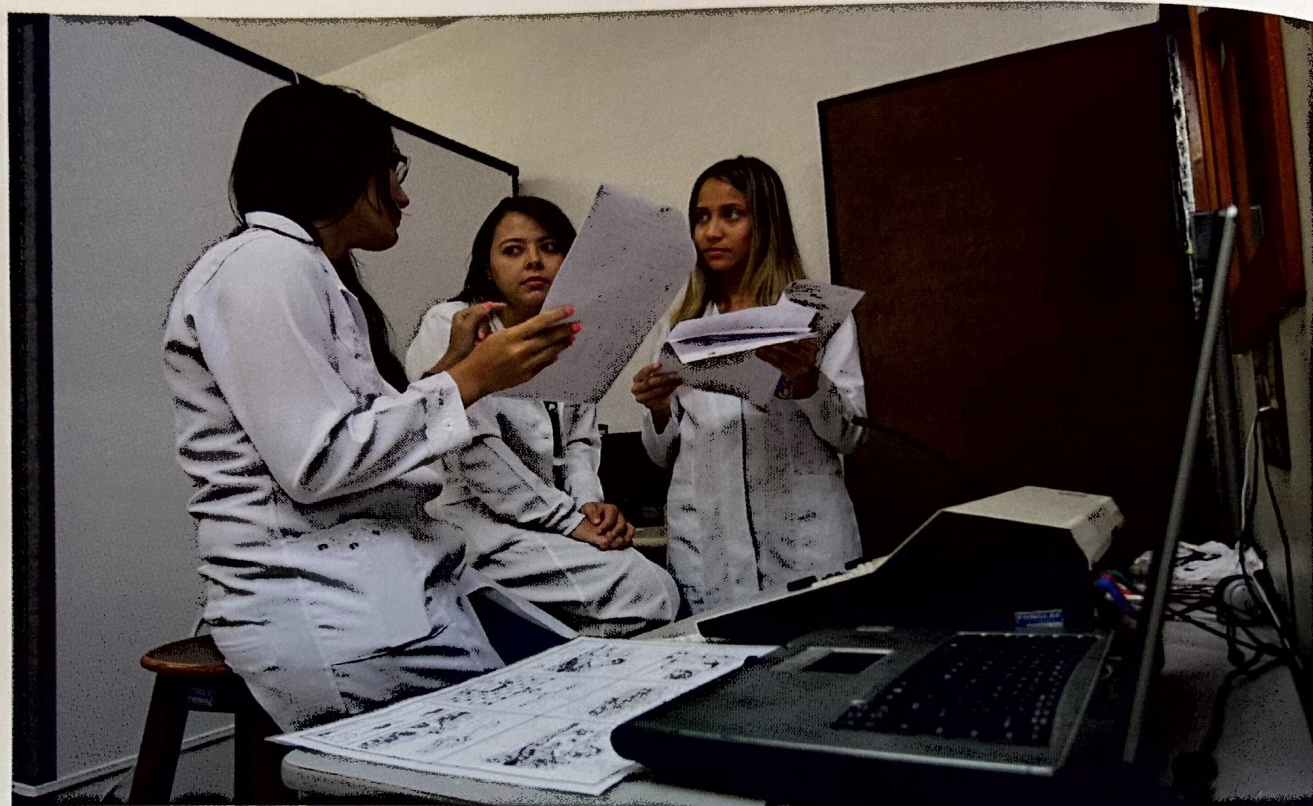
O Complexo Escolar e Esportivo, no Benedito Bentes, ocupará uma área de 130 mil m², envolvendo recursos da ordem de R\$ 45 milhões. Duas escolas estão em fase de conclusão

ENSINO SUPERIOR

Com duas universidades estaduais – a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) e a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) –, o governo Teotonio Vilela Filho ao longo dos oito anos buscou, dentro do esforço global de recuperação do Estado, fortalecer e consolidar essas instituições públicas, abrangendo os componentes acadêmico, administrativo e em termos de estrutura física.

UNCISAL: ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Uncisal coloca-se como de fundamental importância no contexto do Estado, não somente pela sua contribuição ao ensino, à pesquisa e à extensão, mas pelo seu relevante papel no tocante à assistência à saúde dos alagoanos, mediante gestão de um Centro de Patologia e Medicina Laboratorial (CPML), três clínicas – Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia –, um Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) e três hospitais-esco-



la: o Hélio Auto, o Portugal Ramalho e a Maternidade Santa Mônica. Esses hospitais-escola são referência em suas especialidades: o Hélio Auto para as doenças infecciosas, a Santa Mônica para gravidez de alto risco e o Portugal Ramalho para a assistência psiquiátrica.

A Uncisal oferece cursos técnicos profissionalizantes, bacharelados, tecnológicos superiores e cursos de pós graduação, todos da área de saúde,

A Uncisal oferece cursos técnicos profissionalizantes, bacharelados, tecnológicos superiores e cursos de pós-graduação, todos da área de saúde



Thiago Sampayo

ESTRUTURA DA UNCISAL

MATERNIDADE SANTA MÔNICA

HOSPITAL HÉLVIO AUTO

HOSPITAL PORTUGAL RAMALHO

CENTRO DE PATOLOGIA E MEDICINA
LABORATORIAL (CPML), TRÊS
CLÍNICAS – FISIOTERAPIA, TERAPIA
OCUPACIONAL E FONOAUDIOLOGIA

SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE
ÓBITOS (SVO)

a cerca de 4 mil alunos. É 100% pública tanto na oferta de educação, quanto de serviços à população. Desde 2012, metade das vagas é destinada às cotas sociais, restrita a alunos alagoanos.

A interiorização do ensino superior encontra-se no planejamento para 2015, mediante Programa de Educação a Distância (EAD), com aprovação, pelo MEC, da primeira oferta, uma novidade na grade da instituição: o curso de Gestão

Hospitalar. O Centro de Educação a Distância da Uncisal foi institucionalizado e, mediante concurso público autorizado pelo governador Teotônio Vilela Filho, o quadro de professores será fortalecido, prevendo-se um polo de EAD em cada região do Estado numa parceria com os municípios.

Numa iniciativa inédita em Alagoas, foi desenvolvido o projeto Bolsa Permanência Universitária, como medida de prevenção da evasão de alunos

em situação de vulnerabilidade. Os recursos do Fecoeep foram aplicados em bolsas de R\$ 310, totalizando, no primeiro ano, valores da ordem de R\$ 380 mil. Para 2015, será duplicado o número de bolsistas.

A pesquisa e a extensão são pontos fortes da Uncisal, com docentes dedicados a essa missão. Na pesquisa, premiações em nível nacional foram conquistadas, como o 1º lugar no Destaque do

A UNIVERSIDADE ABERTA À 3ª IDADE É UM DOS PROJETOS DA UNCISAL VOLTADO À COMUNIDADE

Ano na Iniciação Científica e Tecnológica 2013, para o aluno de medicina Jhony Wilams Gusmão do Nascimento, que estudou em escola pública e ingressou por meio das cotas sociais. O Prêmio, inédito no Estado, é chancelado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em parceria com a Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Dezenas de projetos de extensão estão voltados às comunidades do entorno da instituição,

a exemplo do projeto Universidade Aberta à 3ª Idade (Uncisati), que tem possibilitado a inserção de maiores de 50 anos na sociedade e no mercado de trabalho. Dentre os vários temas ofertados, por meio da abertura de 300 vagas anuais, as aulas de informática são as mais demandadas. Outras iniciativas atendem públicos diferenciados, como o curso pré-vestibular gratuito MedEnsina, dirigido a alunos da rede pública ou bolsistas integrais de escolas particulares, além dos projetos de atenção ao câncer infantil e a portadores de deficiência.

O MEC e o Ministério da Saúde vêm sendo parceiros importantes, viabilizando a capacitação de professores, a qualificação dos serviços e a execução de programas de extensão. A captação de recursos foi possível devido ao apoio de parlamentares de Alagoas, bem como à disponibilidade da contrapartida financeira do governo de Alagoas, que sempre foi cumprida. Outras parcerias importantes foram firmadas, demonstrando a credibilidade da nossa Universidade, a exemplo da participação no Programa Ciência Sem Fronteiras, e, no cenário internacional, o acordo com universidades de Portugal e da Itália, estando em fase de conclusão com instituições da França. Desde 2013, a Uncisal foi incluída no Erasmus Mundus, programa de intercâmbio da comunidade europeia aberto a alunos e técnicos, e também faz parte do Programa Columbus de cooperação universitária

Thiago Sampaio



no âmbito da América Latina.

Recursos do Proinveste, em torno de R\$ 2 milhões, possibilitaram ainda reformas nos laboratórios de ensino, em salas de aula e auditórios, além de estar em andamento a instalação de um restaurante universitário. Com recursos vindos do MEC, será construído o 4º andar no prédio sede da Uncisal. O trabalho das clínicas de Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia, voltado integralmente ao usuário do SUS, resultou na habilitação junto ao Ministério da Saúde como Centro Especializado de Reabilitação Nível 3 (CER 3), bem como no financiamento de R\$ 1 milhão para reforma da Fisioterapia e da Fonoaudiologia. Os cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional foram fortalecidos com a cessão do Centro de Fisioterapia e Recuperação Esportiva (Cefire), construído no Estádio Rei Pelé para a Copa do Mundo Fifa 2014.

A Uncisal e suas vinculadas constituem hoje um imenso canteiro de obras, reformas e ampliações, concretizadas graças ao empenho dos dirigentes e do governo Teotônio Vilela Filho na captação de recursos que vão permitir, quando concluídas, deixar para Alagoas e para os alagoanos um legado histórico em termos de educação e de atenção à saúde.

Um novo Centro de Diagnóstico está surgindo, no lugar da estrutura antiga, nas dependências

da Uncisal, graças a recursos da ordem de R\$ 2 milhões, oriundos do Proinveste. A perspectiva de funcionamento é para o início de 2015. Grande parte dos modernos equipamentos a serem instalados já foi adquirida. O de ressonância magnética, no valor de R\$ 3 milhões, foi financiado pelo Ministério da Saúde. Como centro de referência para o SUS, a unidade, vinculada ao Hospital Hélio Auto, atenderá também demandas das demais unidades da Uncisal e de outros serviços do SUS, funcionando 24 horas para dar suporte ao HGE, ofertando, dentre outros exames, densitometria óssea, mamografia, ultrassonografia, endoscopia, colonoscopia, ecocardiograma e ressonância magnética. A enfermaria e o pronto-atendimento do Hospital estão sendo reformados com recursos próprios da Universidade.

Até o final de 2014, serão iniciadas, também com recursos do Proinveste, a reforma e a ampliação dos ambulatórios do Hospital Portugal Ramalho, que possibilitarão o atendimento de outras especialidades clínicas, além da psiquiatria. Duas unidades internas ao hospital também serão reformadas e transformadas em Centro de Atenção Psicossocial II (Caps II) e em Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD), a serem habilitadas pelo Ministério da Saúde. Essas mudanças no Portugal Ramalho somaram investimentos de cerca de R\$ 3 milhões.

CERCA DE R\$ 2 MILHÕES FORAM INVESTIDOS NA REFORMA DE LABORATÓRIOS DE ENSINO, SALAS DE AULA E AUDITÓRIOS. ESTÁ EM ANDAMENTO A INSTALAÇÃO DE UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

A Santa Mônica, outro palco de reformas, será uma unidade completamente nova após conclusão dos serviços, ofertando mais leitos para grávidas de risco. Com recursos próprios da Uncisal e oriundos da parceria com o Ministério da Saúde, as obras em andamento alcançam o centro cirúrgico, o setor de nutrição, a UTI materna e parte das enfermarias. O restante das enfermarias foi reformado anteriormente com recursos do Tesouro Estadual, que também está custeando as obras na UTI neonatal e a de cuidados intermediários. A reforma e a ampliação dos espaços de ambiência, da casa de parto e da casa da gestante foram licitadas e contratadas, representando recursos de

aproximadamente R\$ 2 milhões conveniados com o Ministério da Saúde.

Como expectativa de futuro, focando não somente nos alunos, mas também na população de Alagoas, dois importantes projetos foram iniciados pela Uncisal. O primeiro trata da construção de uma maternidade de baixo risco, cujos projetos, envolvendo custos de R\$ 400 mil, foram elaborados e estão em análise pelo Ministério da Saúde. A maternidade, estimada em R\$ 25 milhões, será erguida ao lado da Santa Mônica, em terreno já desapropriado pelo Governo do Estado. O outro projeto está voltado à mudança do perfil do Portugal Ramalho, em consonância com a lei da reforma psiquiátrica, transformado em um novo hospital público de clínicas, destinado ao atendimento imediato e não à internação de pacientes.

UNEAL: FORMAÇÃO E CULTURA

A Uneal, estruturada em seis *campi* universitários, em Maceió e no interior do Estado, e ofertando aos alagoanos 32 cursos de graduação vem se consolidando como instituição de ensino superior no cenário do Estado. Ultrapassa ainda esse limite ao focalizar, por meio de diversos projetos, os vínculos entre educação e cultura.

Ao ilustrar os avanços na instituição tem-se o exemplo dos alunos dos cursos de bacharelado da



área de Ciências Sociais aplicadas – Administração Pública, de Maceió, e Administração de Empresas e Contabilidade de Arapiraca – que obtiveram conceito 3, média considerada satisfatória no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). O curso de Direito, o mais novo da instituição, alcançou nota 4, colocando-se entre os 25 com as melhores notas do Brasil.

A valorização dos servidores e a formação continuada dos docentes vêm sendo prioridade. O

**A UNEAL, COM SEIS CAMPI
UNIVERSITÁRIOS, EM
MACEIÓ E NO INTERIOR,
OFERTA 32 CURSOS DE
GRADUAÇÃO**

governador Teotonio Vilela Filho ampliou a carga horária dos professores de 20 para 40 horas. Com a realização de concurso público, a força de trabalho da instituição foi reforçada com 190 servidores. Essa foi uma iniciativa que trouxe sustentabilidade à gestão da Universidade por superar e extinguir a prática histórica dos vínculos precários nas relações de trabalho.

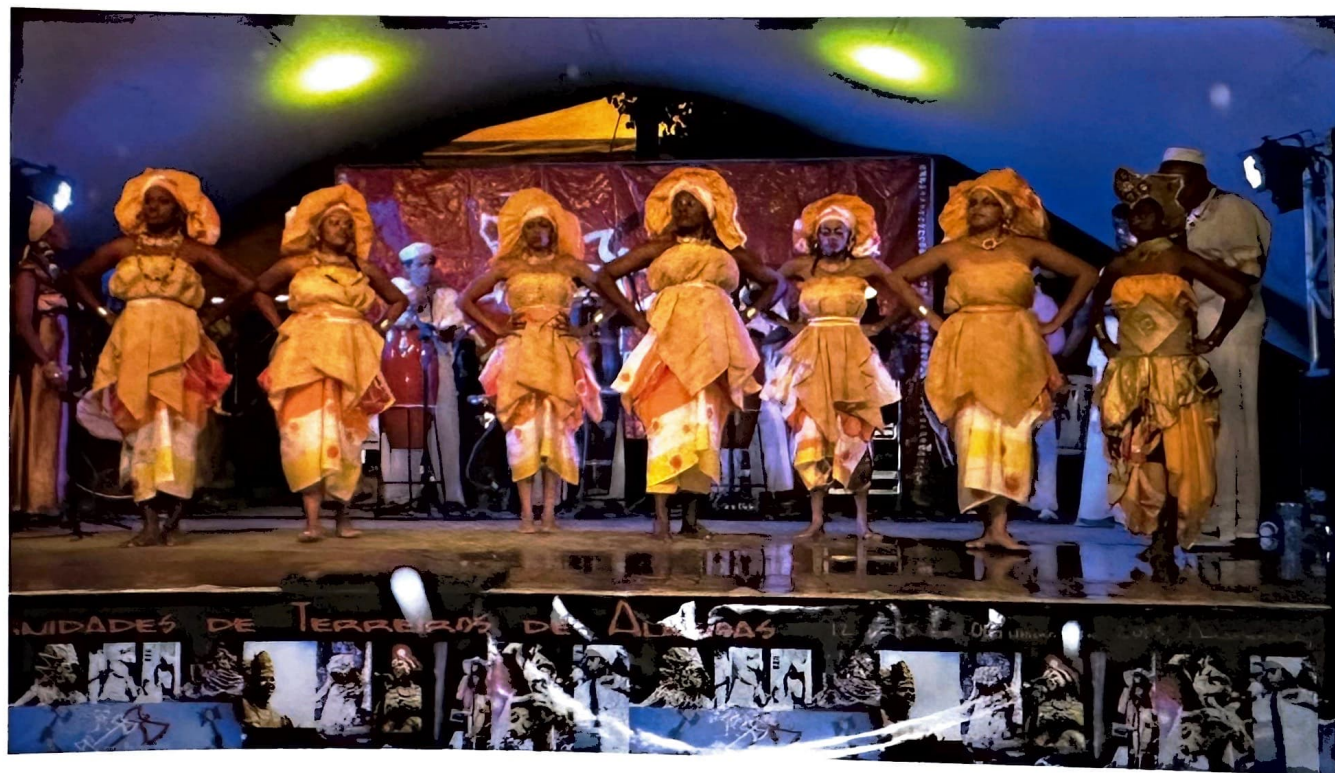
Novos mestres passaram a integrar o corpo docente graças à parceria com a Ufal que, mediante financiamento obtido junto à Fapeal, possibilitou essa pós-graduação para mais de 20 professores da Uneal. Nova parceria está sendo articulada destinada à formação de mais mestres e doutores.

Os povos indígenas também foram alvo da Universidade, por meio da formação de 80 professores de nível médio, oriundos de 12 etnias alagoanas, com atuação em escolas indígenas da rede estadual de educação básica. O trabalho, executado no campus da cidade de Palmeira dos Índios, envolveu, nos últimos quatro anos, recursos da ordem de R\$ 350 mil/ano, por meio de convênio com o MEC.

Outros dois programas especiais vêm sendo ofertados pela Uneal nos últimos oito anos: a formação de professores e de servidores públicos. No Programa de Graduação de Professores (PGP), 3.500 profissionais de redes municipais, que não possuíam licenciatura, foram graduados. Com o

sucesso do PGP, a Universidade foi demandada por servidores públicos de todo o Estado, tendo em vista o acesso ao ensino superior, a proposta foi ampliada, sendo estruturado o Programa Especial de Formação de Servidor Público (Proesp), com a inclusão de bacharelado, além das licenciaturas já ofertadas. O Proesp atende 1.700 servidores, sendo 250 do Estado e o restante dos municípios. As aulas acontecem aos finais de semana nos seis campi e em mais três polos instalados em Penedo,

Xangô Rezado Alto: o projeto envolve documentário, cartilha, congressos e o Prêmio Incentivo Cultural para Comunidades Terreiros



VALORIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO QUADRO PROFISSIONAL: COM A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, FORAM NOMEADOS 190 SERVIDORES. FOI OFERECIDA PÓS-GRADUAÇÃO PARA MAIS DE 20 PROFESSORES DA UNEAL

Boca da Mata e Teotônio Vilela.

Iniciativa de importância histórica para a cultura alagoana foi efetivada pela Uneal, com o apoio do Ministério da Cultura, graças à contrapartida do governo do Estado. Trata-se do projeto Xangô Rezado Alto com duração de dois anos e

investimento de R\$ 250 mil/ano. Em 2012 e 2013 foi celebrado, no âmbito do projeto, o centenário do episódio conhecido como Quebra de Xangô, abrangendo a produção e a veiculação de um documentário e uma cartilha, o Prêmio Incentivo Cultural para Comunidades Terreiros, o I Congresso Afro-Alagoano de Comunidades de Terreiros e o I Congresso de Juventude de Terreiros de Alagoas. Na ocasião da celebração, em fevereiro de 2012, o governador Teotônio Vilela assinou decreto oficializando o pedido de perdão pela perseguição do Estado à religiosidade afro-alagoana no início do século passado.

Os recursos do Proinveste viabilizaram a construção do Campus V, em União dos Palmares, uma moderna estrutura que começou a ser erguida em setembro de 2014, dentro de altos padrões de acessibilidade física e de conforto. Os investimentos são na ordem de R\$ 7,7 milhões. Um outro campus, em Palmeira dos Índios, foi construído em 2010, com recursos dos Governos Federal e Estadual.

No Campus II, em Santana do Ipanema, será iniciada a construção da Casa do Estudante, com dormitórios feminino e masculino, além de cozinha e demais cômodos necessários ao acolhimento dos que se deslocam de outras cidades, incluindo de Pernambuco e Bahia, para os cursos de Zootecnia, Pedagogia e Ciências Biológicas. Os recursos

do Proinveste já foram disponibilizados e a obra inicia-se até o final de 2014.

O projeto de estruturação da instituição renovou 100% dos equipamentos de informática das coordenações de curso e setores administrativos da Reitoria e dos seis *campi*. Além disso, todas as 100 salas de aula receberam projetores (data show) para dinamizar a didática dos professores e propiciar a interação dos alunos com os recursos multimídia. Com investimento de R\$ 280 mil, o setor de Registro e Controle Acadêmico da Uneal está sendo informatizado e permitirá que procedimentos importantes – a exemplo das matrículas, que são feitas manualmente – passem a ser realizados digitalmente.

Também com investimento do Proinveste, foi procedida a compra do mobiliário para os *campi*, além de cinco motocicletas para agilizar o fluxo de processos entre as unidades. Com recursos próprios e da União, foram adquiridos um novo ônibus e um microônibus, completando, assim, a renovação da frota, que antes era antiga e fruto de doação. O Estado também desapropriou e doou à Uneal e ao Ifal uma propriedade, localizada em Santana do Ipanema, que será ocupada igualmente pelas duas instituições, tendo em vista o desenvolvimento de atividades voltadas à vocação agrária da região sertaneja. A Uneal instalará no local uma fazenda-escola.

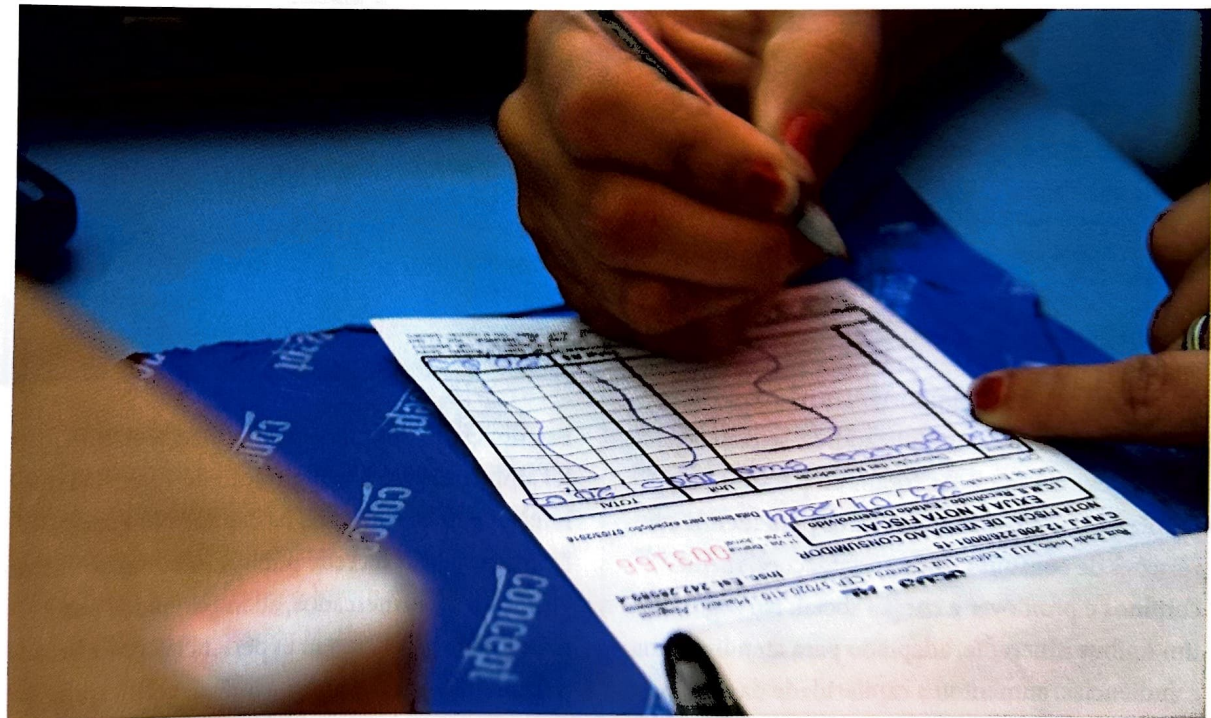
EDUCAÇÃO FISCAL

Dentro do Programa de Educação Fiscal (PEF), o governo Teotonio Vilela Filho criou, em 2008, o Programa Nota Fiscal Alagoana (NFA). Alagoas foi o segundo estado brasileiro a adotar iniciativa de estímulo à cidadania fiscal, mediante créditos para o consumidor.

Hoje são mais de 200 mil participantes e 92 mil estabelecimentos comerciais cadastrados no sistema. Sem contar cerca de 60 mil pessoas que solicitam o registro do CPF na nota, mas não realizam o cadastro no site da Sefaz (www.sefaz.al.gov.br/nfa), de forma a viabilizar a participação no certame.

Em seis anos da NFA, já foram realizados 27 sorteios, totalizando R\$ 8,8 milhões em prêmios (dados atualizados até outubro), além dos R\$ 11,6 milhões em créditos referentes à devolução de até 30% do ICMS. São as duas formas de bonificação do programa. Esse montante foi transferido para as contas bancárias dos consumidores ou utilizado para abatimento no IPVA.

NOTA FISCAL ALAGOANA EM NÚMEROS



DIREITO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Várias iniciativas foram implementadas pelo governo Teotonio Vilela Filho no tocante à garantia dos direitos de cidadania, mais especificamente às relações de consumo, tendo a informação como principal ferramenta. Foi criada a Escola Estadual de Direito do Consumidor, numa importante parceria com a Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) do Ministério da Justiça. Em outra parceria, com o Tribunal de Justiça, o acesso ao Sistema Projudi (Processo Judicial Digital) por parte dos conciliadores do Procon/AL constituiu iniciativa inédita no Brasil para diminuir a distância entre a população e a Justiça.

O Procon Comunitário, o Procon Móvel e o Procon Mirim foram importantes marcos. No primeiro, 40 jovens multiplicadores, selecionados nas escolas públicas, foram preparados pela Escola de Direito do Consumidor para identificar relações de consumo, abrir reclamações, mediar conflitos e promover a coesão social. No segundo, um ônibus itinerante, adaptado para atendimentos e audiências, aumentou a capilaridade da ação no



Raul Párcido

Estado. O processo de descentralização também foi ampliado com a inauguração de 13 postos no interior e mais 10 postos na capital. No Procon Mirim, crianças da rede pública estadual de ensino visitaram supermercados, acompanhados por fiscais, para vivenciarem experiência como “fiscais por um dia”, para, de forma lúdica, verificarem

Além das atividades na sede, localizada no Centro da capital, o Procon atua por meio de unidade móvel e nas faculdades

NESSA GESTÃO, FOI CRIADA A ESCOLA ESTADUAL DE DIREITO DO CONSUMIDOR, NUMA PARCERIA COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

prazos de validade, aparência, especificações, preço e peso dos produtos, fortalecendo e consolidando princípios de cidadania.

O Procon nas Faculdades também contribuiu para a expansão do acesso a direitos do consumidor com a implantação de postos de atendimento em instituições de ensino superior. A criação de núcleos voltados ao consumidor endividado e aos usuários de planos de saúde veio atender a demandas atuais enfrentadas pela sociedade de consumo.

Vários eventos de relevância mobilizaram a sociedade sobre a temática, como o 1º Seminário de Acessibilidade nas Relações de Consumo, realizado em parceria com o Fórum Alagoas Inclusiva; o 8º Congresso Nacional de Direito do Consumidor, maior evento brasileiro de direito do consumidor;

comemorações dos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, em 2010; vários seminários sobre direitos do consumidor, inclusive abordando a questão da acessibilidade nas relações de consumo; e um Curso Virtual para o Jovem Consumidor em parceria com a Escola Nacional de Direito do Consumidor.

A criação de núcleos voltados ao consumidor endividado e aos usuários de planos de saúde veio atender a demandas atuais



Raul Plácido

ESPORTE

O governo Teotonio Vilela Filho também fez muito pelo esporte, colocando Alagoas como palco e cenário de importantes eventos. A escolha de Maceió como Centro de Treinamento de Seleções para a Copa do Mundo no Brasil pela Fifa foi resultado de vários investimentos no parque futebolístico, sem contar as conquistas que deram visibilidade a outros quesitos como os avanços na qualidade e na capacidade da nossa rede hoteleira.

O Estádio Rei Pelé passou por ampla reforma e teve sua estrutura ampliada com a instalação do Centro de Fisioterapia e Recuperação Esportiva (Cefire), tendo, dentre outros espaços, consultório médico e do fisioterapeuta, enfermaria, piscina de recuperação, área de treinamento de chute, quadra de areia e pequena pista de cooper. Também foram efetivadas melhorias nas condições do campo e do gramado, seguindo o padrão Fifa de qualidade, além da instalação de novos e modernos vestiários, com salas para os técnicos, os árbitros e a imprensa, novos túneis de acesso ao campo, rampas externas, salas de aquecimento, de hidromassagem, dentre outras melhorias, representando investimentos de aproximadamente R\$ 2,7 milhões.

Alisson Cruz



Graças a todo esse esforço, fomos agraciados com a escolha da nossa cidade pela seleção de Gana, integrada pelos conhecidos black stars. E mais importante, ficou um legado, uma estrutura disponível para as nossas equipes de futebol e para os atletas amadores e profissionais de outras modalidades. O Cefire inclusive foi cedido à Uncisal, fortalecendo as atividades práticas dos cursos de

O Estádio Rei Pelé passou por ampla reforma e teve sua estrutura melhorada com a instalação do Centro de Fisioterapia e Recuperação Esportiva, dentre outros espaços, como consultório médico, enfermaria, piscina de recuperação

Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Mas o investimento não parou por aí, pois o entorno do Estádio Rei Pelé ganhou uma nova obra: o Memorial Rainha Marta, uma homenagem à jogadora alagoana, nascida no município de Dois Riachos, e uma celebração ao futebol feminino. Com orçamento de R\$ 483 mil, a estrutura, concluída até o final de 2014, com formato de bola, abrigará mostras de fotos, textos, vídeos e réplicas de medalhas e troféus conquistados pela atleta. O Governo do Estado também apoiou financeiramente clubes locais que participam dos campeonatos Alagoano e Brasileiro, Copas do Nordeste e do Brasil.

Os esportes aquáticos também receberam importante estímulo por parte do governo Teotônio Vilela Filho, com a inauguração, em 2010, do parque aquático do Cepa, representando investimentos de R\$ 140 mil, oriundos do Tesouro Estadual. O complexo é composto por duas piscinas semi-olímpicas para a prática de natação, nado sincronizado e saltos ornamentais. A reforma incluiu várias obras como, por exemplo, a renovação do piso e a recuperação de vestiários e dos sistemas de bombas e filtros, do trampolim para saltos ornamentais, além da casa de apoio para arbitragem.

O Estádio Vivo foi outra iniciativa de porte que permitiu a quase 500 crianças e jovens e outros grupos, como os idosos, o acesso a aulas gratuitas



de ginástica, judô, capoeira, atletismo, tênis de mesa e outras atividades esportivas promovidas no Estádio Rei Pelé. Iniciado em 2011, o projeto conta com uma equipe de dez educadores físicos, um psicólogo, um nutricionista e um responsável pela cozinha industrial, de onde saem os lanches oferecidos após os treinos que acontecem diariamente durante os dois turnos.

Os vestiários são dotados de salas para técnicos, árbitros e imprensa, espaços para aquecimento e hidromassagem, entre outras melhorias

CULTURA

Na cultura, o governo Teotonio Vilela Filho, entre 2007 e 2013, mobilizou recursos de cerca de R\$ 57 milhões, representando um crescimento médio anual de mais de 90%, quando comparado a 2006. A Política Estadual de Cultura foi efetivada com democracia e transparência, comprometida com a realização de editais, como instrumentos de universalização do acesso aos recursos públicos.

Entre 2007 e 2014, foram lançados 25 editais com recursos do Tesouro Estadual e do Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais (Fdac), caracterizando um movimento sem precedentes na cultura alagoana. Os investimentos foram de R\$ 4,3 milhões. Parcerias diversas com o Ministério da Cultura (MinC), a Fundação Biblioteca Nacional, o Iphan e CEF viabilizaram 17 convênios que aprovaram R\$ 24 milhões. Entre os editais realizados, os voltados ao incentivo à produção audiovisual em Alagoas receberam investimentos de R\$ 325 mil e resultaram na produção de 15 curtas-metragens.

Foram realizadas diversas ações culturais a partir da parceria com instituições do próprio Estado, como a Liga de Escolas de Samba de Alagoas, a Academia Alagoana de Letras, a Fundação Pierre



Albino Cruz

Chalita, a Fundação Delmiro Gouveia, a Associação dos Artistas de Massaranduba, a Associação Teatral das Alagoas, a Associação de Folgedos Populares de Alagoas, a Fundação Teotônio Vilela, a JVC Produções, a Ufal e o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Entre os convênios realizados está a Rede Alagoana de Pontos de Cultura. A partir de 2007,

Entre 2007 e 2014, foram lançados 25 editais com recursos do Governo do Estado e do Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais – um movimento sem precedentes na área cultural alagoana

ENTRE 2007 E 2013, FORAM DIRECIONADOS RECURSOS DE CERCA DE R\$ 57 MILHÕES PARA A CULTURA, REPRESENTANDO UM CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DE MAIS DE 90%, QUANDO COMPARADO A 2006

a Secretaria de Estado da Cultura (Secult) investiu no fortalecimento dessa Rede conveniando 20 instituições culturais, chanceladas como Pontos de Cultura com atuação em diversas regiões do Estado, realizando inúmeras atividades culturais, tais como oficinas, práticas de audiovisual, inclusão digital, artesanato, apresentações de folguedos, teatro, dança, música, entre outras. Com a ampliação, a Rede passou a contar com 47 Pontos de Cultura. Em 2014, mais 20 Pontos de Cultura estão sendo conveniados pelo Estado.

Festas tradicionais, como o Carnaval e o São João, foram fortalecidas, com iniciativas concretizadas em mais de 1.250 projetos, representando recursos de R\$ 13,5 milhões que contemplaram diversos segmentos do setor cultural.

A Caravana Cultural envolveu recursos da ordem de R\$ 425 mil, envolvendo mais de 400 pro-



fissionais e alcançando mais de 30 mil pessoas que prestigiaram as atividades. A descentralização dessa iniciativa, entre 2007 e 2009, possibilitou a presença em 17 municípios com incentivo à leitura; oficinas de teatro, dança, música, circo, artesanato, fanzine (apresentações artísticas das diferentes linguagens). A partir de 2012 foram percorridos mais 30

Pinto da Madrugada: festas tradicionais, como o pré-Carnaval, foram incentivadas

NÚMEROS DA CULTURA

R\$ 4,3 MILHÕES
COM A ABERTURA
DE 25 EDITAIS

R\$ 24 MILHÕES
APROVADOS EM 17
CONVÊNIOS

CARAVANA CULTURAL:

MAIS DE
400 PROFISSIONAIS
SE APRESENTARAM EM
47 MUNICÍPIOS
COM UM PÚBLICO TOTAL
APROXIMADO DE
30 MIL PESSOAS

municípios, ancorando o trabalho na parceria com a Associação de Violeiros e Trovadores de Alagoas e o grupo Sua Majestade o Circo. Mais de 70 grupos e artistas já participaram da Caravana Cultural que se fundamenta na importância da formação de plateia, da capacitação de gestores e demais atores culturais, de intercâmbio e circulação de grupos no território alagoano.

PATRIMÔNIO CULTURAL

O governo Teotônio Vilela Filho trabalhou no incentivo à educação patrimonial e à conservação dos bens culturais de Alagoas. No âmbito dos bens de natureza imaterial, o Governo sancionou lei instituindo o registro desses bens que se constituem em patrimônio cultural de Alagoas, envolvendo saberes, celebrações, fontes de expres-



ATÉ 2014, 51 MESTRES
PASSARAM A COMPOR O
QUADRO DE PATRIMÔNIO
VIVO DE ALAGOAS.
SOMENTE NESSA GESTÃO,
FORAM INCORPORADOS 39

são e lugares que podem ser inscritos no livro do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas. Quatro bens foram registrados: o camarão alagoano Bar das Ostras, o doce de caju de Ipioca, o bordado Filé e a Renda Singeleza.

O Registro do Patrimônio Vivo de Alagoas teve sua lei de criação alterada em 2010. Patrimônio Vivo é considerado a pessoa que detenha conhecimentos e técnicas preservadoras de aspectos da cultura tradicional ou popular de uma comunidade, estabelecido em Alagoas há mais de 20 anos, e que se preocupa em repassar esses conhecimentos às novas gerações.

São conhecedores de saberes relacionados a danças e folguedos, literatura oral e/ou escrita, gas-



Michele Reis

tronomia, música, teatro, artesanato, dentre outras práticas da cultura popular. A seleção passou a ser feita por meio de edital explicitando o número de vagas por ano e os selecionados passaram a fazer jus a uma bolsa de um salário mínimo e meio/mês. Entre 2007 e 2014, foram registrados 39 mestres do saber. No Livro de Registro do Patrimônio Vivo

Entre os bens incluídos no Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas, está o bordado filé

Rafael Plicido



A Catedral Diocesana de Nossa Senhora do Rosário, em Penedo, está entre os edifícios tombados, ao longo dos últimos 8 anos

de Alagoas constam, atualmente, 51 mestres da cultura popular.

Na linha do patrimônio imaterial, pode-se considerar como inserido nessa categoria o reconhecimento da inteligência, da capacidade de superação, do pioneirismo e de outras habilidades, competência e aptidões, de pessoas que se destaca-

ram no cenário alagoano e brasileiro, ao trazerem diferentes e qualificadas contribuições e avanços para a sociedade.

A Comenda Nise da Silveira, homenagem à coragem e a ousadia dessa alagoana ao inovar no cuidado a pacientes psiquiátricos, premiou, a cada mês de março, dez mulheres que se destacaram na luta e dedicação pessoal em defesa das questões de gênero.

A Medalha do Mérito da República Marechal Deodoro da Fonseca, outorgada em novembro, homenageou, em cada evento, 10 personalidades escolhidas governador Teotonio Vilela Filho em razão da contribuição ao processo de consolidação da democracia no país.

O Prêmio Expressão Alagoana, cuja primeira edição aconteceu em 2013, homenageou personalidades, oriundas de diversos setores, que, de alguma forma, elevaram o nome de Alagoas, tanto no Brasil, como no exterior. A seleção foi feita a partir de indicação de dirigentes e servidores do Executivo, bem como de representações da sociedade civil. Em 2013, foram agraciadas 18 personalidades e, em 2014, 25.

Com relação à manutenção do acervo arquitetônico, o Governo utilizou, especialmente, o instrumento de proteção do tombamento envolvendo 16 edifícios históricos de Alagoas, como o centenário Teatro Deodoro; o Museu da Imagem

RESTAURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL GRACILIANO RAMOS: CERCA DE R\$ 3,4 MILHÕES FORAM INVESTIDOS.

e do Som de Alagoas; a Catedral Metropolitana; a Catedral Diocesana de Nossa Senhora do Rosário, em Penedo; o Arcebispado de Maceió; e o Palácio Floriano Peixoto.

O Palacete Barão de Jaraguá, edificação histórica, onde está instalada a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, foi restaurado como complementação do projeto de modernização. Com conclusão prevista para novembro de 2014, envolveu recursos da ordem de R\$ 3,4 milhões, de convênio com a Fundação Biblioteca Nacional, vinculada ao MinC, sendo mais de R\$ 800 mil a contrapartida do Tesouro do Estado.

A Biblioteca recebeu o nome em homenagem ao autor de Vidas Secas em 2013, numa iniciativa do governador Teotonio Vilela Filho, por meio do Decreto nº 29.175/13. Com a modernização, o

espaço terá novo mobiliário, sistema de segurança e novo acervo, especialmente de escritores alagoanos. Serão instalados dois telecentros, acervo braile, bebeteca, playground e os Memoriais Graciliano Ramos e Biblioteca Pública Estadual. Haverá ainda um laboratório de preservação e restauração do acervo. Ainda quanto à estrutura física, a BPE conta com projeto de incêndio e pânico, e acessibilidade com rampas e elevadores.

O Centro de Belas Artes de Alagoas (Cenarte) foi reformado com investimentos de mais de R\$ 140 mil, garantindo conforto aos 531 alunos matriculados inicialmente. Hoje são mais de mil matriculados frequentando 20 cursos gratuitos, de música, artes plásticas, dança, percussão, expressão corporal, história da arte, teatro e artesanato.

Ainda no contexto da preservação de bens arquitetônicos, o governo Teotonio Vilela Filho



Thiago Sampaio



Construída em 1859, a Catedral Metropolitana de Maceió também passou pela proteção do tombamento

contabilizou importante vitória ao declarar de utilidade pública e desapropriar o imóvel que foi sede da antiga Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió. O prédio, localizado no Centro de Maceió, na Rua do Sol, foi construído no final do século 19, e é exemplar representativo do ponto de vista artístico, registrando a fisionomia urbana da capital naquela época. Tam-

bém se reveste de importância por materializar a memória das representações sociais vinculadas à classe trabalhadora.

Em 2012, foi autorizada pelo governador a utilização do imóvel pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Ihgal), de forma gratuita e por tempo indeterminado, para abrigar a hemeroteca e a biblioteca do Instituto, e o mobiliário para abrigar o acervo foi adquirido pelo Governo do Estado.

Obras em edificações que representam o patrimônio histórico cultural e artístico alagoano foram executadas pelo Governo do Estado, em parcerias com diferentes instituições, entre as quais, Ministério da Cultura, Caixa Econômica Federal, o Iphan e a Fundação da Biblioteca Nacional. São edificações de importância histórica e significado afetivo para os alagoanos, tais como a Catedral Metropolitana de Maceió, a Catedral Diocesana de Nossa Senhora do Rosário (Penedo), o Arcebispado de Maceió, o Teatro Deodoro, o Palacete Barão de Jaraguá, os Memoriais Aurélio Buarque de Holanda e Lêdo Ivo, e o Museu da Imagem e do Som de Alagoas (Misa), com investimentos da ordem de R\$ 6 milhões.

Estão em fase de execução a implantação da Escola Arquidiocesana de Artes e Ofícios de Maceió, as restaurações da Igreja de Nossa Senhora do Ó e do Palácio Marechal Floriano Peixoto, além da

recuperação do Memorial Teotônio Vilela.

Numa visão de atuação sistêmica, foi criado o Sistema Alagoano de Museus e o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas com o objetivo de promover ações para o desenvolvimento desses setores que atuam diretamente com a sociedade.

O Sistema Alagoano de Museus (SAM) foi criado pelo Decreto nº 4.092, de 29 de dezem-

bro de 2008. O SAM tem como objetivo mapear todos os museus de Alagoas, estabelecendo uma rede com as instituições museológicas. Oferece e promove encontros e capacitações para os gestores de museus e técnicos que trabalham nessa atividade. Atualmente, existem registrados no SAM 66 museus que estão distribuídos em 26 municípios das sete regiões de Alagoas.

O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado (SBEP) de Alagoas foi instituído em 26 de julho de 1995. Órgão da Secretaria de Estado da Cultura, ligado ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, da Fundação Biblioteca Nacional, tem como pressuposto básico no desenvolvimento de suas ações, a função social da Biblioteca Pública. A exemplo dos demais Sistemas Estaduais, cumpre o papel de gerenciamento operacional do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, bem como dos programas e projetos de incentivo à leitura desenvolvidos pela Secult, articulando-se com as Bibliotecas Públicas Municipais.

TEATRO DEODORO

O Teatro Deodoro, tombado pelo Iphan, em 2008, faz parte do seleto grupo de 15 teatros-monumento do país. Em 2007, apresentava problemas estruturais, foi fechado e passou por criteriosa reforma, quando foram restaurados seus traços originais, contemplando também seu Salão Nobre, considerado um dos símbolos da cultura e história das Alagoas. O investimento foi de R\$ 2,5 milhões.

Reaberto em 2010, nas comemorações do seu centenário, o Deodoro teve sua logomarca escolhida mediante concurso com a participação de 74 artistas gráficos e 168 trabalhos inscritos. Na oportunidade das celebrações, foi lançada a publi-



cação Teatro Deodoro – 100 Anos de Arte, fruto de minuciosa pesquisa arquitetônica e artística, e também o selo comemorativo.

Em 2011, a reabertura e retomada tiveram como principal foco o projeto Teatro Deodoro é o Maior Barato que soma mais de 100 espetáculos voltados à valorização da produção alagoana, além de investir na formação de plateia para espetáculos de cunho artístico-cultural. Mas mesmo durante a reforma, a vida cultural de Alagoas continuou ativa graças ao trabalho mantido no Teatro de Arena Sergio Cardoso, que continuou atraindo milhares de pessoas.

A cultura alagoana, no governo Teotonio Vilela Filho, será brindada com mais um novo equipamento, em construção, ao lado do Teatro Deodoro. Essa estrutura, que leva o nome de Complexo Cultural Teatro Deodoro, trata-se de um equipamento cultural que abrigará espaços estratégicos para acomodar o corpo permanente da Orquestra, do grupo de dança (ballet) e da Companhia de Teatro, além de cursos e oficinas de cenotécnica: cenografia, iluminação, sonorização, figurinos e adereços, dentre outras ações de expressão artística e de qualificação profissional para a área de cultura. No complexo também será instalada a Galeria de Arte Miguel Torres e acervos, bem como a estrutura técnica e administrativa da Diretoria de Teatros do Estado de Alagoas (Diteal).



SERÁ INAUGURADO O COMPLEXO CULTURAL TEATRO DEODORO, ESPAÇO QUE ACOMODARÁ O CORPO PERMANENTE DA ORQUESTRA, DO GRUPO DE DANÇA E DA COMPANHIA DE TEATRO

Cenário do projeto Teatro Deodoro é o Maior Barato, que soma mais de 100 espetáculos voltados à valorização da produção cultural

RÁDIO, TV E LITERATURA

O governo Teotonio Vilela Filho, por meio do Instituto Zumbi dos Palmares (IZP), investiu de forma importante na modernização do Sistema de Comunicação Pública do Estado de Alagoas – Rádio Difusora AM, TV Educativa de Alagoas e Rádios Educativas FM Maceió, Arapiraca e Porto Calvo –, envolvendo recursos de cerca de R\$ 800 mil em ações de atualização tecnológica, melhorando o alcance e a qualidade de imagem das emissoras educativas.

A Rádio Difusora, emissora que iniciou a história da radiodifusão em Alagoas, é hoje uma rádio moderna e atuante, 24 horas no ar, atingindo todas as regiões do Estado com programação eclética e diferenciada, com destaque para o jornalismo, as transmissões esportivas e os programas de variedades. No jornalismo, tem sido reconhecida nos últimos anos nas maiores premiações do gênero no Estado, como os prêmios Braskem, Octávio Brandão, Sebrae e Banco do Nordeste. E nacionalmente, conquistando a primeira colocação no Prêmio Allianz Seguros.



Pablo Reis

Com nova torre de transmissão e novos transmissores para a Rádio Educativa FM Maceió, Rádio Difusora e TVE, as emissoras do IZP foram beneficiadas com melhorias na propagação e alcance de sinal, com muito mais ouvintes e telespectadores tendo acesso à programação educativa, cultural e cidadã, disponibilizada no dia a dia para o conjunto da população.

Governador Teotonio Vilela durante a inauguração da torre de transmissão da TV Educativa

Adriano Calheiros



CERCA DE R\$ 800 MIL FORAM INVESTIDOS NA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

Com a formação da Rede Educativa FM, envolvendo as emissoras educativas de Maceió, Arapiraca e Porto Calvo, diariamente as populações da região Metropolitana, Agreste e Litoral Norte são beneficiadas com o melhor da programação musical em rádio FM, além de conteúdo jornalístico diferenciado. Com adequações em sua estrutura física,

tratamento acústico de estúdio e novos equipamentos, a Educativa FM Maceió segue fortalecida e prestigiada pelos ouvintes.

Por interligação via fibra ótica com a NET, a TV Educativa teve o seu sinal qualificado em termos de som e imagem através do Canal 6 da operadora, beneficiando milhares de assinantes da NET que acessam a TVE na capital. A emissora também recebeu novos componentes como câmeras e ilhas de edição, e equipamentos de áudio, vídeo e receptores para o setor de programação.

Um dos pontos altos também são as realizações e projetos culturais desenvolvidos no Espaço Cultural Linda Mascarenhas (teatro e galeria do IZP), dentro de uma política cultural que privilegia os valores e diferenciais da cultura alagoana, nos mais variados segmentos como música, teatro, artes visuais, literatura, debates e oficinas de teatro e de música. É dado ainda apoio a eventos envolvendo exposições, lançamentos de livros e CDs e produção audiovisual. Hoje, o Linda Mascarenhas é um equipamento cultural vivo, interativo e com agenda cheia ao longo do ano. Possui também programações voltadas para os estudantes da rede pública, numa parceria com a Secretaria de Estado da Educação.

Além da atualização e qualificação da programação das emissoras, como novos conteúdos e formatos mais atrativos e dinâmicos, o IZP também

passou a contar com projetos culturais que têm sido desenvolvidos ao longo do ano, como forma de abrir espaço e dar visibilidade às manifestações culturais e educativas que acontecem em Alagoas, privilegiando e fomentando assim a cultura local, a exemplo do período carnavalesco, com o Projeto IZP na Folia, e junino, com o Projeto IZP no São João de Alagoas. Foram feitos ainda os Projetos IZP no Mês da Consciência e IZP na Bienal Internacional do Livro de Alagoas.

Com a modernização da Imprensa Oficial Graciliano Ramos e a inovação em seu parque gráfico, o governo Teotonio Vilela Filho implementou a sua editora, em funcionamento desde 2007. Apostou na valorização da cultura local e promoveu uma mudança significativa no cenário literário local, especialmente a partir de projetos que vêm estimulando a leitura de qualidade para todos os públicos, bem assim o compartilhamento de valores junto à sociedade, especialmente por meio da disseminação de identidades socioculturais ainda pouco difundidas dentro do Estado.

Com um catálogo eclético, a editora vem atraindo os mais diferentes públicos, inclusive com livros e revistas produzidos por autores alagoanos ou radicados no Estado. Um blog interativo – o Graciliano Online – coloca à disposição do internauta um jornalismo cultural factual, graças à parceria com o portal TNH1 (tnh1.ne10.uol.com.br/), obser-



Ailton Cruz

**ATÉ SETEMBRO DE 2014,
A IMPRENSA OFICIAL
COMERCIALIZOU 7,3 MIL
TÍTULOS**

Novas máquinas instaladas no parque gráfico da Imprensa Oficial, que teve a nova sede inaugurada em 2014

vando-se um aumento significativo no número de visitas ao blog graciliano.tnh1.com.br/.

A revista Graciliano é outro projeto de sucesso absoluto. Publicação cultural, produzida a partir de 2008, está atualmente em sua 21ª edição reunindo em seu conteúdo textos ensaísticos, reportagens e entrevistas sobre temas relacionados a Alagoas, sem cair em bairrismos ou abrir mão do diálogo com outros cenários e da qualidade editorial. A Editora promove ainda a realização de dois editais anuais: o Coco de Roda com edições voltadas ao público infantil; e o Programa de Incentivo à Cultura Literária (PICL), uma aposta no lançamento de novos escritores alagoanos no mercado. Além disso, reedita obras sobre Alagoas e de escritores alagoanos que já estão fora de catálogo.

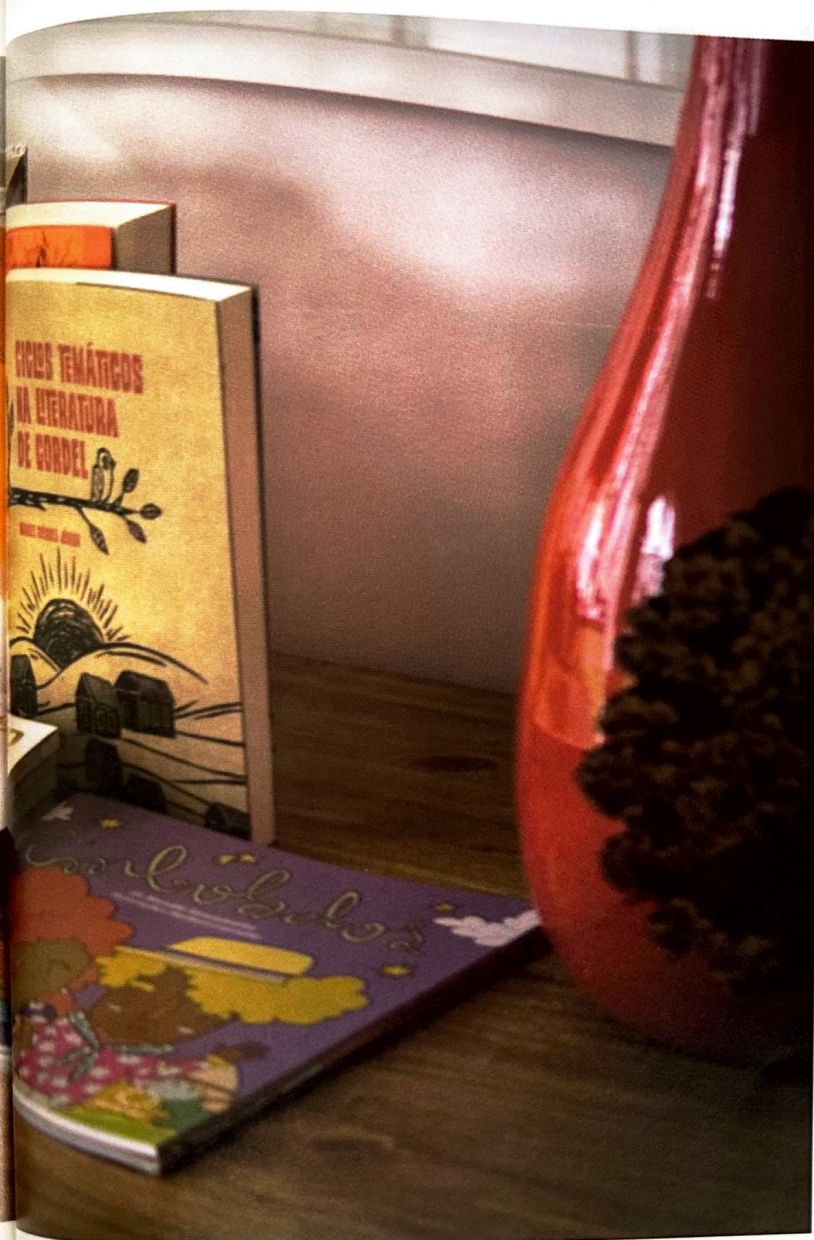
O reconhecimento desse trabalho e dos seus avanços foi referendado mediante participação da Editora da Imprensa Oficial em duas edições da Bienal do Livro, em Maceió, e em uma na Bienal de São Paulo, em 2012. Foi presença, também, na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), em 2013. Durante a Bienal de 2013, aqui na capital alagoana, foi lançada a loja virtual, facilitando, com essa iniciativa, o acesso a todas as coleções por meio do link www.imprensaoficial.al/editora/. Até setembro de 2014, a Editora comercializou 7,3 mil títulos.

Fotos: Michel Rios



Fot. Michel Ries





FICHA TÉCNICA

CONSULTOR

Álvaro Antônio Melo Machado

TEXTO

Cristina Rocha

Mário Lima

Telma Elita Filha

Luciana Buarque

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Assessorias de Comunicação
do Governo do Estado

REVISÃO

Guilherme Lamenha

Eliane Aquino

PROJETO GRÁFICO, EDIÇÃO DE ARTE E

DIAGRAMAÇÃO

Michel Rios

IMAGENS

Arquivo Agência Alagoas e Hotel Radisson

PRODUÇÃO GRÁFICA

Imprensa Oficial Graciliano Ramos

